

Jacimara Oliveira da Silva Pessoa
(Organizadora)

Educação

Um Universo de Possibilidades e Realizações
Vol. 10



AYA EDITORA
2024

Educação

Um Universo de Possibilidades e Realizações
Vol. 10

Jacimara Oliveira da Silva Pessoa
(Organizadora)

Educação

Um Universo de Possibilidades e Realizações
Vol. 10



Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Organizadora

Prof.ª Dr.ª Jacimara Oliveira da Silva
Pessoa

Capa

AYA Editora©

Revisão

Os Autores

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora©

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Humanas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva

Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andréa Haddad Barbosa

Universidade Estadual de Londrina

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos

Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega

Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.º Dr. Clécio Danilo Dias da Silva

Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria de Genaro Chirolí

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis

Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira

Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig

Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos

Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva

Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso

Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão

Faculdade Santa Helena

Prof.º Dr. João Luiz Kowaleski

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior

Universidade Federal de Roraima

Prof.º Me. Jorge Soistak

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti

Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim

Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.ª Ma. Lucimara Glap

Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues

Universidade Norte do Paraná

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa

Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.^a Dr.^a Pauline Balabuch

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes

Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Parauapebas

Prof.^a Dr.^a Regina Negri Pagani

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira

Instituto Federal do Acre

Prof.^a Dr.^a Rosângela de França Bail

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

Universidade Federal do Piauí

**Prof.^a Dr.^a Silvia Aparecida Medeiros
Rodrigues**

Faculdade Sagrada Família

Prof.^a Dr.^a Silvia Gaia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

**Prof.^a Dr.^a Sueli de Fátima de Oliveira
Miranda Santos**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.^a Dr.^a Thaisa Rodrigues

Instituto Federal de Santa Catarina

© 2024 - **AYA Editora** - O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição *Creative Commons* 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). Este livro, incluindo todas as ilustrações, informações e opiniões nele contidas, é resultado da criação intelectual exclusiva dos autores. Os autores detêm total responsabilidade pelo conteúdo apresentado, o qual reflete única e inteiramente a sua perspectiva e interpretação pessoal. É importante salientar que o conteúdo deste livro não representa, necessariamente, a visão ou opinião da editora. A função da editora foi estritamente técnica, limitando-se ao serviço de diagramação e registro da obra, sem qualquer influência sobre o conteúdo apresentado ou opiniões expressas. Portanto, quaisquer questionamentos, interpretações ou inferências decorrentes do conteúdo deste livro, devem ser direcionados exclusivamente aos autores.

E2446 Educação: um universo de possibilidades e realizações [recurso eletrônico]. / Jacimara Oliveira da Silva Pessoa (organizadora) -- Ponta Grossa: Aya, 2024. 129 p.

v.10

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-526-6

DOI: 10.47573/aya.5379.2.321

1. Ensino. 2. Educação - Efeito das inovações tecnológicas. 3. Tecnologia educacional. 4. Tecnologia da informação. 5. Coordenadores educacionais. 6. Lar e escola. 7. Aprendizagem. 8. Educação inclusiva. 9. Literatura - Estudo e ensino. 10. Lar e escola. 11. Comunidade e escola. I. Pessoa, Jacimara Oliveira da Silva. II. Título

CDD: 370.7

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora LTDA

AYA Editora®

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

WhatsApp: +55 42 99906-0630

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

Apresentação..... 10

01

As novas tecnologias educacionais: as contribuições e desafios ao uso das TDIC entre educadores do 1º e 2º ciclo do ensino fundamental e os educandos do 3º ano “2” da E.E. Professor Gilberto Mestrinho Apuí/AM 2019 11

Marisete Fernandes dos Santos
Marivone de Fátima Abitante Rossi
Karina Mende dos Santos Alves

DOI: 10.47573/aya.5379.2.321.1

02

Elementos socioeconômicos e culturais que tem dificultado a ação do coordenador pedagógico no enfrentamento das lacunas de aprendizagem provocado pela pandemia do covid-19, na Escola Estadual Iraci Leitão, Coari-AM, Brasil 2022 31

Irlene da Silva Paulo

DOI: 10.47573/aya.5379.2.321.2

03

Escola e família: fatores que influenciam no processo ensino-aprendizagem do aluno no ensino fundamental I na Escola Estadual Capitão General Mendonça Furtado, no ano 2018 43

Lúcia Pereira Macêdo

DOI: 10.47573/aya.5379.2.321.3

04

O processo de ensino-aprendizagem no contexto da família e da escola 52

Lúcia Pereira Macêdo

DOI: 10.47573/aya.5379.2.321.4

05

Educação inclusiva e a contribuição da família: uma investigação no ensino-aprendizagem de alunos especiais do 6º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Ernesto Pinho Filho Manaus, AM 59

Sharlene Raquel Printes Ferreira

DOI: 10.47573/aya.5379.2.321.5

06

Educação no campo e os saberes tradicionais presentes na produção de farinha de mandioca no município de Uarini, AM 70

Edvilson Lopes de Souza

DOI: 10.47573/aya.5379.2.321.6

07

Os elementos da língua portuguesa que indicam a transformação da literatura de cordel como prática de ler e escrever 83

Joana Alfaia de Castro Fonseca

DOI: 10.47573/aya.5379.2.321.7

08

Estratégias utilizadas para auxiliar no plantio e produção de farinha..... 91

Edvilson Lopes de Souza

DOI: 10.47573/aya.5379.2.321.8

09

Os desafios contemporâneos na gestão escolar: um estudo com gestores das Escolas Estaduais Padre Luis Ruas e Manoel Rodrigues de Souza..... 100

Gerri Adriano da Silva Assis

DOI: 10.47573/aya.5379.2.321.9

10

Fazendo história da história: silêncio do povo das Águas Omágua/Kambeba do Médio Solimões..... 113

Manoel da Silva Laranja

Jacimara Oliveira da Silva Pessoa

DOI: 10.47573/aya.5379.2.321.10

Organizadora 123

Índice Remissivo..... 124

Apresentação

É com grande satisfação que apresentamos o décimo volume da série **“Educação: um universo de possibilidades e realizações”**. Este volume aborda temas importantes e atuais no campo da educação, trazendo uma visão ampla e diversificada sobre os desafios e as oportunidades que se apresentam.

O primeiro capítulo examina o uso das novas tecnologias educacionais no ensino fundamental, explorando as contribuições e os desafios enfrentados por educadores e alunos. O estudo realizado na Escola Estadual Professor Gilberto Mestrinho, em Apuí, Amazonas, oferece uma visão prática sobre o impacto das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na educação.

O impacto da pandemia de covid-19 nas lacunas de aprendizagem é abordado no segundo capítulo, com foco nos desafios socioeconômicos e culturais enfrentados pelos coordenadores pedagógicos. A pesquisa na Escola Estadual Iraci Leitão, em Coari, Amazonas, destaca as dificuldades e estratégias adotadas durante esse período.

Os capítulos seguintes exploram a relação entre escola e família, destacando fatores que influenciam o processo de ensino-aprendizagem. A análise na Escola Estadual Capitão General Mendonça Furtado mostra a importância da colaboração entre essas duas instituições. A discussão se amplia ao abordar a educação inclusiva, com foco no papel da família no aprendizado de alunos com necessidades especiais, conforme observado na Escola Estadual Ernesto Pinho Filho, em Manaus.

A educação no campo é discutida através de um estudo sobre os saberes tradicionais na produção de farinha de mandioca no município de Uarini, AM. Este capítulo valoriza o conhecimento local e sugere maneiras de integrar essas práticas ao currículo escolar.

A transformação da literatura de cordel e sua relevância para a leitura e a escrita é analisada, destacando a importância de preservar e adaptar tradições culturais na educação. A pesquisa examina como elementos da língua portuguesa influenciam essa forma de expressão tradicional.

A gestão escolar e seus desafios contemporâneos são discutidos em um estudo com gestores das Escolas Estaduais Padre Luis Ruas e Manoel Rodrigues de Souza. Este capítulo oferece uma visão sobre as práticas de gestão e as estratégias adotadas para enfrentar os desafios diários.

Por fim, o capítulo sobre a história das comunidades Omágua/Kambebe do Médio Solimões destaca a importância de dar voz às histórias silenciadas, enriquecendo a compreensão histórica e cultural. Este estudo é um convite à reflexão sobre o papel da educação na preservação das memórias coletivas.

Esperamos que este volume inspire educadores, gestores, pais e todos os envolvidos na educação a continuar explorando, questionando e inovando em suas práticas.

Boa leitura!

Capítulo

01

**As novas tecnologias
educacionais: as contribuições
e desafios ao uso das TDIC
entre educadores do 1º e 2º
ciclo do ensino fundamental e
os educandos do 3º ano “2” da
E.E. Professor Gilberto Mestrinho
Apuí/AM 2019**

***New educational technologies:
the contributions and challenges
to the use of TDIC among
educators in the 1st and 2nd cycle
of elementary education and
educators in the 3rd year “2” of
E.E. Professor Gilberto Mestrinho
Apuí/AM 2019***

Marisete Fernandes dos Santos

Secretaria Estadual de Educação do Amazonas-SEDUC, Licenciatura em Letras e Literatura, Mestre em Ciências da Educação. <https://lattes.cnpq.br/3576106024104775>

Marivone de Fátima Abitante Rossi

Secretaria Estadual de Educação do Amazonas-SEDUC, Pedagoga, Mestre em Ciências da Educação. <https://lattes.cnpq.br/4012625265271656>

Karina Mende dos Santos Alves

Secretaria Estadual de Educação do Amazonas-SEDUC, Filosofia Bacharel, Pedagogia. <https://lattes.cnpq.br/6479475105793290>



AYA Editora©

RESUMO

A presente pesquisa partiu do seguinte questionamento: quais são as contribuições e obstáculos que impedem os educadores de inserir as novas tecnologias (TDIC) educacionais nas suas práticas pedagógicas? Com vistas a responder esta questão, utilizou-se a pesquisa mista, fundamentou-se na análise bibliográfica, subsidiada por leis educacionais, livros, observação participante e não participante com a turma de 3º ano do ensino fundamental, aplicado questionário para dois grupos de professores para saber sobre o conhecimento e opinião dos mesmos em relação ao uso das TDIC em sua prática e as dificuldades encontradas. O trabalho está estruturado em cinco momentos: o primeiro tratará das questões relacionadas ao diálogo entre autores, dos fatos relevantes referente as tecnologias as quais nos últimos anos revolucionaram o mundo, criando novas formas de interação entre pessoas. No campo educacional atual situa o debate sobre as TDIC como um instrumento de inclusão social, instrumentos capazes de proporcionar novas formas de aprendizagem, as políticas públicas tem investido nas tecnologias com programas e cursos de capacitações aos educadores, para saberem como manusear, essas ferramentas. No segundo momento, apresenta-se os aspectos metodológicos dos diferentes recursos, técnicas e procedimentos utilizados para a execução da pesquisa e obtenção de seus resultados. No terceiro momento são apresentados os diferentes resultados alcançados pela pesquisa realizada durante o ano letivo de 2019, no quarto e quinto momento da exposição desta dissertação são apresentadas as conclusões e recomendações às quais foram possíveis chegar neste momento dado os limites da mesma e a certeza de que as dificuldades foram falta de infraestrutura na escola, laboratório de informática que não está funcionando por falta de manutenção técnica, organização dos equipamentos em locais acessíveis, formação continuada sobre o uso pedagógico das TDIC. Durante o processo investigativo, foi possível observar que os usos das novas tecnologias digitais geram prazer nos estudantes, concentração e interesse. De qualquer forma o que se percebe é que as TDIC são importantes aliados dos professores (as) no espaço escolar, apesar que as escolas não se encontram preparadas e nem os professores.

Palavras-chave: as novas tecnologias educacionais; TDIC; aprendizagem; prática pedagógica.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como norte “As novas tecnologias educacionais: as contribuições e desafios ao uso das TDIC entre educadores do 1º e 2º ciclo do e os educandos do 3º ano “2” Ensino Fundamental da Escola Estadual Professor Gilberto Mestrinho Apuí/AM 2019”.

O mundo contemporâneo, neste momento da história, está marcado pelos avanços das TDIC's e por outras tantas transformações tecnológicas e científicas. Essas transformações intervêm nas várias esferas da vida social, provocando mudanças econômicas, sociais, políticas, culturais, afetando, também escolas e o exercício profissional da docência. Isto se reflete nos tipos de atividades propostas em sala de aula, onde a educação se depara com o duplo desafio: adaptar-se aos avanços das tecnologias e orientar o caminho de todos para o domínio e a apropriação crítica desses novos meios.

Hoje, os educadores se vêem diante do que pode ser considerado, ao mesmo tempo, um grande desafio e uma oportunidade em utilizar as TDIC's como meio para construir e

difundir conhecimentos, e ainda, para concretizar a necessária mudança de paradigma educacional, centrando seus esforços nos processos de criação, gestão e reorganização das situações de aprendizagem. Neste contexto, a escola pode e deve ter outra função, outro papel. Não se trata de garantir, apenas, a universalização do seu acesso. É básico que ela assume a função de universalizar o conhecimento e a informação. Nessa perspectiva, as novas tecnologias de comunicação passam a desempenhar um papel vital neste processo.

À medida que as tecnologias ganham espaço na escola, o educador passa a se ver diante de novas e inúmeras possibilidades de acesso à informação e de abordagem dos conteúdos, podendo se libertar das tarefas repetitivas e concentrar-se nos aspectos mais relevantes da aprendizagem, porém, torna-se necessário que o professor desenvolva novas habilidades para mover-se nesse mundo, sendo capaz de analisar os meios à sua disposição e fazer suas escolhas tendo como referencial algo mais que o senso comum.

Assim, considera-se um desafio problematizar e investigar as próprias práticas educacionais, práticas pedagógicas e, sempre que possível novo saber e refletindo sua ação docente, buscando, assim, estratégias de ensino para que o educando se aproprie de maneira significativa do conhecimento.

O interesse pelo tema em estudo surgiu a partir da experiência como professora nesta escola, o que oportunizou observar, pesquisar e analisar as dificuldades de alguns educadores em lidar com o uso das novas tecnologias ao seu favor, mostrando seus benefícios e sugestões de como trabalhar em sala. Sabe-se que muitos professores têm uma visão ingênua sobre o uso da tecnologia em sala de aula e esperam encontrar uma fórmula mágica para lidar com este desafio. Sendo assim, surgem alguns questionamentos: Qual a importância e as necessidades/vantagens de inserir às novas tecnologias na prática docente? Quais as evoluções das políticas públicas e programas para integração das TDIC no ensino no Brasil, no estado do Amazonas e no município de Apuí? Quais as possibilidades e desafios para inserir as tecnologias no ambiente escolar?

De acordo com as perguntas norteadoras os objetivos desta dissertação são os que se seguem abaixo:

- Conhecer a importância e as necessidades/vantagens de inserir as novas tecnologias na prática docente;
- Identificar as evoluções das políticas públicas e programas para integração das TDIC no ensino no Brasil, no estado do Amazonas e no município de Apuí;
- Conhecer as possibilidades e desafios para inserir as tecnologias no ambiente escolar.

À necessidade de problematizar as práticas educacionais a fim de mostrar caminhos alternativos, somam-se as angústias do cotidiano como número elevado de educandos por turma e a heterogeneidade dos mesmos. Não basta à escola adquirir recursos tecnológicos e materiais pedagógicos sofisticados e modernos, alguns professores limitarem-se apenas ao uso de determinados instrumentos básicos, como impressoras e computadores. Desta forma, os demais recursos tecnológicos podem contribuir no processo de ensino e aprendizagem, promovendo uma educação mais estimuladora, ganhando destaque

enquanto recurso pedagógico.

As facilidades técnicas oferecidas pelos computadores também possibilitam a exploração de um leque ilimitado de ações pedagógicas, permitindo uma grande diversidade de atividades. O professor deve, então, pesquisar, conhecer o que as novas tecnologias têm a oferecer a fim de tornar suas aulas mais instigantes, criando condições de aprendizagem por meio de recursos computacionais, dentre os quais se destacam os aplicativos de programas para produção de textos, planilhas, gráficos, jogos educativos, software, internet e entre outros.

Isto significa que ele deve deixar de ser o repassador dos conhecimentos e passar a ser o criador de ambientes de aprendizagem facilitando o processo de desenvolvimento intelectual do aluno. Este trabalho traz uma reflexão sobre a utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação no processo educativo, apontando as contribuições e os desafios que os educadores enfrentam em sua prática pedagógica com o uso desses recursos.

A importância e as necessidades/vantagens de inserir as novas tecnologias na prática docente

As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) vem revolucionando o mundo, criando novas formas de interação entre pessoas, negócios e instituições. No campo educacional atual se situa o debate sobre as TDIC como instrumentos de inclusão social e que sejam instrumentos capazes de proporcionar novas formas de aprendizado, é um conjunto de diferentes mídias, diferenciando-se pela presença das tecnologias digitais. Devemos esclarecer que as TDIC são compreendidas como um conjunto de equipamentos e aplicações tecnológicas que geralmente utilizam a internet e diferenciam-se das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) pela presença do digital.

As novas tecnologias parecem influenciar e impactar a constituição de sujeitos dos usuários em grande potencial das tecnologias digitais, de modo que os aprendizes a conhecer e a fazer perpassam o acesso à internet, além dos aprendizes a conviver e a ser implicarem em comunicação virtual com família e amigos, como relatado por Rossato (2014), as tecnologias da informação e comunicação têm sido instaladas no âmbito escolar através de projetos do governo e das próprias escolas. Desta forma, cria-se a oportunidade de professores introduzirem em suas aulas o uso das novas tecnologias disponíveis fato esse que, infelizmente, não tem acontecido na maioria das instituições escolares.

As TDICs podem operar como ferramenta de aprendizagem, proporcionando várias formas de interação e de participação dos alunos como seres ativos, construtores do conhecimento de forma interativa, prazerosa e lúdica. As técnicas de ensino aprendizagem necessitam abandonar preceitos ultrapassados, em que os educandos eram postos numa sociedade diferente da atual, e que hoje, não reverenciam as necessidades e expectativas dos mesmos.

Entendemos que as TDIC's na educação contribuem para a mudança das práticas educativas com a criação de uma nova ambiência em sala de aula e na escola que repercute em todas as instâncias e relações envolvidas nesse processo, entre as quais as mudanças na gestão de tempos e espaços, nas relações entre ensino e aprendizagem, nos materiais de apoio pedagógico, na organização e representação das informações por meio de múltiplas linguagens (Almeida e Silva, 2011, p. 12).

Tendo em vista essas reflexões, torna-se evidente que as TDIC são recursos extraordinários que bem explorados promovem uma aprendizagem significativa. Segundo Moran (2007, apud. Almeida, 2011, p. 6), “[...] são pontes que abrem a sala de aula para o mundo “[...]. No entanto, sem a adesão dos educadores, será mera distração, em que não ficará explorado o potencial educativo.

Formação e integração das TDIC no estado do Amazonas

A integração das tecnologias nas escolas brasileiras é meta tanto do governo federal como de alguns estados. O governo do estado do Amazonas vem traçando alguns projetos para integrar tais instrumentos e vem investindo em equipamentos tecnológicos para as escolas estaduais.

O investimento em tecnologias educacionais foi um dos grandes diferenciais do governo do Amazonas nos últimos anos. Tais compras mostram a preocupação do governo em fazer uma rede educacional moderna que contemplasse escolas, alunos e professores. Em 2012 foram distribuídos computadores portáteis aos professores da rede estadual, os mesmos já começaram a receber os notebooks financiados pelo governo do estado. A preparação das aulas em casa e o auxílio para aplicação das ações pedagógicas na escola são algumas das facilidades que o acesso à tecnologia permite. O programa Professor Digital, que já conta com mais de 20 mil adesões, é uma iniciativa do governo do estado, através da Secretaria da Educação, que possibilita aos educadores da rede de ensino pública a aquisição de um computador portátil.

Em 2013, com auxílio de verbas federais, foram distribuídos para os educadores 17.650 tablets e internet móvel como continuidade das políticas de integração tecnológicas digitais, bem como a informatização dos diários de classes e quadros, os quais hoje uma maioria são digitais. Tais medidas foram tomadas para fazer a integração das tecnologias ao ensino.

A entrega dos equipamentos, que atendeu 16.557 professores do estado, tendo por objetivo aprimorar a atividade pedagógica dos docentes, melhorando a qualidade do ensino na rede pública. E auxiliou no processo de pesquisa, no planejamento de aulas e na busca de informações para que ministrassem aulas cada vez mais consistentes e interativas com o público discente. Estas ferramentas foram fornecidas pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) e pelo secretário de articulação com os sistemas de Ensino do Ministério da Educação (MEC).

Para potencializar o acesso à internet junto aos docentes da rede pública estadual, o governo do Amazonas disponibilizou mini modems 3G para aproximadamente 12 mil professores. A ação, em larga escala, é inédita dentre as redes estaduais de ensino no Brasil e permitindo que os educadores acessem a rede mundial de computadores a partir de tablets, notebook ou mesmo de smartphones.

De acordo com o secretário de estado de educação, a iniciativa é parte de um conjunto de investimentos na área de tecnologia com os quais o governo do estado está equipando escolas e fornecendo suporte tecnológico para seus professores e também estudantes. A tecnologia associada à educação favorece a aprendizagem, traz mais atratividades à sala de aula e potencializa a busca pelo conhecimento, pois se acredita que o ator principal para fazer essa integração é o professor; ele poderá levar esses instrumentos para sala de aula e usá-la como complemento na sua prática didático-pedagógica.

Tais como os notebooks e tablets repassados para os professores e disponibilizou para uso pedagógico dos alunos do 3º ano do ensino médio, as lousas eletrônicas e outros recursos de grande importância (como as matrículas e notas dos alunos que já são todas computadorizadas em todo o estado). E aproximadamente 55 mil tablets foram repassados aos alunos do 3º ano do ensino médio para uso pedagógico no espaço escolar.

Com o recurso tecnológico, os professores puderam trabalhar com gráficos, acessar enciclopédias com imagens em 3D, visualizar experimentos e assim, preparar aulas fazendo uso de recursos audiovisuais para auxiliar a fixação dos conteúdos. Além dos tablets, todos os professores da rede estadual e municipais do interior do Amazonas também receberam notebooks para auxiliar suas atividades pedagógicas.

O investimento se reflete em outras tecnologias, como a implantação do “Data-Center” que levará internet de alta qualidade para escolas do interior. Além disso, as escolas públicas estaduais do Amazonas estão sendo equipadas com lousas digitais para que professores e alunos tenham um maior proveito no processo de ensino e aprendizado.

O educador deve deixar de ser um informador para ser um formador; caso contrário, o uso da tecnologia terá apenas aparência de modernidade (Gabriel, 2013). Dentre as estratégias do governo estadual, está a criação em 2016 da Plataforma Saber+, que está vinculada ao portal da SEDUC-AM. Este ambiente virtual dispõe de vários Objetos Digitais de Aprendizagem – ODA. Tais objetos de estudo estão disponíveis tanto para o aluno como para o professor, o ambiente também dispõe de cursos à distância para o profissional da educação.

O *Google Educação* é um pacote de ferramentas de produtividades gratuito para colaboração em sala de aula. Este possui vários aplicativos que podem ser usados para colaborar com o professor nas suas práticas, tais como o formulário no qual se podem realizar as avaliações e enviar aos alunos e estes poderão fazer as atividades em qualquer lugar, basta somente ter um smartphone ou computador e internet. Neste aplicativo, o professor obtém a resposta imediata da nota do aluno e, do mesmo modo, percebe onde o aluno tem mais dificuldade. Outro instrumento é o Google Sala de Aula (*Classroom*), em que o professor pode criar uma sala de aula virtual, onde poderá deixar o material de estudo e as atividades para os alunos, bem como tirar as eventuais dúvidas dos estudantes.

Este programa foi o principal instrumento utilizado na formação dos professores e está disponível a eles nos seus e-mails institucionais. As escolas escolhidas para atender ao projeto receberam *chromebooks* doados pelo Google para serem usados durante a formação dos professores, além disso, aumentaram a velocidade da internet para facilitar o acesso a essas ferramentas, que estão disponíveis somente no modo online.

O governo regional oferece o projeto “*Inclusão Digital*” gratuito que é a inclusão digital dos cidadãos do estado do Amazonas, que compreende a oferta de cursos de informática básica e avançada. As atividades de inclusão digital são distribuídas em dois projetos distintos, que são o Projeto Oportunidade Digital, voltado aos comunitários que residem no entorno das escolas públicas estaduais, e o Projeto Comunidade Digital, destinado de um modo geral à parcela da sociedade não atendida no primeiro projeto. Na inclusão digital o CETAM, oferta todos os anos tanto na capital quanto a todos os municípios do interior do Estado. Teve um período que estes cursos foram dados a preferência aos educadores, porém houve pouca procura. Nas competências gerais da Base Nacional Comum Curricular afirmam:

[...] 5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. Além disso, BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da educação básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. São essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos. Essas decisões, que resultam de um processo de envolvimento e participação das famílias e da comunidade, referem-se, entre outras ações, a: [...] selecionar, produzir, aplicar e avaliar recursos didáticos e tecnológicos para apoiar o processo de ensinar e aprender; [...].

A BNCC, e os currículos se identificam na comunhão de princípios e valores que, como já mencionado, orientam a LDB e as DCN. Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica.

Cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: Resolução CNE/CP nº 1/200422), bem como saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural e entre outros.

Em 2018 a oferta gratuita de uma especialização pelo Governo do Estado é a maior do país. Com duração de 15 meses o curso procurará oferecer subsídios teóricos e práticos para os docentes. Oferecido de forma incomum no Amazonas, o programa é viabilizado pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) e Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Programa Qualificar, disponibilizou o curso de especialização em Letramento Digital aos educadores efetivos da rede pública estadual de ensino do Amazonas da capital e interior. Na capital, as aulas são presenciais modular. Nos demais 62 municípios as aulas são na modalidade presencial mediado por tecnologia, via Centro de Mídias do Amazonas (CEMEAM), com uma carga horária que varia de 360 a 400 horas. Formaram 105 turmas, sendo 10 na capital em Manaus e 95 no interior. Esta formação tem como objetivo em qualificar e melhorar a qualidade do ensino na rede estadual, a fim de habilitar e atualizar os educadores sobre as novas práticas didáticas e tecnológicas recentes no ambiente escolar, nesta formação eles ensinam os professores como utilizar os aplicativos educativos dos

softwares para auxiliar em suas práticas pedagógicas, para que os mesmos possam fazer o uso desses aplicativos em sala, foi entregue tablets para cada educador que estão na graduação, onde os mesmos só irão devolver esta ferramenta quando terminar o curso, esse curso está formando professores para utilizar TDIC na educação.

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - Valorização dos (as) profissionais da educação; [...].

A nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação nacional propõe uma prática educacional adequada à realidade do mundo, ao mercado de trabalho e à integração do conhecimento. Desta forma, a utilização efetiva das tecnologias da informação e comunicação na escola é uma condição essencial para inserção mais completa do cidadão nesta sociedade de base tecnológica. A utilização das tecnologias, no mundo atual, está fortemente inserida nessas exigências. Além disso, nunca houve tanta informação e conhecimentos disponíveis num espaço de tempo tão curto.

METODOLÓGICO

A presente pesquisa foi realizada em uma escola pública de ensino fundamental dos anos iniciais, sendo que a mesma está localizada no município de Apuí estado do Amazonas.

Dentre tantos questionamentos respondeu-se os seguintes; porque ainda tanta resistência por parte de alguns educadores para inserir as novas tecnologias em suas práticas pedagógicas em pleno século XXI e quais as principais dificuldades em obter recursos adequados e estruturas físicas que possam facilitar seu trabalho.

O tipo de pesquisa utilizada foi um estudo de caso, por ser um grupo de investigados pequenos de professores e alunos. Caracterizado por uma pesquisa descritiva, exploratória e mista. Segundo Cervo; Berviam (2010) o estudo de caso é a pesquisa sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade dentro de sua realidade examinando aspectos variados a sua vida. Segundo Marconi Lakatos, nos relata que a pesquisa descritiva quantitativa consiste em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos.

Esta pesquisa contou com algumas variáveis dependente e independente, onde procurou verificar e explicar sua influência, mediante a análise da frequência de incidências de correlação estatísticas, buscando um estudo da realidade sobre “as novas tecnologias educacionais”.

A pesquisa teve como fonte bibliográfica, buscou-se a leitura e aprimoramento da revisão bibliográfica que discutiam sobre o assunto escolhido, para enriquecer o conhecimento e ajudar nas principais dificuldades, desta forma, as características de uma pesquisa qualitativa foram de encontro para responder as perguntas que nortearam esta pesquisa.

Adotou-se um questionário com questões fechadas e abertas, tendo como público

alvo professores do Ensino Fundamental do I e II ciclo e professores que estão cursando a especialização *Latu Sensu* em Letramento Digital, todos os questionários com dez perguntas para a coleta de dados pretendidos, que permitiram melhor compreensão do comportamento dos envolvidos no processo e a apreensão de detalhes por questionário escrito para a coleta de dados pretendidos.

Entre os tipos de coleta de dados na pesquisa de observação, o ato de observar requer mais que um simples olhar, o observador deve destacar nas entrelinhas as características de um conjunto de coisas ou atitudes. Para Triviños (2012), observar significa, em primeiro lugar, que determinado evento social, simples ou complexo, tenha sido abstratamente separado de seu contexto para que, em sua dimensão singular, sejam estudados em seus atos, atividades e significados. Assim, buscou-se analisar criteriosamente as ações que foram observadas durante a pesquisa com vinte e dois alunos do 3ª ano “2” com observação participante/não no período do ano letivo de 2019. Esses foram selecionados como sujeitos desta investigação.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

As tecnologias se apresentam como ferramentas que permitem registrar, editar, combinar, manipular toda e qualquer informação, por qualquer meio, em qualquer lugar, a qualquer tempo. O seu uso nas práticas pedagógicas pode proporcionar a multiplicação de possibilidades de escolha, de interação. A mobilidade e a virtualização nos libertam dos espaços e tempos rígidos, previsíveis, determinados. Entretanto, os educadores ainda encontram dificuldades para inclusão das tecnologias em suas práticas pedagógicas. Para contextualizar esta afirmativa a seguir é apresentado o resultado para análise nesta dissertação dentre dois questionários aplicados com professores participantes do estudo, com dez questões, que se referem ao uso das novas tecnologias. Tendo como participante 25 (vinte e cinco) educadores que estão cursando a especialização *Latu Sensu* em Letramento Digital e com 15 (quinze) professores do I e II ciclo da Escola Estadual Professor Gilberto Mestrinho da cidade de Apuí/AM. Selecionou-se também para este estudo 22 (vinte e dois) educandos utilizando a técnica de investigação da observação participante e não participante.

As questões selecionadas são apresentadas na sequência de maneira sucinta, juntamente com os discursos dos participantes. Os resultados obtidos são de professores da rede pública do ensino fundamental e médio do município de Apuí- AM, observou-se que um bom número de educadores tem especialização, uns cursando especialização, mestrado e doutorado. Um pequeno grupo estacionou na graduação em licenciatura, no ensino superior, no momento esperando aposentadoria.

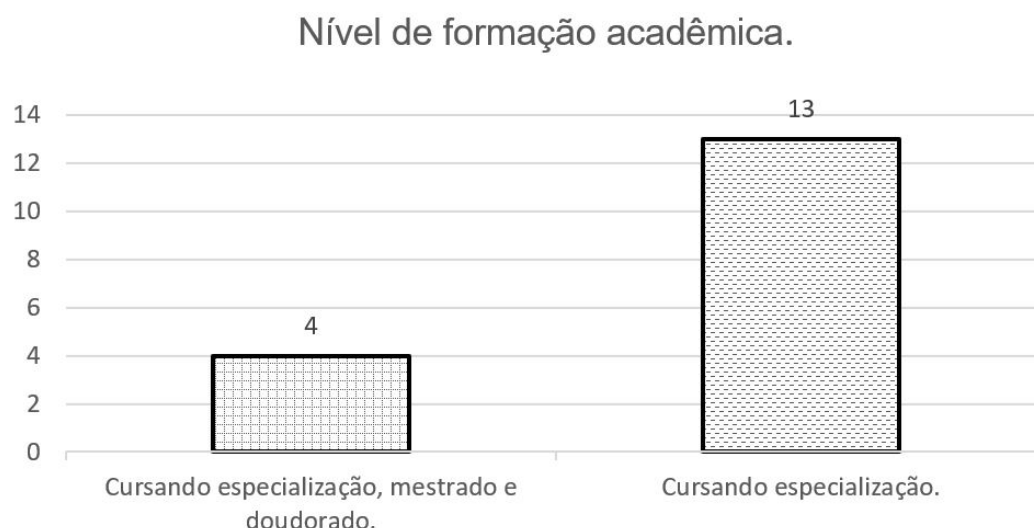
Resultados integrais da pesquisa

Os dados foram submetidos a análises, interpretações e discussões, nas quais foram identificadas as conexões necessárias para enriquecer ao máximo os resultados da pesquisa, foram utilizados gráficos e figuras para melhor apresentar os resultados obtidos. Todas as respostas foram comentadas quanto aos resultados resultado e apresentado por

numeração, títulos e referências sob o gráfico.

Dos 25 professores que estão cursando a especialização *Latu Sensu* em Letramento Digital somente 17 (dezessete) professores entregaram os questionários respondidos, observou-se que a maioria estão em processo de atualização para melhorar suas práticas didáticas e pedagógicas, conforme mostram nos gráficos abaixo.

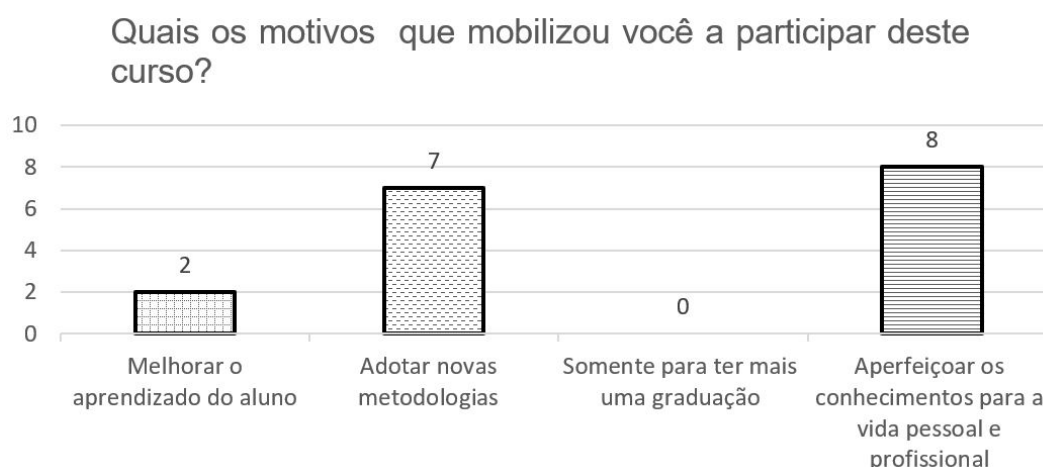
Gráfico 1 - Grau de formação acadêmica dos educadores da especialização *Latu Sensu* em Letramento Digital para os professores.



Fonte: os professores do curso em especialização *Latu Sensu* em Letramento Digital.

Com relação ao nível de formação acadêmica dos educadores investigados notou-se que o grupo está em busca de inovação como demonstram o gráfico acima.

Gráfico 2 - Motivos que levaram os professores a cursar a Especialização em *Latu Sensu* em Letramento Digital.



Fonte: os professores do curso em especialização *Latu Sensu* em Letramento Digital.

Há muitos educadores que estão buscando conhecimentos no uso das TDIC para melhorar suas práticas como mostram no gráfico acima e por esses motivos surgem o interesse em participar da especialização.

Gráfico 3 - A especialização em *Latu Sensu* em Letramento Digital tem dado suporte para os professores melhorar sua prática.

Este curso que você está fazendo tem lhe dado suporte para trabalhar com as novas tecnologias educacionais dentro do seu ambiente escolar?

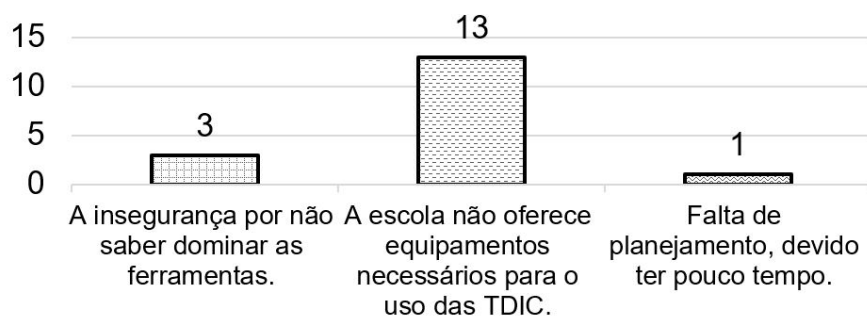


Fonte: os professores do curso em especialização *Latu Sensu* em Letramento Digital.

Como mostra no gráfico acima esta formação tem proporcionado suportes para trabalhar com as novas tecnologias educacionais dentro e fora do ambiente escolar, sugerindo várias metodologias diferentes e dinâmicas.

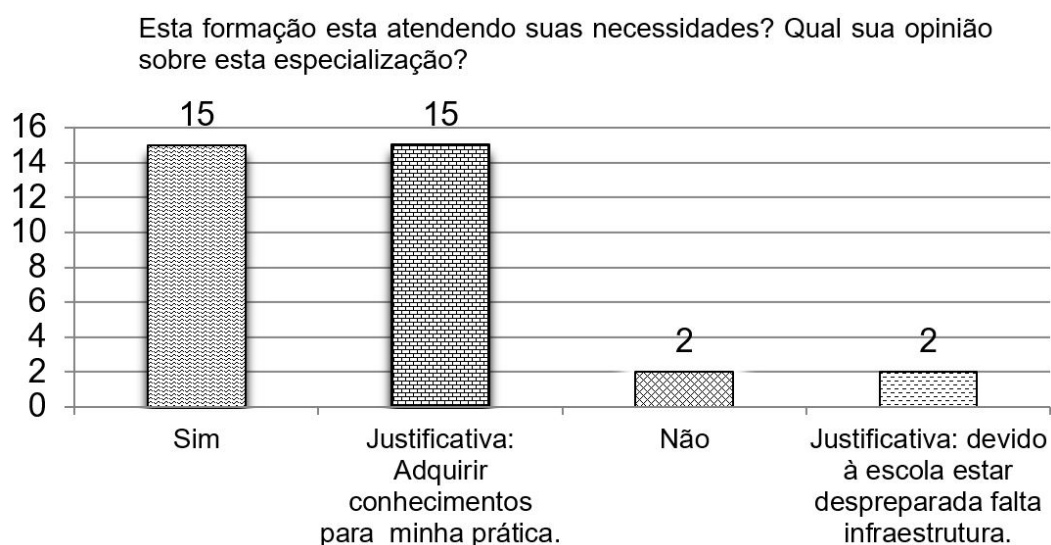
Gráfico 4 - O que limita o educador ao uso das tecnologias em sala de aula.

Em seu ponto de vista o que limita o uso das tecnologias em sala de aula.



Fonte: os professores do curso em especialização *Latu Sensu* em Letramento Digital.

Com relação ao que limita os educadores a usar as novas tecnologias em sala de aula, percebeu-se que são muitos, como demonstrado no gráfico, é triste esses obstáculos, os quais tem dificultado o sucesso do aprendizado usando as tecnologias que fazem parte do cotidiano dos alunos. Sabemos que a decisão de aderir ao uso de novas tecnologias, ou a qualquer outra metodologia inovadora no ambiente escolar é uma tarefa difícil, principalmente porque alguns professores pensam que deixaram de ter o controle das aulas. Outro fato é pela falta de estrutura adequada para o uso das tecnologias.

Gráfico 5 - As expectativas sobre a formação desta especialização.

Fonte: os professores do curso em especialização *Latu Sensu* em Letramento Digital.

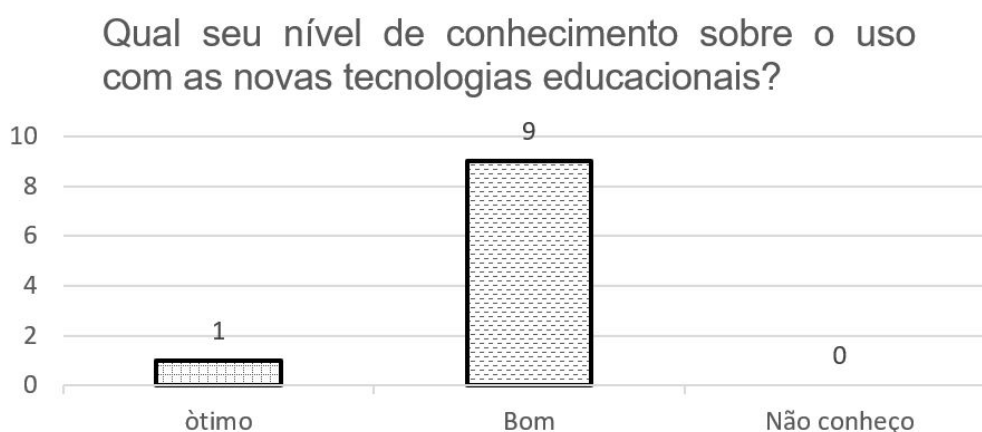
Observou-se que esta formação está atendendo as necessidades dos professores e os mesmos relataram que esta especialização tem enriquecido suas práticas, que pena que há algumas escolas despreparadas ainda para inserir estas ferramentas precisas no ambiente escolar.

Gráfico 6 - Nível de formação profissional dos educadores da Escola Estadual Professor Gilberto Mestrinho.

Fonte: professores da Escola Estadual Professor Gilberto Mestrinho do I e II ciclo.¹

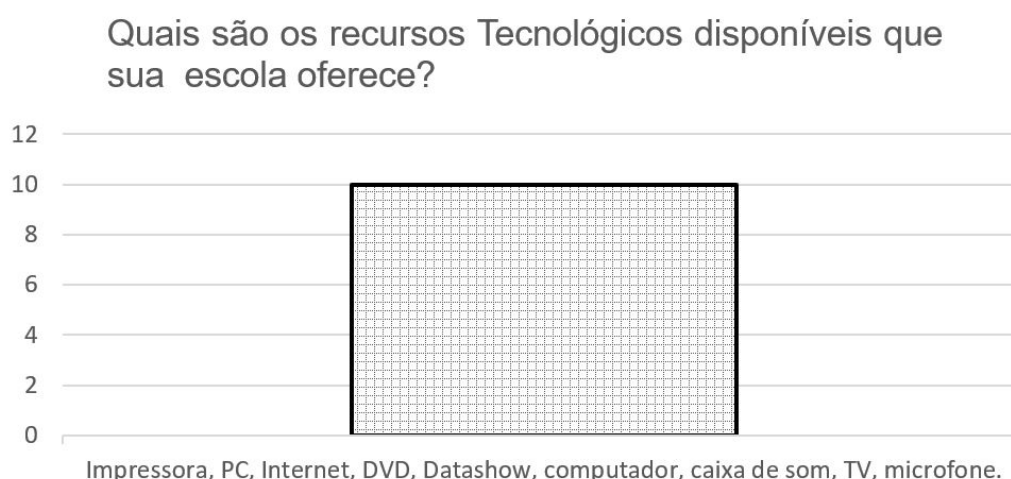
Sobre o nível de formação profissional dos educadores, estão bem variados, como os dados mostraram no gráfico, notou-se que ainda tem uns que estão bem acomodados com a primeira formação estacionaram no tempo, apresentando resistência com as mudanças, mas o que nos alegra é em ver que a maioria está buscando se atualizar, melhorando suas práticas pedagógicas, conforme mostrou os resultados acima.

¹ Ciclo é a forma como a educação brasileira está organizada, de acordo com a lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) desde 1996, sendo uma alternativa à organização realizada por séries. O Ciclo I da Educação Fundamental equivale aos três primeiros anos de estudo (do 1º ao 3º ano). O segundo II ciclo é aquele que acontece do 4º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Gráfico 7- Nível de conhecimento dos educadores sobre o uso com das novas tecnologias educacionais.

Fonte: professores da Escola Estadual Professor Gilberto Mestrinho do I e II ciclo.

No que se refere ao nível de conhecimento dos educadores sobre o uso das novas tecnologias, os dados da pesquisa apontaram que a maioria tem um conhecimento das tecnologias uns mais outros menos.

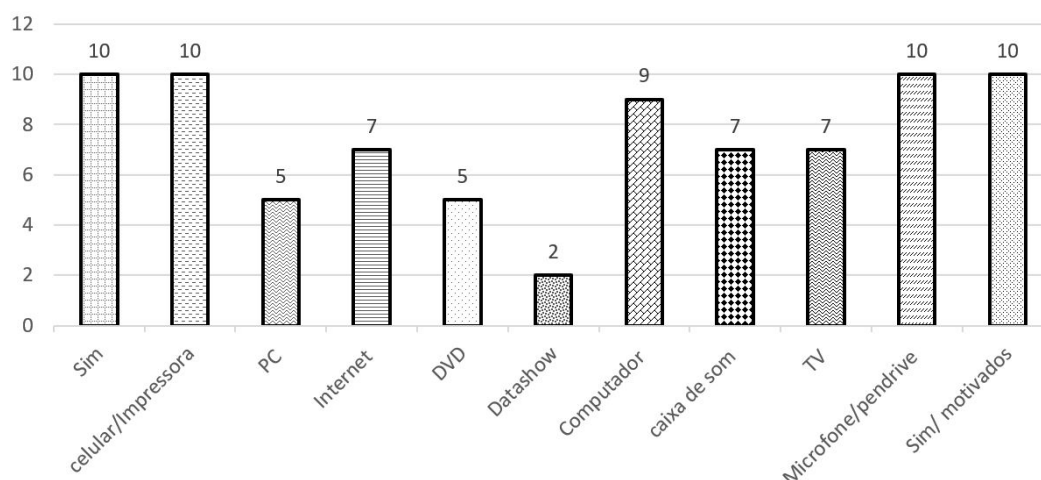
Gráfico 8 - Recursos tecnológicos disponíveis pela Escola.

Fonte: professores da Escola Estadual Professor Gilberto Mestrinho do I e II ciclo.

Com relação aos recursos tecnológicos disponíveis pela escola observou-se que são vários e isso mostra que a escola está buscando se equipar para oferecer um ensino de qualidade.

Gráfico 9 - Recursos Tecnológicos que o professor utiliza em suas práticas e a motivação dos estudantes em participar dessas aulas.

Você utiliza alguns recursos tecnológicos em sala de aula? Se sim quais? Os educandos demonstram mais interesse nas aulas?

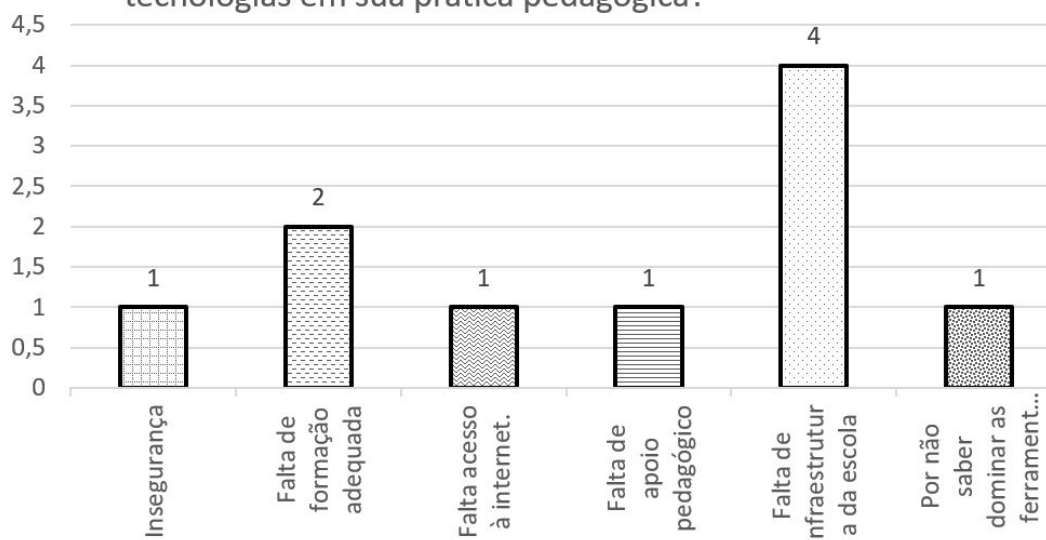


Fonte: professores da Escola Estadual Professor Gilberto Mestrinho do I e II ciclo.

Os resultados da utilização dos recursos tecnológicos para o processo ensino-aprendizagem foram bem representados isso já é um avanço na atualidade. Também foi possível observar pelos relatos dos professores no questionário, que os alunos tem mais interesse nas aulas que são utilizados as tecnologias e que os estudantes demonstram bem mais interesse no conteúdo trabalhado, participando, há interação entre professor/aluno e vice e verso.

Gráfico 10 - Dificuldades para utilizar as tecnologias em sua prática pedagógica.

Quais suas principais dificuldades para utilizar as tecnologias em sua prática pedagógica?

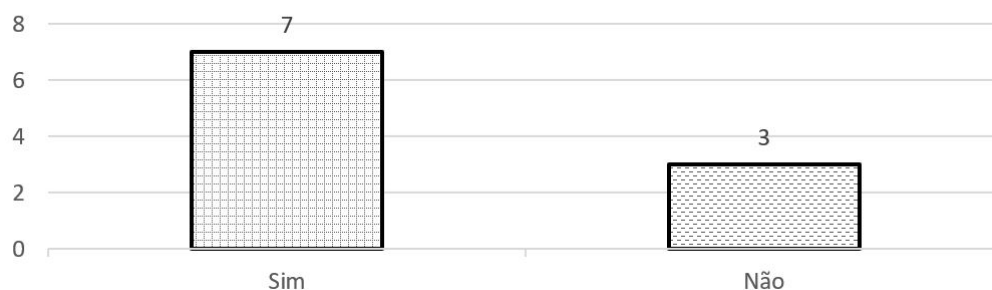


Fonte: professores da Escola Estadual Professor Gilberto Mestrinho do I e II ciclo.

Quanto as dificuldades de fazer o uso dos recursos tecnológicos perceberam-se que são muitos os motivos, mais nem por isso os educadores deixam de fazer o uso, utilizando de acordo com sua realidade e o que a escola oferece.

Gráfico 11 - Curso de formação continuada para trabalhar com as novas tecnologias educacionais.

Você participou de algum curso de formação continuada para trabalhar com as novas tecnologias educacionais?

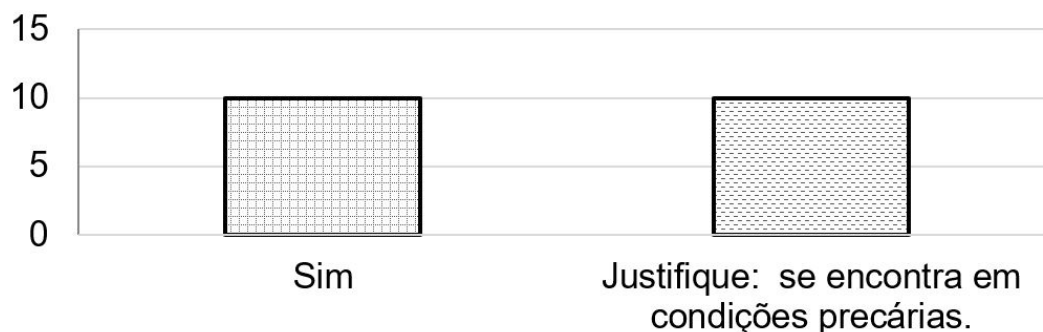


Fonte: professores da Escola Estadual Professor Gilberto Mestrinho do I e II ciclo.

Com relação aos cursos de formação continuada para trabalhar com as novas tecnologias educacionais, alguns tiveram e uns não tiveram esta oportunidade mais tem buscado uns com os outros conhecimentos sobre como trabalhar com estas novidades do mundo digital.

Gráfico 12 - Condição do Laboratório de Informática Educacional (LIE) da escola.

Na escola que você trabalha tem Laboratório de Informática Educacional (LIE)? Ele é utilizado? Dê que forma? Se não é utilizado justifique por quê.

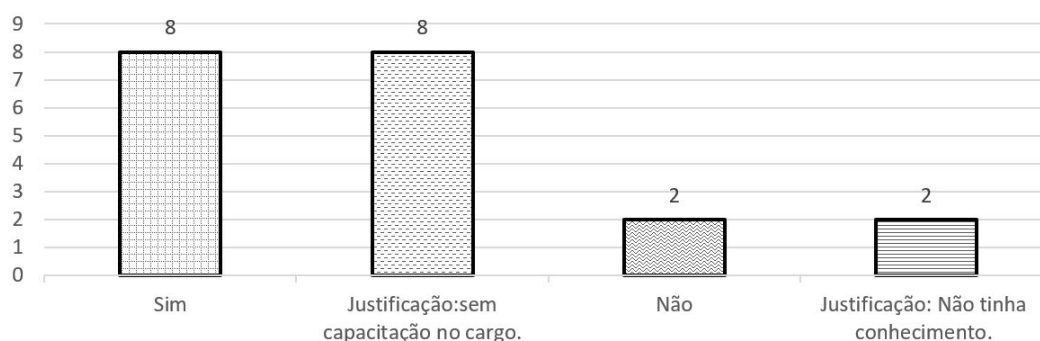


Fonte: professores da Escola Estadual Professor Gilberto Mestrinho do I e II ciclo.

Quanto ao Laboratório de Informática Educacional (LIE) que a escola possui, já está a mais de quatro anos sem ser utilizado por falta de manutenção técnica e se encontra em estado precário, com muitos computadores sem condições de uso. É uma pena ver esta sala fechada.

Gráfico 13 - Capacitação dos responsáveis pelo Laboratório de Informática Educacional (LIE) da escola.

Na escola que você trabalha atuam professores de mídias? Ele possui curso de capacitação na área? Ele exerce atendimento a demanda?



Fonte: professores da Escola Estadual Professor Gilberto Mestrinho do I e II ciclo.

A escola disponibiliza de dois educadores para este ambiente de mídia, porém sem nenhuma capacitação e são remanejados com frequência para as salas de aulas no lugar dos professores que necessitam de tratamentos médicos, sendo assim não exerce sua função com êxito. Dois educadores não sabiam que há disponibilidade de educadores para o ambiente de mídias.

Com os 22 (vinte e dois) Educandos da Escola Estadual Professor Gilberto do turno matutino do 3º ano “2” do Ensino Fundamental do I e II ciclo, foi realizada uma investigação de Observação Participante/Não, onde obtemos as seguintes informações que estaremos aqui relatando.

Todos os alunos se sentiram mais motivados, nas aulas que foram utilizados vídeos, jogos, slide nas apresentações de oração e hora cívica, houve um empenho e cooperação maior por parte deles nas atividades executadas. Com isso foi possível conhecer melhor seus conhecimentos com as novas tecnologias, de suas famílias através de pequenas interações, foram muito boas as interações entre aluno/professor e aluno/aluno, como também uma autoconfiança que a turma adquiriu, juntamente com a professora.

Além disso, o acelerado avanço tecnológico tem se constituído em um processo de aprender continuamente por parte do professor, uma vez que, a sociedade recebe constantemente novos instrumentos e recursos tecnológicos e o professor precisa apropriar-se dos mesmos e incorporá-los na sua prática docente, buscando promover ambientes interativos que favoreçam a aprendizagem e o desenvolvimento potencial do aluno.

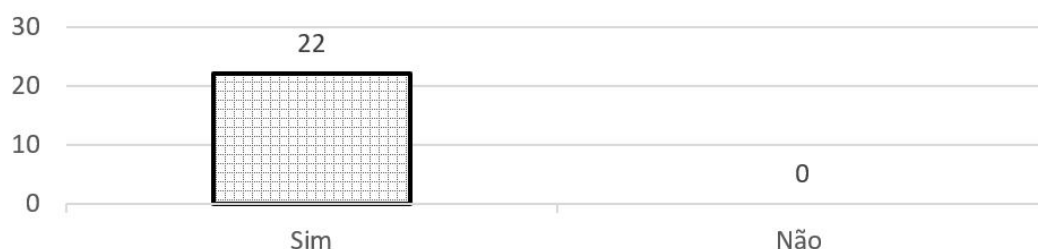
Nesta perspectiva o professor também está sendo influenciado pelo meio e, conseqüentemente está em pleno processo de desenvolvimento. Um ambiente interativo de aprendizagem se caracteriza como um espaço onde todos têm a possibilidade de falar, de expressar ideias, levantar hipóteses, discutir, tomar decisão e ter autonomia para planejar e executar suas ações, conduzindo seu aprendizado e desenvolvimento.

Para melhor demonstração do momento de interação com a turma sobre o conhecimento deles com as ferramentas tecnológicas como: celular, WhatsApp, som, televisão, caixa de som, computador, tablet, internet e entre outros, todos se manifestaram

em alguma dessas ferramentas, alguns não possuem, mas utilizam dos pais ou amigos, foi tabulados as questões observadas em forma de gráfico como registrado abaixo.

Gráfico 14 - Domínio dos estudantes com o uso das tecnologias.

Você sabe fazer o uso das tecnologias como: celular, WhatsApp, som, televisão, caixa de som, computador, internet e entre outros?

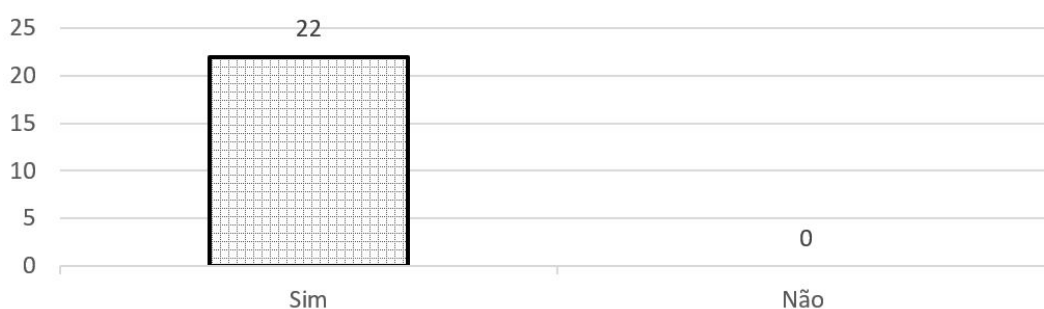


Fonte: educandos da Escola Estadual Professor Gilberto do turno matutino do 3º ano "2" do Ensino Fundamental do I ciclo.

Hoje já podemos ver que neste século XXI já não encontramos nem uma criança ou adolescente que vive fora do mundo digital, 100% responderam que tem contato com as ferramentas tecnológicas e conhecimento de seu uso.

Gráfico 15 - Contato dos estudantes com relação as tecnologias.

Você tem contato com alguma ferramenta tecnológica ?

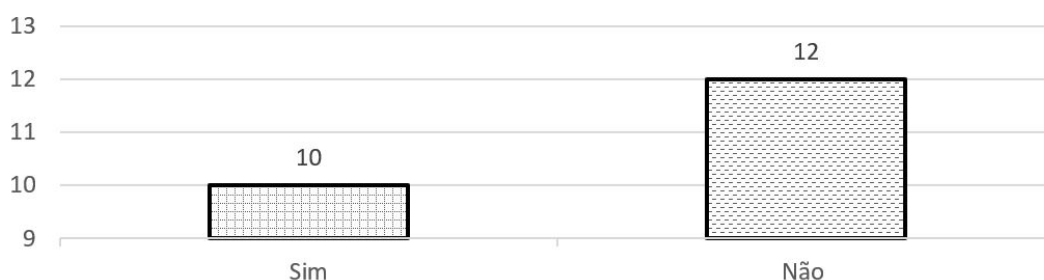


Fonte: educandos da Escola Estadual Professor Gilberto do turno matutino do 3º ano "2" do Ensino Fundamental do I.

Como observado no gráfico acima as tecnologias fazem parte do cotidiano dos alunos, de forma direta ou indiretamente.

Gráfico 16 - Manuseio dos estudantes com as ferramentas tecnológicas.

Você sabe manusear ou jogar algum jogo em celular, computador ou tablet ?

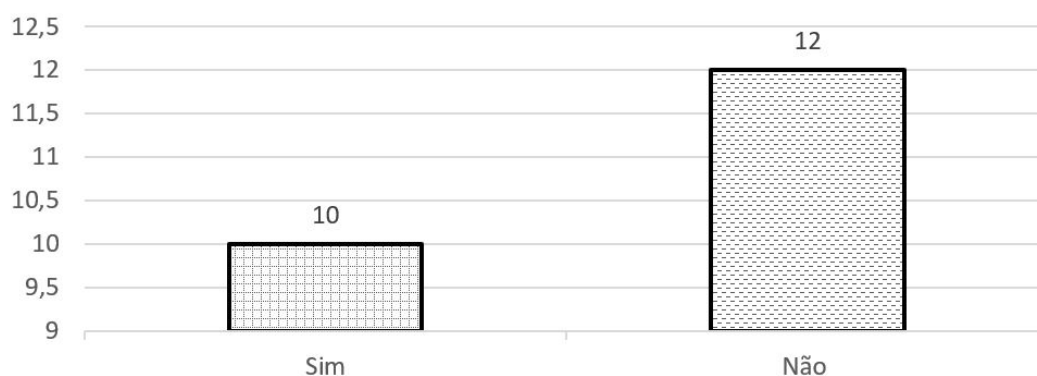


Fonte: educandos da Escola Estadual Professor Gilberto do turno matutino do 3º ano "2" do Ensino Fundamental do I ciclo.

Os jogos são instrumentos educativos muito bons para o desenvolvimento intelectual das crianças, porém a realidade dos alunos pesquisados é distante quanto ao manuseio de computadores e tablets, dados até que surpreendem ao realizar a análise das pesquisas, pois esses recursos já estão disponíveis em quase todos os lares.

Gráfico 17 - Estudantes que tem celular.

Você tem celular?

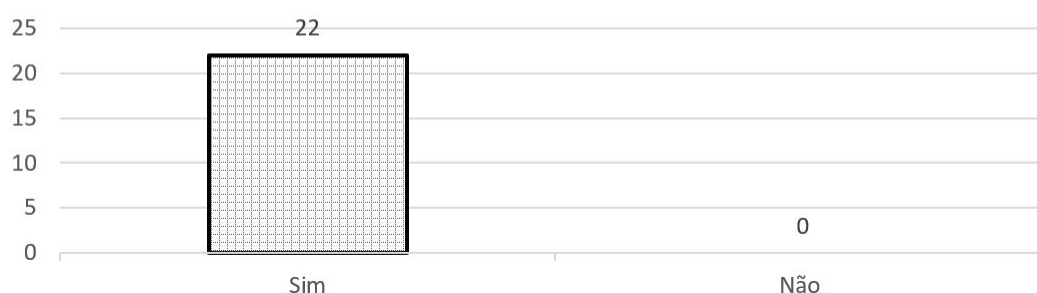


Fonte: educandos da Escola Estadual Professor Gilberto do turno matutino do 3º ano "2" do Ensino Fundamental do I ciclo.

O celular é um instrumento que está se tornando parte do dia a dia das pessoas, observou-se que uma parte dos alunos possuem celulares em casa, uns possuem seus próprios celulares e outros utilizam dos responsáveis, fazem uso do mesmo, podendo assim facilitar o trabalho em sala de aula, caso o professor queira inovar em suas práticas, tudo é claro com combinados antecipados tanto entre professores e alunos, quanto professores e responsáveis.

Gráfico 18 - A motivação e o interesse dos estudantes quando os educadores utilizam as ferramentas tecnológicas nas suas aulas.

Você gosta das aulas que seu professor prepara usando as mídias como: TV, música, microfone, celular, filme, vídeo aula, dataShow e sala de informática?



Fonte: educandos da Escola Estadual Professor Gilberto do turno matutino do 3º ano "2" do Ensino Fundamental do I ciclo.

Os estudantes afirmaram em seus relatos que gostam das aulas, porque fica mais atrativa, facilita a compreensão dos conteúdos e o tempo passa rápido. A tecnologia na atualidade é um instrumento que aproxima o professor de seus alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Crescer e inovar estes conceitos tornaram-se paradigmas para o ensino atual. Sabemos que a decisão de aderir ao uso de novas tecnologias, ou a qualquer outra metodologia inovadora no ambiente escolar é uma tarefa difícil, principalmente porque os educadores em geral têm receio e alguns até mesmo uma resistência em aceitar o novo. De acordo com Borba e Penteado (2013, p.56), “as inovações educacionais, em sua grande maioria, pressupõem mudança na prática docente, não sendo uma exigência exclusiva daquelas que envolvem o uso de tecnologia informática”. Estas colocações sugerem uma reflexão acerca da disparidade existente entre escola e realidade de acordo com as hipóteses levantadas seguem os resultados:

De acordo com o primeiro objetivo desta dissertação com a relação da importância e as necessidades/vantagens de inserir as novas tecnologias na prática docente, nos mostram que a escola, de um modo geral, não tem conseguido acompanhar satisfatoriamente o desenvolvimento tecnológico e científico da sociedade e, como consequência, tem falhado na sua função de preparar o aluno para interagir na mesma e, também, na promoção do seu desenvolvimento cognitivo.

O educador precisa buscar conhecer e estar consciente de que a adoção das TDIC na área educacional tem reflexos na sua prática docente e nos processos de aprendizagem, conduzindo para a apropriação de conhecimentos, evidencia-se a necessidade da formação e o aperfeiçoamento dos docentes quanto ao uso das tecnologias.

O ensino não tem que se render às novas tecnologias e sim usá-las para agregar maiores valores à educação e na formação de professores e alunos, as tecnologias usadas com fim educacional/pedagógico ampliam as possibilidades de o professor ensinar e o aluno aprender. Quando utilizada com significado e critério, a tecnologia pode contribuir para a produção do conhecimento e a melhoria do processo ensino - aprendizagem.

Conclui-se que o professor precisa vencer o receio de usar as tecnologias em seu trabalho docente e terá que ser responsável por esta ruptura paradigmática a partir da mudança do próprio comportamento. Pois, somente mediante esta mudança as dificuldades aqui apresentadas e muitas outras que possam surgir serão superadas permitindo a utilização dos potenciais educativos das TDIC.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Estelbina Miranda de. **Metodologia da Investigação Quantitativa e Qualitativa**, 2ª edição. Assunção-Paraguai, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos e apresentação**. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520: apresentação de citações em documentos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2014.

CINTRA, Rosana Carla Golçalves Gomes *et al.* **Educação E Tecnologia: A Importancia Da Formação.** Disponível em: <file:///C:/Users/hp.LAPTOPLSMRA5T/Desktop/artgos/artigo%20mari%2099.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

COELHO, M. A. P. **Conexões para o conhecimento:** uma abordagem conectivista para o desenho instrucional das disciplinas semi presencial dos cursos superiores da Faculdades Vale do Carangola, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/hp.LAPTOP4LSMRA5T/Desktop/TUTORIA%20UNADES%20BR%20Metodologia%20SL%202019/conectivismos.pdf.>. Acesso em: 15 mar. 2019.

COELHO, M. A. P. D. L. R. J. L. B. **Conectivismo:** Uma Teoria Educacional para um novo modelo de aprendizagem. Disponível em: <file:///C:/Users/hp.LAPTOP-4LSMRA5T/Desktop/artgos/conectivismos.pdf.>. Acesso em: 20 fev. 2019.

LETRA., P. A. P. D. **Projeto de Pesquisa:** Contribuições da Introdução das Novas Tecnologias na Prática Pedagógica., 2013. Disponível em: <https://pedagogiaaopedaletra.com/contribuicoes-da-introducao-das-novas-tecnologias-na-pratica-pedagogica.>. Acesso em: 18 mar. 2019.

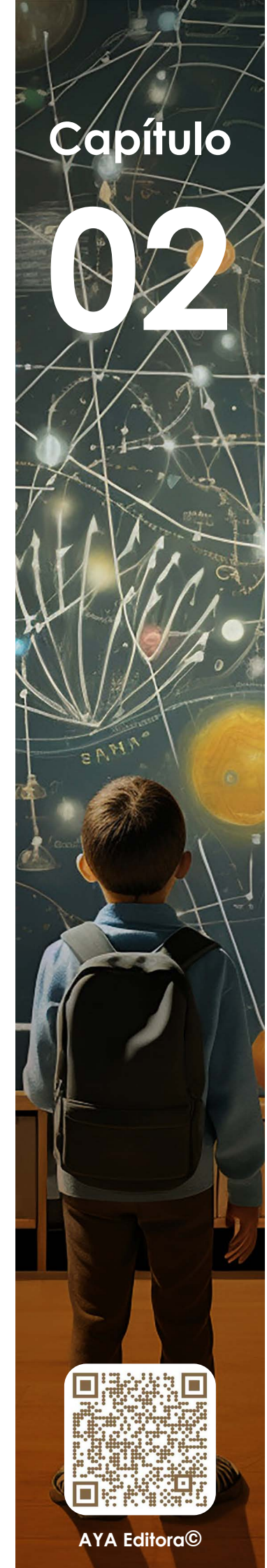
MORAN, J. M. M. . **Nonas Tecnologias e Mediação Pedagógica.** 7º edição. ed. São Paulo: Papyrus: [s.n.], 2003.

PEREIRA, B. T. **O Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação** na Prática da Escola. Disponível em:<file:///C:/Users/hp.LAPTOPLSMRA5T/Desktop/TUTORIA%20UNADES%20BR%20Metodologia%20SL%202019/artigo%20legal>. Acesso em: 27 fev. 2019.

TÉCNICAS., A. B. D. N. **NBR 10520:** apresentação de citações em documentos. ABNT. Rio de Janeiro: : [s.n.], 2014.

THEALDO, D. L. P. B. **O Uso da Tecnologia em Sala de Aula.** Disponível em: <file:///C:/Users/hp.LAPTOP-4LSMRA5T/Desktop/artgos/O-USO-DA-TECNOLOGIA-EM-SALA-DE-AULA.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

VELOSO, M. R. R. E. S. V. L. **Desafio e Dificuldades na Inserção e Aplicação das Tecnologias da Informação e Comunicação no Desenvolvimento da Prática Dpcente em Escola da Rede Pública.** Disponível em: <file:///C:/Users/hp.LAPTOP4LSMRA5T/Desktop/TUTORIA%20UNADES%20BR%20Metodologia%20SL%202019/artigo_tics%20legal.pdf.>. Acesso em: 12 mar. 2019.



Capítulo

02

Elementos socioeconômicos e culturais que tem dificultado a ação do coordenador pedagógico no enfrentamento das lacunas de aprendizagem provocado pela pandemia do covid-19, na Escola Estadual Iraci Leitão, Coari-AM, Brasil 2022

Socioeconomic and cultural elements that have difficulted the action of the pedagogical coordinator in addressing the learning gaps caused by the covid-19 pandemic, at Escola Estadual Iraci Leitão, Coari-AM, Brazil 2022

Irlene da Silva Paulo

RESUMO

Ao discorrer sobre as principais reflexões do processo de ensino e aprendizagem do coordenador pedagógico sobre a importância de sua ação na articulação da prática pedagógica com os professores para recuperação da aprendizagem na rede estadual no município de Coari 2022. A pesquisa foi predominantemente qualitativa e quantitativa de cunho misto. Segundo Sampieri (2013), o processo se dá através do método interpretativo. "Nas investigações qualitativas e quantitativas mistas, que são funda-



mentalmente descritivas, a interpretação dos estudos se realiza com um número reduzido de casos, mas a profundidade abrange todos os aspectos psicossociais que possam afetar a conduta humana dos casos estudados.” Os teóricos contribuíram para a compreensão dos aspectos positivos abordados pela metodologia. Os resultados foram significativos do ponto de vista qualitativa e quantitativa. A pesquisa realizada foi de cunho qualitativo, através de um estudo de caso, onde foram utilizados como método científico diferentes técnicas estatísticas para quantificar opiniões e informações, como a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo, a pesquisa exploratória e aplicação de questionários e entrevistas. É de suma importância dizer que, o professor tem e está se esforçando ao máximo para garantir um ensino de qualidade aos nossos estudantes nesta situação de pandemia e diante do que foi exposto, espera-se que, mais precisamente o pedagogo como articulador do processo ensino e aprendizagem descubram uma nova concepção do seu papel dentro das instituições de ensino na recuperação da aprendizagem nos pós-pandemia.

Palavras-chave: coordenador pedagógico; pós-pandemia; ensino fundamental I.

ABSTRACT

When discussing the main reflections of the teaching and learning process of the pedagogical coordinator about the importance of his action in articulating pedagogical practice with teachers to recover learning in the state network in the municipality of Coari 2022. The research was predominantly qualitative and quantitative of mixed nature. According to Sampieri (2013), the process occurs through the interpretative method. “In mixed qualitative and quantitative investigations, which are fundamentally descriptive, the interpretation of the studies is carried out with a reduced number of cases, but the depth covers all psychosocial aspects that may affect the human behavior of the studied cases.” Theorists contributed to the understanding of the positive aspects addressed by the methodology. The results were significant from a qualitative and quantitative point of view. The research carried out was of a qualitative nature, through a case study, where different statistical techniques were used as a scientific method to quantify opinions and information, such as bibliographical research, field research, exploratory research and application of questionnaires and interviews. It is extremely important to say that the teacher has and is making every effort to guarantee quality teaching to our students in this pandemic situation and in view of what has been exposed, it is expected that, more precisely, the pedagogue as an articulator of the teaching process and learning discover a new conception of their role within educational institutions in the recovery of learning after the pandemic.

Keywords: pedagogical coordinator; post pandemic; fundamental education I.

INTRODUÇÃO

Ao discorrer sobre as principais reflexões do processo de ensino e aprendizagem do coordenador sobre a importância da ação do coordenador pedagógico na articulação da prática pedagógica dos professores para recuperação da aprendizagem na rede estadual no município de Coari, 2022. É preciso revisitar teoricamente alguns documentos, normativas, artigos, textos e livros na perspectiva histórica do método de alfabetização e letramento e

contexto das linguagens sobre as dificuldades em aprendizagem que atravessou século.

A concepção de aprendizagem que vê o conhecimento como algo produzido, construído pela ação e pela reflexão do sujeito. Esse sujeito, no caso o aluno, é alguém que tem experiências, saberes e conhecimento “geralmente não ensinados pelo professor, mas construídos por ele” (Weisz, 2014) e que, diante de novas informações esforça-se para compreendê-las e assimilá-las esse processo de métodos de alfabetização e letramento.

Coordenador pedagogo enfrenta um grande desafio em gerenciar esta problemática mundial em decorrência ao período pandêmico que afetou o setor da educação. Pensando a necessidade de alçar o ensino de qualidade, esse questionamento torna-se mais pertinente quando a escola pertence a um bairro periférico de qualquer cidade brasileira, seja ela pertencente a região norte ou a região sul, claro que há exceções, e com elas vários aspectos que podem também contribuir para toda essa problemática, no que se refere a obtenção de pais que não se comprometem com o ensino de seus filhos no cotidiano escolar.

A importância social desta pesquisa torna-se fundamental, pois além dos conhecimentos assimilados de valor teórico que foram adquiridos através da literatura bibliográfica, pesquisa teórica, necessitou-se incluir conhecimentos *in lócus* através dos procedimentos metodológicos da pesquisa para a coleta de dados. O processo ensino aprendizagem é algo de suma importância no processo educacional de um país, a educação visa o crescimento de uma nação em todos os aspectos, seja ele econômico, social, cultural, político etc. Encontrar meios para que esse processo aconteça de forma igualitária a todos é papel do estado e de todos os envolvidos nesse sistema de ensino e a abordagem do tema comenta sobre a dificuldade na ação do coordenador pedagógico no enfrentamento das lacunas de aprendizagem provocado pela pandemia do covid-19, almeja esclarecer dúvidas e apresentar as inúmeras possibilidades de dificuldades que podemos alcançar com essa temática, conhecê-la para aprender a motivar os discentes ao processo de letramento pode-se também aprender, principalmente quando os objetivos são direcionados estrategicamente para a aquisição de saberes como um todo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Constituição Federal de 1988 (CF/1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), bem como o Plano Nacional de Educação (PNE) na sua meta 19 indicam: a liberdade de ensinar e aprender, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, a valorização dos profissionais da educação escolar, a gestão democrática do ensino público e a garantia de um padrão de qualidade, entre outros, como princípios sobre os quais a educação brasileira deve se consolidar.

A LDB nº 9.394/96 em seu Art. 14 determina que:

Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Assim, tanto a CF/1988 quanto a LDB nº 9.394/96 demonstram o quanto o papel do gestor pedagógico é importante no contexto educacional, uma vez que é ele o responsável por conduzir o processo pedagógico no universo escolar ao alcance dos seus objetivos, coordenando a elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico (PPP) com a participação de todos os profissionais da escola, garantindo o cumprimento do plano de trabalho dos docentes, promovendo a articulação com as famílias e a comunidade, conduzindo-a a estabelecer ações destinadas à promoção da cultura da paz, e tornando-a um ambiente seguro e pedagogicamente rico.

O peso da supervisão pedagógica: decorrência na forma de entender a coordenação

Desde os primórdios da instalação das escolas no Brasil, à época da companhia jesuíta, os então denominados Prefeitos tinham a incumbência de primar pela execução dos planos de estudos. Segundo Horta (2007, p.40), “na configuração dos primeiros colégios jesuítas, vemos pela primeira vez a descrição de um cargo, prefeito geral, ou prefeito de estudos, ocupado por um profissional a quem os professores deveriam remeter-se”.

Seguindo-se no tempo histórico com as diferentes reformas educacionais propostas, vemos surgindo outras nomenclaturas, embora sempre se mantendo a peculiaridade de supervisão, apoio, inspeção ou acompanhamento ao trabalho dos professores. Em 1854:

[...] estabeleceu-se, como missão do inspetor geral, supervisionar todas as escolas, além de presidir os exames dos professores e lhes conferir o diploma, autorizar a abertura de escolas particulares, rever livros, corrigi-los e até mesmo substituí-los por outros (Horta, 2007, p.45).

Na década de 1920 acirra-se a discussão sobre a necessidade de fiscalização dos sistemas de ensino, uma vez que eles crescem vertiginosamente devido ao processo de modernização brasileiro que traz para o âmbito escolar a necessidade da formação de futuros trabalhadores. Vários autores da época fizeram defesa à necessidade de os especialistas atuarem no âmbito da formação de professores. Anísio Teixeira, por exemplo, em 1958 faz menção à função de especialista em educação como sendo o profissional responsável por auxiliar o professor na sua tarefa docente, segundo ele, recentemente modificada em virtude de o processo de democratização do ensino trazer para o sistema educacional não apenas alunos, como também professores de classes mais populares.

Assim, as tarefas de administração, supervisão e planejamento realizadas pelo professor – denominado por Teixeira (1958) de competente – precisariam ser distribuídas a outros profissionais, igualmente professores, que, tendo tarefas específicas de orientação, administração e supervisão escolar, precisavam, assim, ser formados para tal. No entanto, ocorreram também críticas no sentido de que, ao assumir a necessidade de auxílio ao professor, legitimava-se o fato de que este profissional não teria autonomia intelectual para pensar o seu fazer pedagógico, o que o tornava cada vez mais executor de planos de trabalho. Conforme afirma Horta (2007, p. 62):

É possível observar que a hierarquização das funções (subdivisões de competências) enfatizada nas propostas dos reformadores, coloca o profissional professor cada vez mais sob a tutela de outros profissionais. A elaboração de programas, a seleção de livros didáticos, os novos modos de ensinar e as formas de avaliação passam a ser definidos por outros especialistas.

Apesar das críticas, a função do especialista – supervisor, administrador ou orientador – ocupou cada vez mais o cenário educacional e a preocupação com a sua formação ganharam espaço nos textos legais. A legitimidade da formação do especialista na Educação adquiriu reforço na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5692/1971 que tratou de estabelecer critérios para a formação destes profissionais e para a expansão dos orientadores na rede pública.

A orientação foi implantada em todos os Estados [...] em cumprimento à legislação, pelos governos militares, não como uma necessidade da escola e, sim, como uma política nacional, em que o Estado regula a educação enquanto instância da sociedade civil (Horta, 2007, p. 65).

Embora tratasse do tema ‘especialistas em educação’, essa lei fazia referência aos aspectos da formação do profissional, à forma de atribuição que, conforme o artigo 34 da Lei 5692/71, fixava que “a admissão de professores e especialistas no ensino oficial de 1º. e 2º. graus far-se-á por concurso público de provas e títulos [...]” (Brasil, 1971). A Lei nº 5692/71 foi elaborada sob princípios teóricos de uma maior aproximação entre os sistemas de ensino e unidades escolares e na perspectiva de que o ensino deveria atender às demandas das comunidades e, portanto, as escolas teriam características semelhantes. Sendo assim, intentava uma atuação menos burocratizada da supervisão, porém na prática não foi o que aconteceu. A supervisão encontrou resistência dos administradores de escola que, diferente do que propunha a lei, acabaram fechando-se para a prática da supervisão, acreditando que o papel desta seria, ainda, o da fiscalização.

Resguardadas as devidas proporções, uma vez que é sabido que ao professor nunca fora dada autonomia total para decidir o rumo de suas aulas, o que fica mais evidenciado, com a inserção dos especialistas, é a cisão entre o saber técnico e o fazer. Dessa forma, os especialistas acabaram por assumir papel fundamental na garantia de execução dos planos de educação com atribuições relacionadas à orientação, fiscalização e controle das normas e, aos professores, ficou restrita a incumbência de dar aulas. Diante desse breve panorama, podemos afirmar que os sistemas de ensino sempre lançaram mão do controle de ações dentro da escola, uma vez que estas são subordinadas a diferentes interesses (Garcia, 2002. p. 13).

No entanto, movimentos de resistência quanto a essa forma de conceber a supervisão escolar foram sendo instalados. Os debates referentes à problemática da dissociação entre especialistas e professores apontaram para a necessidade de maior definição do caráter complementar que cada um precisaria ter em relação ao trabalho do outro, considerando ainda que o local da atuação – Secretaria de Educação/Diretorias de Ensino, e escolas – permitiria a visualização de diferentes pontos de vista sobre a mesma questão:

O curso de pedagogia anuncia a divisão de tarefas referida à área básica da educação. Orientador, supervisor e diretor têm o campo educacional como espaço comum, no qual exercem a especificidade de suas formações. Além do campo comum, têm um instrumento de trabalho comum – o currículo -, entendido no sentido abrangente de tudo o que acontece na escola e afeta, direta ou indiretamente, o processo de transmissão, apropriação e ampliação do saber acumulado pela humanidade (Garcia, 2002, p. 15).

Neste contexto de necessidade de reformulação, o movimento social de luta pela aprovação de uma nova constituição que se voltasse para os princípios democráticos

foi instalado e, no ano de 1988, foi aprovada a Constituição. Assim, com os constantes estudos e debates que foram travados a respeito da democratização do ensino e, a partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que define, no artigo 22 inciso XXIV, a “competência da União, legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional”, vislumbrou-se uma nova reforma na legislação educacional.

Essa nova legislação trouxe para o interior das instituições de ensino novas responsabilidades que apontaram para o trabalho em equipe como possibilidade de garantia de maior qualidade às ações educacionais. Essa maneira de conceber a escola trouxe, por consequência, a necessidade de profissionais que coordenem esta equipe na construção de um projeto educacional voltado para alguns princípios. A legislação, dessa forma, acabou por legitimar a função de coordenação. Uma das contribuições mais atuais da legislação para o estabelecimento de novos paradigmas para a atuação dos profissionais da educação deu-se por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394 de 1996 que tratou à docência de forma diferenciada e exigiu, para demais funções do magistério, a experiência em sala de aula como pré-requisito.

Os estudos contemporâneos tratam de aproximar a função supervisora do papel docente com clara tentativa de traçar uma nova história para a supervisão escolar e para a função docente, sob maior cumplicidade entre as duas funções.

A partir da década de 90, observa-se, nos congressos e panfletos de cursos, uma oferta de reflexões em torno da compreensão do papel do coordenador pedagógico, com ênfase nesse especialista como peça estratégica para as mudanças necessárias que a escola deve promover para alcançar maior abrangência e eficácia (Horta, 2007, p. 70).

Essa particularidade é também observada no texto das Diretrizes que conceitua à docência:

Como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem entre conhecimentos científicos e culturais, nos valores éticos, políticos e estéticos inerentes ao ensinar e aprender, na socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo (Brasil, 2015, p. 2).

Sendo assim, configuram-se novos perfis dos profissionais da educação que procuram atentar, também, para novas concepções de ensino que passam pela discussão de novas competências dos profissionais da educação, a incluir a ideia de profissional reflexivo e de fortalecimento e maior destaque ao trabalho em equipe. O papel da formação continuada dos profissionais da educação também adquire novas configurações e a discussão se volta para as características que ela deve assumir. O perfil do professor, nesse contexto, também se torna objeto de intensos debates.

MARCO METODOLÓGICO

O estudo consiste numa pesquisa mista por se tratar de verificações em ambientes escolares, pois considera que existe uma relação entre o mundo e o sujeito além daquela traduzida em números, ou seja, busca explicar o porquê das coisas, exprimindo que convém ser feito, se valem de diferentes abordagens. O estudo também se caracteriza em pesquisa

exploratória porque visa proporcionar ao pesquisador maior familiaridade com o problema, por meio dela o pesquisador poderá fazer pesquisas bibliográficas, entrevistar pessoas, analisar exemplos que estimule a compreensão.

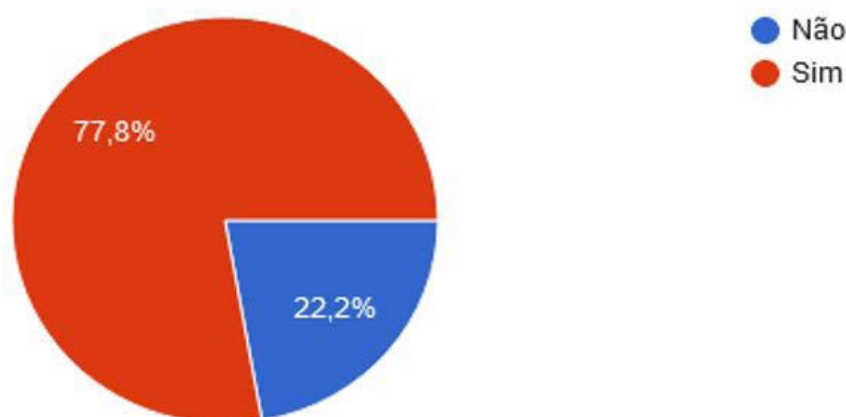
A referida pesquisa está sedimentada de Sampieri (2013, p. 555) parte da premissa do enfoque misto, desta maneira, o enfoque tem embasamento filosófico no pragmatismo, o qual exige do pesquisador um grande leque de pluralidade, são vários modelos mentais, isto facilita uma melhor compreensão do objeto em estudo. O pesquisador ao apropriar-se dessa corrente de pensamento deve ter uma visão holística do espaço onde se desenvolve a investigação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Abordaremos os dados (variáveis), com base na análise quantiquantitativa. Assim temos, pesquisa quantiquantitativa – realização de entrevistas com alunos, professores, gestor, pedagogos.

Para Hernández Sampieri e Mendoza (2013), outro atributo do trabalhomo é que inclua componentes de ambos os métodos que preencham “buracos” de conhecimento e acrescentem novas perspectivas à literatura sobre a pesquisa mista dentro do campo onde estamos trabalhando. Os instrumentos de pesquisa – questionários - foram organizados em categorias.

Gráfico 1 - Termo de consentimento livre e esclarecimento.

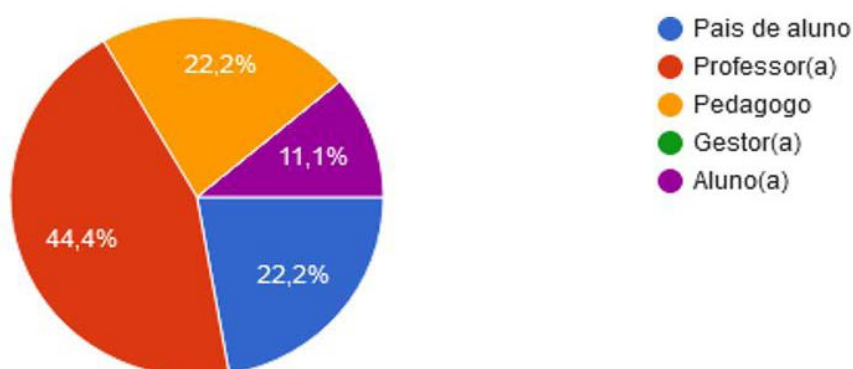


Fonte: próprio autora, 2022.

O *Consentimento Livre e Esclarecido* se caracteriza por um processo que inclui o esclarecimento ao convidado a participar da pesquisa, a garantia do entendimento sobre o convite em todas as suas nuances (procedimentos, riscos, benefícios, garantia de sigilo e de respeito aos direitos do convidado, entre outras), concessão de tempo adequado para a concordância ou não de sua participação. Somente após esses esclarecimentos o pesquisador responsável, ou pessoa por ele delegada apresentará ao convidado para participar da pesquisa, ou a seu representante legal, o documento que reflete esses esclarecimentos, o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (TCLE) para que seja lido e compreendido, antes da concessão do seu consentimento livre e esclarecido.

O documento deverá “ser elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela(s) pessoa(s) por ele delegada(s), devendo as páginas de assinaturas estar na mesma folha. Em ambas as vias deverão constar o endereço e contato telefônico ou outro, dos responsáveis pela pesquisa e do CEP local e da CONEP, quando pertinente”. Res. 466/12. IV (R.J.2017).

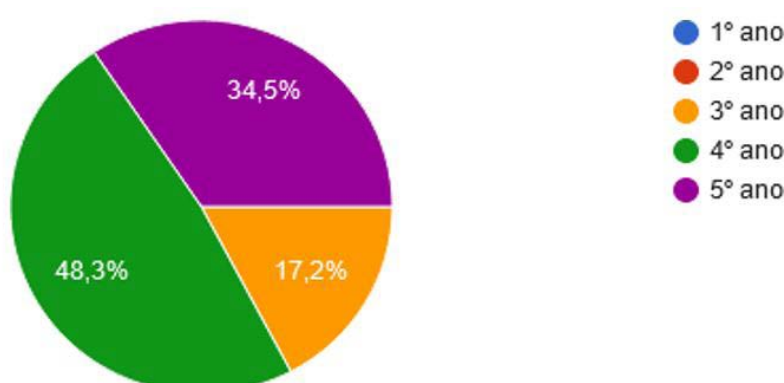
Gráfico 2 - Perfil dos participantes da pesquisa.



Fonte: própria autora, 2022.

Portanto, é de fundamental relevância a participação de toda a comunidade escolar, inclusive dos pais para que esses alunos sejam assistidos da melhor maneira dentro do sistema educacional local.

Gráfico 3 - Apresenta o perfil dos alunos a Escola Estadual Iracy Leitão de Coari/AM.



Fonte: própria autora, 2022.

A tabela abaixo mostra que maioria dos alunos tem 11 anos de idade estão na faixa etária do 2 ciclo do Ensino fundamental I, onde corresponde 51,7% são alunos de 11 anos e 34.5% são alunos na faixa etária de 10 anos e 13,8% são alunos de 12 anos de idade.

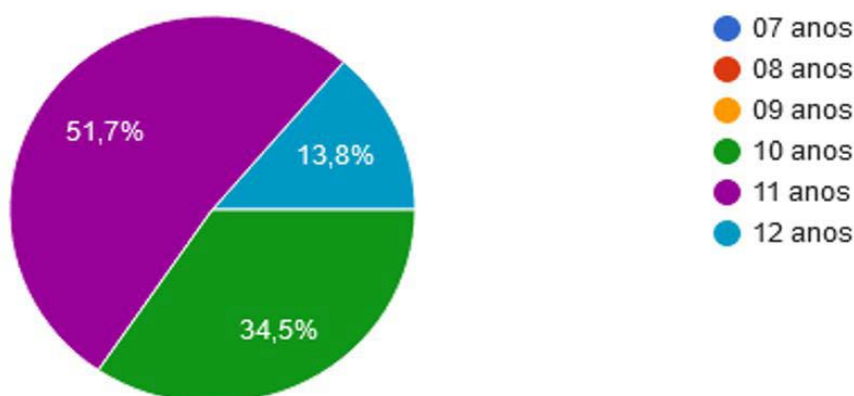
Tabela 1 - Apresenta o perfil dos alunos da Escola Estadual Iracy Leitão de Coari/AM

Perfil dos alunos do ensino Fundamental I			
13 ano	12	12	51,7%
14 ano	6	6	34,5%
15 ano	2	2	13,8%
Total	20		100%

Fonte: própria autora, 2022.

A pesquisa foi realizada com 20 alunos e foi feita com 2 alunos do 5º ano, 6 anos dos 3º anos e, 11 alunos dos 4º anos do ensino fundamental I, para assim termos opiniões diversificados e conhecermos realidades diferentes.

Gráfico 4 - Perfil dos alunos por idade.



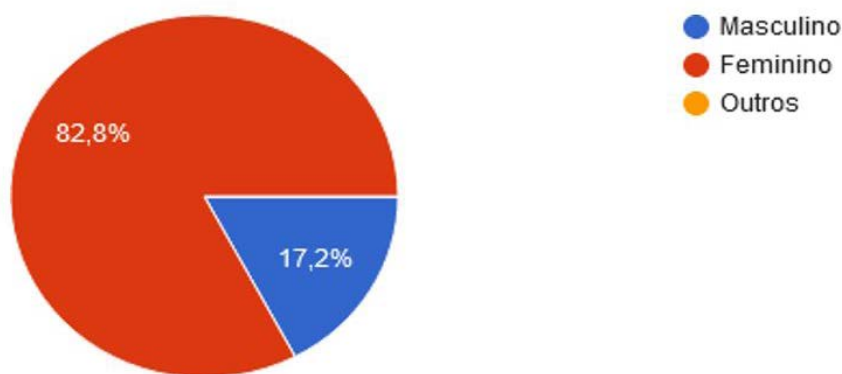
Fonte: própria autora, 2022.

Os participantes da pesquisa são alunos nesta categoria. O interesse em abordar a temática, deu-se devido às inúmeras informações sobre casos de alunos com déficit de aprendizagem nos anos 2020/2021. Este fato nos levou a ter interesse de realizarmos uma pesquisa qual quantitativa com aplicação de questionários semiestruturados, com entrevistas, para ter-se uma visão mais ampla dessa questão que vem atingindo crianças na faixa etária de 07 a 12 anos e averiguar neste âmbito escolar as contribuições das ações do pedagogo na atuação.

A atuação do pedagogo é imprescindível na ajuda aos professores no aprimoramento do seu desempenho na sala de aula (conteúdo, métodos, técnicas, formas de organizações da classe), na análise e compreensão das situações de ensino com base nos conhecimentos teóricos, ou seja, na vinculação entre as áreas do conhecimento pedagógico e o trabalho na sala de aula." (Libâneo, 2002, p. 61).

Diante deste contexto, surge a necessidade de um profissional com ações educativas que mobilizem os diferentes segmentos da comunidade escolar em busca de uma prática educativa de qualidade e que atenda qualitativamente as necessidades dos alunos com dificuldade de aprendizagem.

Gráfico 5 - Perfil do aluno por gênero dos participantes.



Fonte: própria autora, 2022.

Nota-se que a maioria dos alunos participantes da pesquisa é do gênero feminino. Neste sentido verifica-se que há uma maioria dos estudantes são mulheres, isso denota que há um interesse dos pais em matrícula seus filhos e preparação para diversos nível e padrões econômicos e cultural.

Entendendo-se a educação como um direito fundamental, universal, inalienável e um instrumento de formação na luta pelos direitos de cidadania e pela emancipação social, conforme prevê a Constituição Federal de 1988, nos seus Artigos 205 e 206, I, que a educação é dever do estado e da família e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola.

Art.205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art.206 – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

1. Igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Igualmente expressa no Artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sancionada em 20/12/1996, “O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (...)” (Brasil, 1988).

Porém, de acordo com Almeida (2000), a crise estrutural do sistema educacional brasileiro não permite a universalização de seu acesso. Devido às necessidades objetivas da luta pela sobrevivência, grande parte da população se sujeita ao trabalho, abandonando o sistema escolar.

Igualmente expressa no Artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sancionada em 20/12/1996, “O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (...)”.

Em 2001 foi aprovado o Plano Nacional de Educação, atendendo a uma reivindicação do Fórum Nacional Brasileiro, que solicitou a implementação de programas de assistência estudantil, que apoiasse estudantes carentes com bom desempenho curricular.

Educação Nacional nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 e Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001, Plano Nacional de Educação, além de contemplar o disposto no Programa de Governo e Plano Plurianual (Amazonas, 2008 a 2011). A construção coletiva do Plano Estadual de Educação – PEE/AM representa um marco na história da educação no estado do Amazonas, principalmente por ter contado com a participação ativa da comunidade. Porém, conforme afirma Faria (1993, p.208):

Podemos dizer que, genericamente, sem perder de vista as experiências e iniciativas diferenciadas, a assistência não é considerada como um espaço de ações educativas e de produção e transmissão de conhecimento, convivendo com sua marginalização no conjunto das prioridades acadêmicas e administrativas.

Atualmente, a orientação educacional está mais completa e se preocupa com a formação do aluno como um cidadão, e não só em relação ao seu futuro profissional. Por isso, o orientador deve estar atento tanto aos alunos quanto ao corpo docente e ao restante da comunidade escolar.

As trocas de experiências, os debates em reuniões, a discussão dos problemas,

o planejamento e a avaliação constante do trabalho desenvolvido no espaço escolar, proporciona a reflexão, a gestão democrática participativa e a percepção de que cada professor faz parte do grupo escolar, necessitando atualizar suas práticas pedagógicas para atender às mudanças do campo educacional. Isto ocorre mediante a prática da formação continuada, a qual favorece a ascensão de várias experiências articuladas ao cotidiano escolar, fazendo com que o professor participe de espaços de reflexão e consequente intervenção direta na prática pedagógica, bem como, se sinta valorizado por seus conhecimentos, capacidades e habilidades, fortalecendo a sua identidade profissional e a do grupo escolar. Esta afirmação fundamenta-se em Nóvoa (1992, p. 32) quando diz que:

A formação continuada de professores justifica-se para que se criem condições geradoras de competências e inovações para intervenções propositivas nas situações que vão ocorrendo. É uma concepção de formação que faz das práticas profissionais dos professores contextos de “requalificação do coletivo de trabalho.

A escola pode ser vista como um espaço de formação continuada do docente, pois diariamente este se depara com novas experiências, com novos saberes, com situações adversas e precisa tornar o ensino-aprendizagem válido aos seus alunos, mediando o processo de construção de conhecimentos e fazendo com que estes se tornem agentes do próprio processo de aprendizagem. “É nesse cotidiano que o profissional da educação aprende, desaprende, estrutura novos aprendizados, realiza descobertas e sistematiza novas posturas na sua práxis” (Costa, 2004, p. 70).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, espera-se que, mais precisamente o pedagogo como articulador do processo ensino e aprendizagem descubram uma nova concepção do seu papel dentro das instituições de ensino na recuperação da aprendizagem nos pós pandemia.

Que os resultados desse trabalho possam nortear o trabalho do pedagogo, do gestor, do professor de forma satisfatória e que a escola se aproprie de estratégias que tenha como guia as novas tendências educacionais, pois possui uma gama de formas de recuperar a aprendizagem e construir conhecimentos. Pois quanto mais se tem contato com as novas abordagens concepcionais, maior será seu desempenho diante dos desafios pós-pandemia.

A escola necessita que os profissionais da educação estejam em constante inquietação com o nível de aprendizagem em que os alunos se encontram. Profissionais que buscam oferecer um ensino de qualidade, e que estejam em constante compreensão com o novo e desenvolvam um trabalho em conjunto com o pedagogo da escola. Que seja um aprendizado intrínseco entre o gestor, pedagogo, professor com persistência diante das adversidades na aprendizagem para que haja qualidade no ensino no município de Coari.

Ao finalizar este trabalho é possível apontar algumas considerações, entre elas, a percepção da importância das metodologias inovadora e recursos pedagógicos, conteúdos/conceitos no ensino e na aprendizagem em que proporcionam aos alunos uma prática voltada à aplicabilidade na resolução de problemas, reflexão e vinculação com a realidade, o que possibilita aos alunos o desenvolvimento de competências e habilidades que promovam a construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA. **A indisciplina e o sentimento de vergonha**. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.

BRASIL, Maria Aparecida Mourão; BARRICHELO, Luiz Ernesto George. **Métodos para determinação da densidade básica de cavacos para coníferas e folhosas**. IPEF, Piracicaba, v. 2, n. 3, p. 65-74, 1971.

BRASIL, SaferNet. **Adolescentes**. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 out. 1988.

COSTA, Ediná Alves. **Vigilância sanitária: proteção e defesa da saúde**. 2004.

FARIA, Luciano Menezes. **Os desafios de ser coordenador pedagógico na atualidade**. Cáceres, 2010.

GARCIA, Regina Leite. Especialista em educação, os mais novos responsáveis pelo fracasso escolar. In: ALVES, Nilda e GARCIA, Regina Leite (org.) **O fazer e o pensar dos supervisores e orientadores educacionais**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HORTA, Patrícia Rossi Torralba. **Identities em jogo: duplo mal-estar das professoras e das coordenadoras pedagógicas do Ensino Fundamental I na constante construção de seus papéis**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2003.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. In: NÓVOA, A (Org.). Os Professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SAMPIERI, Clara L.; LEÓN-CÓRDOBA, Kenneth; REMES-TROCHE, José María. **Metaloproteínas de matriz e seus inibidores teciduais no câncer gástrico como marcadores moleculares**. Revista de pesquisa e terapêutica do câncer, v. 3, pág. 356-363, 2013.

TEIXEIRA, Anísio. **Por que especialistas de educação?** Boletim Informativo CAPES. Rio de Janeiro, n.62, 1958. p.1-2. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/especialistas.html>.

WEISZ, Telma. **A aprendizagem do sistema de escrita: questões teóricas e didáticas**. Veras, v. 6, n. 1, p. 11-20, 2014.

Capítulo

03

Escola e família: fatores que influenciam no processo ensino-aprendizagem do aluno no ensino fundamental I na Escola Estadual Capitão General Mendonça Furtado, no ano 2018

School and family: factors that influence the student's teaching-learning process in elementary education I at Escola Estadual Capitão General Mendonça Furtado, in the year 2018

Lúcia Pereira Macêdo

Professora da Rede Estadual do Amazonas, Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM, Especialização em DOCENCIA NO ENSINO SUPERIOR pela Universidade Candido Mendes, Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol –UNADES

<http://lattes.cnpq.br/4545991918372418>

RESUMO

O presente trabalho dissertativo tem como objetivo compreender em que consiste a participação da família na escola, visando os fatores que influenciam o sucesso ou fracasso escolar no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de alunos dos anos iniciais do ensino fundamental I da Escola Estadual Capitão General Mendonça Furtado no ano de 2018, no Município de Itacoatiara - Amazonas - Brasil. Assim, obteve-se como resultado principal da pesquisa, a que tanto a família quanto a escola são referenciais importantes que embasam o bom desempenho escolar da criança e que a participação da família influencia em sua vida escolar. Diálogo entre família (pais e filhos) e escola. Acompanhamento pedagógico com o professor e com o aluno; para evitar o fracasso, o desinteresse de alguns alunos e dos pais. Ausência dos pais na vida escolar dos seus filhos; a falta de motivação por parte do professor, do aluno e da família. Sala de aula com muitos alunos. Por fim, são apresentadas as



recomendações relevantes sobre o tema trabalhado, para a instituição de ensino educacional à escola, aos professores, a pedagoga e família.

Palavras-chave: escola; família; processo de ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

The present dissertation aims to understand what family participation in school consists of, focusing on the factors that influence school success or failure in the development of the teaching-learning process of students in the initial years of Elementary School I at Escola Estadual Capitão General Mendonça Furtado in 2018, in the Municipality of Itacoatiara - Amazonas - Brazil. Thus, the main result of the research was that both the family and the school are important references that support the child's good academic performance and that family participation influences their school life. Dialogue between family (parents and children) and school. Pedagogical support with the teacher and the student; to avoid failure and lack of interest on the part of some students and parents. Absence of parents in their children's school life; the lack of motivation on the part of the teacher, student and family. Classroom with many students. Finally, relevant recommendations on the topic discussed are presented, for the educational institution, the school, the teachers, the pedagogue and the family.

Keywords: school; family; teaching-learning process

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como arcabouço a investigação da escola e família e seus fatores que influenciam no processo ensino-aprendizagem do aluno no ensino fundamental I na Escola Estadual Capitão General Mendonça Furtado, no ano de 2018. É importante dizer que os alunos desta fase de ensino, necessitam de um maior envolvimento no contexto escolar, pois estão no início de sua “construção” e é comprovável que a participação da família tem sido apontada como um dos fatores fundamentais do sucesso ou fracasso escolar da criança.

A educação perpassa tanto o ambiente escolar quanto o familiar, pois, a interação entre ambos é muito importante para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem.

Escola e família, segundo Diogo (1998, p. 20), ao longo do tempo, foi sofrendo algumas transformações, evoluindo de uma relação assimétrica, onde era atribuído um maior poder à escola e um papel mais passivo aos pais, para uma relação mais simétrica, de maior proximidade e onde a colaboração estreita entre família e escola é desejável. Já alguns estudiosos apontam a importância da família no processo de ensino-aprendizagem da criança. Como Ribeiro (1983), Parente (1984), Sayão (2002) e outros teóricos que vêem a importância da parceria entre escola e família no processo do desenvolvimento educacional, como fator imprescindível na formação do educando. Pois, sabe-se que é no seio da família que a criança recebe seus primeiros estímulos, constrói seu caráter com a percepção dos reflexos que lhes são passados através das ações do dia a dia.

A escola para Freire (2000, p. 132), tem a função de proporcionar um conjunto de práticas preestabelecidas e o propósito de contribuir para que os alunos se apropriem de conteúdos sociais e culturais de maneira crítica e construtiva. Portanto, este estudo, deverá favorecer a todos, que se encontram nesse processo, pais, professores e filhos/alunos, contribuindo para estreitar o relacionamento de parceria que deve haver entre a família e a escola. Pois, sabe-se que ambas são pontos de apoio e sustentação ao ser humano.

O processo de ensino-aprendizagem pode ser beneficiado quando professor, aluno e família buscam conhecimentos mútuos de suas necessidades, principalmente nesta fase dos anos iniciais do ensino fundamental percebe-se que a discussão sobre como envolver a família no processo de aprendizagem na escola não é recente, promover a corresponsabilidade exige desafios. Para Vygotsky o ser humano se caracteriza por uma sociabilidade primária. Henri Wallon expressa a mesma ideia de modo mais categórico: “Ele (o indivíduo) é geneticamente social” (Wallon *apud* Barros, 1998, p.92). Entretanto, esta sociabilidade se faz necessária para contribuir no processo de ensino-aprendizagem do educando, pois somente com a família interagindo com as escolas é que terá além de uma boa formação, uma preparação para tomar atitudes para enfrentar as dificuldades que certamente virão no decorrer de sua vida.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O termo escola deriva do latim *schola* e refere-se ao estabelecimento de ensino (dicionário Aurélio de português online). As mudanças pelas quais a sociedade tem passado atualmente em decorrência de grande carga de informação, dos avanços tecnológicos e tantos outros fatores têm repercutido na estruturação da família e consequentemente na estrutura da escola. Portanto, faz-se necessário voltar atenção para a escola que, apesar das mudanças, continua exercendo a função de transmitir conhecimentos científicos.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases - LDB (1996) a escola deve ter o papel de vincular-se ao mundo do trabalho e às práticas sociais. Desta forma, espera-se que a educação escolar prepare o estudante para a vida e que o inspire nos princípios de liberdade e em ideais de solidariedade humana. Tais princípios e valores são universais e devem orientar toda a ação educativa da escola, das organizações sociais, das famílias e de outros segmentos que queiram colaborar com a educação escolar em todos os níveis.

O acesso a esta fase da escolaridade no Brasil é determinado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº 9.394/96. Desde 2006, a duração do ensino fundamental, que até então era de 08 anos, passou a ser de 09 anos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) foi alterada em seus artigos 29, 30, 32 e 87, através da Lei Ordinária 11.274/2006, e ampliou a duração do ensino fundamental para 09 anos, estabelecendo como prazo para implementação da Lei pelos sistemas de ensino, o ano de 2010.

Segundo o artigo 32º da LDB, o Ensino Fundamental Brasileiro tem como o objetivo a formação básica do cidadão. E é amparado por Lei:

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Ainda de acordo com a LDB 9.394/96, a escola deve exercer um papel humanizado e socializado, além de desenvolver habilidades que possibilitem a construção do conhecimento e dos valores necessários à conquista da cidadania plena (Brasil, 1996).

Ao se falar da escola, não se pode deixar de fazer referência ao que a lei determina para os docentes, ou seja, a incumbência destes com a prática educativa. De acordo com a Lei 9394/96, em seu artigo 13, os docentes, incumbir-se-ão de especialmente nos parágrafos:

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e comunidade.

A escola é para a sociedade uma extensão da família, pois é através dela (a escola) que se consegue desenvolver indivíduos críticos e conscientes de seus direitos e deveres. Na verdade, encontrar formas de modo a favorecer um ambiente conveniente e favorável a todos, constitui-se num grande desafio para escola. Diante dessas premissas, percebe-se que o papel da escola supera a simples condição de mera transmissora de conhecimento. Segundo Symanski (2001, p. 90) afirma que: “a escola tem um papel preponderante na contribuição do sujeito, tanto do ponto de vista de seu desenvolvimento pessoal e emocional, quanto da constituição da identidade, além de sua inscrição futura na sociedade.”

Diante do exposto, faz-se necessário que a escola repense sua prática pedagógica para melhor atender a singularidade de seus alunos, o que a obriga a uma parceria com a família, de forma a atingir seus objetivos educativos.

Para Heidrich (2009, p.25), — a escola foi criada para servir à sociedade. Por isso, “ela tem a obrigação de prestar conta de seu trabalho, explicar o que faz e como conduz a aprendizagem das crianças e criar mecanismos para que a família acompanhe a vida escolar dos filhos”, porém, não é apenas a escola que educa. A sociedade também tem uma parcela de contribuição nesse processo, com as mais variadas manifestações culturais que exercem, de algum modo, influência sobre o ser humano.

De acordo com Tiba (1996, p. 121): “cada aluno traz dentro de si sua própria dinâmica familiar, isto é, seus próprios valores (em relação a comportamento, disciplina, limites, autoridades, etc.) cada um têm suas características psicológicas pessoais”.

A formação do caráter e personalidade do indivíduo ocorre ainda na infância e as principais instituições responsáveis por este desenvolvimento são, sem dúvida, a escola e a família. A escola, como segunda instância, oferece um maior grau de socialização que a

família. É lá que a criança passa a conviver com outras crianças, experimenta um ambiente novo, com novas regras e novos conceitos educativos.

A escola é, como qualquer outra instituição social, uma disseminadora de saberes e ideologias e o professor que não é mais visto como um transmissor de conhecimento e sim como um mediador de conhecimento, alguém que dá a direção na aprendizagem e na relação da escola com esse aluno. Libâneo (2002), coloca que as práticas educativas é que, verdadeiramente, podem determinar as ações da escola e seu comprometimento social com a transformação. E o professor é fonte de informação, dentre outras tantas que estão discutidas atualmente, é também transmissor de ideologia e o seu papel na sociedade é fundamental.

É importante que a escola busque estreitar suas relações com a família em nome do bem-estar do aluno. Para maior fluência de seus objetivos, a escola necessita da participação da família e que essa participação seja de efetivas contribuições para o bom desempenho escolar dos alunos. As responsabilidades da escola hoje vão além de mera transmissora de conhecimento científico. Sua função é muito mais ampla e profunda.

Enfim, tem como tarefa árdua educar a criança para que ela aprenda a conviver em sociedade, para que tenha uma vida plena e realizada, além de formar o profissional contribuindo assim, para a melhoria da sociedade. De acordo com Torres (2006), uma das funções sociais da escola é preparar o cidadão para o exercício da cidadania vivendo como profissional e cidadão. O que quer dizer que a escola tem como função social democratizar conhecimentos e formar cidadãos participativos e atuantes.

MARCO METODOLÓGICO

A Escola Estadual Capitão General Mendonça Furtado no município de Itacoatiara-Amazonas-Brasil, foi a instituição onde se deu a pesquisa. Itacoatiara é um município brasileiro localizado na Região Metropolitana de Manaus, no estado do Amazonas. É a terceira cidade mais populosa do estado, com 99.955 habitantes, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018 e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,711. Considerada um dos maiores pólos agropecuário do Brasil, a cidade vem ocupando uma relevante posição nacional, sendo considerada uma das mais dinâmicas do Brasil ocupa uma área de 8.891,993 km², representando 0.5661% do Estado, 0.2308% da Região e 0.1047% de todo o território brasileiro. Desse total 10,2412 km² estão em perímetro urbano.

A cidade é conhecida como Cidade da Pedra Pintada^[16] por possuir na entrada da área urbana uma pedra pintada com um escrito indígena do tupi ou nheengatu itá: pedra; e coatiara: (pintado, gravado, escrito, esculpido) que deu origem ao nome atual da cidade. Itacoatiara possui um importante porto fluvial, responsável por uma grande quantidade de transporte de cargas, sendo o segundo maior porto fluvial escoador do país, pois chegam diariamente cargas vindas de cidades como Belém, Cuiabá, Manaus e Santarém.

Neste contexto a escola pesquisada Capitão General Mendonça Furtado, oferece o ensino fundamental I, no turno matutino e vespertino (1º ao 5º ano). Entretanto, na escola

tem apenas três turmas de 1º ano, quatro turmas de 2º ano, três turmas de 3º ano, duas turmas de 4º ano e quatro turmas de 5º ano, ao todo estão matriculados na escola 503 alunos. Esta escola foi escolhida, pois a autora convive diariamente com os todos os atores envolvidos neste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados segue a proposta de coleta apresentada, que foram utilizados como principal instrumento os questionários como guia de entrevista contendo questões fechadas que são analisadas de acordo com o referencial teórico apresentado, seguindo a proposta de estudo da pesquisa qualitativa (Barros e Lehfeld, 1990, p. 87).

Conforme os primeiros dados da observação, no primeiro momento observou-se a estrutura física da escola de ensino fundamental dos anos iniciais, onde deu para perceber que tem salas de aulas climatizadas, toda ornamentada com imagens de números, alfabeto, painel de aniversariante do mês, cartaz de boas maneiras, as cadeiras e mesa para os alunos tudo individual, tem uma sala de professores com bastante livros para planejamento, uma secretaria equipada com armários para guardar arquivos, mesas, cadeiras e também armário de madeira MDF, dois computadores e uma máquina de xerox.

Em se tratando do perfil dos pais dos alunos são oriundos de classe baixa e média da cidade, observou-se que muitos pais participam dos eventos da escola e outros não participam de quase nada, não têm tempo. Porém, a maioria conhece bem a escola e suas normas. Quanto ao perfil da pedagoga, percebe-se que faz seu trabalho com dedicação e compromisso dando acessoria pedagógica aos professores. Quanto ao perfil dos professores, observou-se que são atuantes em todos os aspectos relacionados aos desafios enfrentados no âmbito escolar e de todas as mudanças, conversam com os alunos, tratam bem os pais, na hora da entrada (7:10) e saída (11:30) das crianças na escola, falam da importância da relação escola e família e do acompanhamento dos pais nas atividades escolares que contribuirão na aprendizagem na vida das crianças.

Além disso, os docentes têm entre 40 a 53 anos de idade e todos são graduados, isso quer dizer que são conhecedores da grade curricular do ensino fundamental I, e conhecem os conteúdos pertinentes à disciplina que trabalha e, ambos, podem tecer e inferir comentários a respeito da temática no dia a dia do desenvolvimento de suas atividades no ambiente escolar, também se percebe que os educadores são dedicados e tratam bem as crianças, desta instituição de ensino.

Resultado das entrevistas com os participantes da pesquisa na Escola Estadual Capitão General Mendonça Furtado

Conforme o guia de entrevista perguntou-se: qual a importância da participação da família e escola para a contribuição no desenvolvimento do processo educativo da criança e como a relação entre família e escola é avaliada por você?

Quadro 1 - A participação da família e escola.

Quanto a importância da participação...	Professores	Pedagoga	Pais
Motiva o aluno a aprender.	03	01	10
Melhora a disciplina na escola	0	0	06
Família acompanha o desempenho	02	0	18
Quanto a relação entre família e escola é avaliada.	-	-	-
Ótima	2	0	10
Boa	3	1	20
Ruim	0	0	04

Fonte: dados elaborados pela própria pesquisadora

De acordo com as respostas fornecidas através da entrevista os participantes deram informações concretas para objetivar os dados da primeira questão.

No quadro nº 1, de acordo com a resposta dos professores sobre a importância da participação da família e escola para a contribuição no desenvolvimento do processo educativo da criança: três professores dizem que motiva o aluno a aprender e os outros dois relatam que família acompanha o desempenho. Quanto a relação entre família e escola é avaliada por dois professores sendo ótima e três disseram boa.

Segundo a pesquisa em se tratando dos dados correspondentes ao objetivo Nº 02, Descrever o papel da escola e da família no processo de desenvolvimento de aprendizagem da criança;

Diante das observações na escola, no dia da reunião de pais na entrega do boletim do 3º bimestre, observou-se que os professores das turmas do 3º ano, comentam que tem alguns alunos que não fazem atividade, assim como vai volta e que os pais desses alunos são chamados pela pedagoga mais não comparecem a escola, observa ainda que as professoras relatam que os alunos já estudam juntos desde os anos anteriores, moram próximos uns dos outros, alguns pais já estabeleceram vínculos de amizade durante esses anos.

Assim, fica claro que é preciso que escola e família cumpram seus papéis para contribuir no processo de ensino-aprendizagem do educando, principalmente da turma do 3º ano, pois, somente com a família interagindo com a escola é que terá além de uma boa formação, uma preparação para tomar atitudes para enfrentar as dificuldades que certamente virão no decorrer de sua vida.

Entrevista com os participantes da pesquisa na Escola Estadual Capitão General Mendonça Furtado.

De acordo com guia de entrevista foram perguntados: na sua opinião, qual é o papel da escola e da família no processo de desenvolvimento de aprendizagem da criança?

Quadro 2 - O papel da escola e da família.

Quanto ao papel da família	Professores	Pedagoga	Pais
Estar presente em todos os momentos da vida de seus filhos, inclusive da vida escolar	02	-	11
São de proteger e dar continuidade ao trabalho da escola.	-	-	10
Desempenhar papel educacional e de responsabilidade;	03	01	13
Quanto ao papel da escola			
Transmitir conhecimentos científicos	01	-	09
Desenvolver e formar cidadãos críticos e conscientes.	01	-	09
Educar a criança para que ela tenha uma vida plena e realizada, além de formar o profissional;	03	01	16

Fonte: dados elaborados pela própria pesquisadora

De acordo com as respostas fornecidas por meio da entrevista os participantes deram respostas plausíveis para objetivar os dados da segunda questão.

No quadro nº 2, de acordo com a resposta dos professores sobre o papel da escola e da família no processo de desenvolvimento de aprendizagem da criança: dois professores responderam que o papel da família é estar presente em todos os momentos da vida de seus filhos, inclusive da vida escolar e os outros três relatam que é de desempenhar papel educacional e de responsabilidade. Quanto o papel da escola, um professor mencionou que é transmitir conhecimentos científicos, o outro disse que é de desenvolver e formar cidadãos críticos e conscientes e três apontam que é de educar a criança para que ela tenha uma vida plena e realizada, além de formar o profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa buscou-se compreender em que consiste a participação da família e escola, visando os fatores que influenciam o sucesso ou fracasso escolar no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de alunos dos anos iniciais do ensino fundamental da Escola Estadual Capitão General Mendonça Furtado no ano de 2018.

Em que consiste a participação da família e escola, visando os fatores que influenciam o sucesso ou fracasso escolar no desempenho do processo de ensino-aprendizagem de alunos dos anos iniciais do ensino fundamental da Escola Estadual Capitão General Mendonça Furtado no ano de 2018, este têm sido um dos grandes motivos deste questionamento, tanto pelos teóricos, pelos professores, pedagoga e pais de alunos.

Neste sentido, a investigação foi centrada nessa problemática, chegou-se a concluir de acordo com o resultado da pesquisa junto aos participantes, que tanto a família quanto a escola são referenciais importantes que embasam o bom desempenho escolar, portanto, quanto melhor for o relacionamento entre estas duas instituições mais positivo será esse desempenho.

Todavia, a participação da família na educação formal dos filhos precisa ser constante e consciente, pois vida familiar e vida escolar se complementam. Mas também foram evidenciados que alguns fatores contribuem para o fracasso ou o sucesso escolar da criança, como: acompanhamento dos pais na vida escolar dos seus filhos para ajudar no

processo de aprendizagem; bons métodos usados pelos professores; diálogo entre família (pais e filhos) e escola e o acompanhamento pedagógico com o professor e com o aluno; desinteresse de alguns alunos e dos pais; ausência dos pais na vida escolar dos seus filhos; a falta de motivação por parte do professor, do aluno e da família e a classe com muitos alunos

REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de Pesquisa: Propostas metodológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

DIOGO, Ana Matias (1998), “**Dinâmicas familiares e investimento na escola à saída do ensino obrigatório**”, in Pedro Silva (Org.), *Escolas, Famílias e Lares, Um Caleidoscópio de Olhares*, Porto, Profedições. 1998

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo, Paz e Terra, 1987

HEIDRICH, Gustavo. **O direito de aprender**. Revista Nova Escola/ Guia do Ensino Fundamental de 9 anos. n.225, Abril. São Paulo: 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2002.

RIBEIRO, L. (1983). **Avaliação da Aprendizagem**. Porto: Texto Editora, 3ª ed. 1983

SAYÃO, Rosely, psicóloga e autora do Livro “**Como educar meu filho?**”. (2002) (Publifolha)

TIBA, Içami. **Disciplina limite na idade certa**, São Paulo: Gente. 1996.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa: Edições 70, 1998.

Capítulo

04

O processo de ensino-aprendizagem no contexto da família e da escola

The teaching-learning process in the context of family and school

Lúcia Pereira Macêdo

Professora da Rede Estadual do Amazonas, Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM, Especialização em DOCENCIA NO ENSINO SUPERIOR pela Universidade Candido Mendes, Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol –UNADES

<http://lattes.cnpq.br/4545991918372418>

RESUMO

Este trabalho tem como arcabouço, a investigação da escola e família e seus fatores que influenciam no processo ensino-aprendizagem do aluno no Ensino Fundamental I na Escola Estadual Capitão General Mendonça Furtado, no ano de 2018. É importante dizer que os alunos, desta fase de ensino, necessitam de um maior envolvimento no contexto escolar, pois estão no início de sua “construção” e é comprovável que a participação da família tem sido apontada como um dos fatores fundamental do sucesso ou fracasso escolar da criança. A busca de uma harmonia entre família e escola deve fazer parte de qualquer trabalho educativo, pois, enquanto instituições sociais que se relacionam de maneira permanente e dinâmica no processo de desenvolvimento dos indivíduos devem estabelecer meios de cooperação e vínculos. A educação perpassa tanto o ambiente escolar quanto o familiar, pois, a interação entre ambos é muito importante para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem.. Diálogo entre família (pais e filhos) e escola. Acompanhamento pedagógico com o professor e com o aluno; para evitar o fracasso, o desinteresse de alguns alunos e dos pais. Ausência dos pais na vida escolar dos seus filhos; a falta de motivação por parte do professor, do aluno e da família. Sala de aula com muitos alunos. Por fim, são apresentadas as recomendações relevantes sobre o tema trabalhado, para a instituição de ensino educacional à escola, aos professores, a pedagoga e família.

Palavras-chave: escola; família; processo de ensino-aprendizagem

ABSTRACT

This work has as its framework the investigation of School and Family and its Factors that influence the student's teaching-learning process in Elementary School I at Escola Estadual Capitão General Mendonça Furtado, in the year 2018. It is important to say that students, at this stage of

Educação: um universo de possibilidades e realizações - Vol. 10

DOI: 10.47573/aya.5379.2.321.4



teaching, require greater involvement in the school context, as they are at the beginning of their “construction” and it is clear that family participation has been identified as one of the fundamental factors in the child’s academic success or failure. The search for harmony between family and school must be part of any educational work, as social institutions that interact permanently and dynamically in the process of individual development must establish means of cooperation and bonds. Education permeates both the school and family environments, as the interaction between both is very important for the success of the teaching-learning process. Dialogue between family (parents and children) and school. Pedagogical support with the teacher and the student; to avoid failure and the lack of interest of some students and parents. Absence of parents in their children’s school life; the lack of motivation on the part of the teacher, student and family. Classroom with many students. Finally, relevant recommendations on the topic discussed are presented, for the educational institution, the school, the teachers, the pedagogue and the family.

Keywords: school; family; teaching-learning process

INTRODUÇÃO

O processo de ensino-aprendizagem pode ser beneficiado quando professor, aluno e família buscam conhecimentos mútuos de suas necessidades, principalmente nesta fase dos anos iniciais do ensino fundamental percebe-se que a discussão sobre como envolver a família no processo de aprendizagem na escola não é recente, promover a corresponsabilidade exige desafios. Para Vygotsky o ser humano se caracteriza por uma sociabilidade primária. Henri Wallon expressa a mesma ideia de modo mais categórico: “Ele (o indivíduo) é geneticamente social” (Wallon *apud* Barros, 1998, p.92).

Entretanto, esta sociabilidade se faz necessária para contribuir no processo de ensino-aprendizagem do educando, pois somente com a família interagindo com as escolas é que terá além de uma boa formação, uma preparação para tomar atitudes para enfrentar as dificuldades que certamente virão no decorrer de sua vida. Antigamente costumava-se atribuir ao aluno toda culpa por seu fracasso escolar. Hoje, porém, já se reconhece que as dificuldades em aprendizagem não se dão no vazio, e sim em contextos, tanto situacionais, quanto interpessoais. Não podemos falar de dificuldades tendo somente o aluno como ponto de referência: o “contexto” em que ele se encontra precisa ser considerado.

Para Wallon (1998) a aprendizagem somente se constitui a partir das relações com o mundo social. A formação é resultado da relação com os pais, irmãos, colegas e todo e qualquer ser humano. Portanto, a participação da família no processo de aprendizagem é fundamental para que se incorporem novos valores neste processo e se consiga vencer todas as barreiras a ele imposta. Tendo como função proporcionar e garantir o pleno desenvolvimento desde o nascimento até a fase de sua independência. Nesse desenvolvimento envolve dar proteção, afeto, educação, promover a sociabilidade, zelar pela saúde e o bem-estar. E, dentre todos os fatores que envolvem o processo de aprendizagem escolar a família é e será sempre o fator de maior influência.

A escolha deste tema tem como intuito os educadores a exercerem com mais competência e maestria sua missão de educar, refletindo sempre sobre a importância

da participação da família e escola e seus fatores que influenciam no desempenho do processo de ensino-aprendizagem de alunos dos anos iniciais do ensino fundamental.

Desta maneira, torna-se fundamental a importância deste estudo sobre escola e família: Fatores que influenciam no processo ensino-aprendizagem do aluno no Ensino Fundamental I na Escola Estadual Capitão General Mendonça Furtado, no ano 2018. Trata-se de um tema relevante para a academia e para os docentes, pois a intenção é contribuir no estudo da relação entre escola e participação da família no processo de ensino-aprendizagem. Portanto, o presente estudo se faz importante, haja vista, ser apenas por meio da participação da família fazendo parte do acompanhamento escolar da criança que se consegue alcançar uma aprendizagem satisfatória e significativa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A escola e família enquanto instituições indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem tem como objetivo primordial o ato educativo. Dessa forma compartilhar, dividir e contribuir cada uma a sua maneira para que este processo se efetive com sucesso deve ser a finalidade de ambas. Estudos têm mostrado que o ser humano durante toda sua vida tem sido influenciado pelo meio em que vive e, sendo assim, fatores sociais, econômicos e culturais têm contribuído para o seu desenvolvimento. Desta forma entende-se que, assim como o desenvolvimento, a aprendizagem acontece sob a influência de muitos fatores, entre eles, ambientais, familiares, psicológicos, etc.

Embora as diferenças entre eles pareçam ser muitas, ambos comungam de pontos de vistas semelhantes. Tanto Piaget quanto Vygotsky defendem a ideia de que a criança não é um adulto em miniatura. "Procuram sempre o homem na criança sem pensar no que ela é antes de ser homem" (Rousseau, 1999). Piaget e Vygotsky viram o desenvolvimento da criança como participativa, não acontece de maneira automática, portanto, o processo de aprendizagem não é estático, muito menos mecânico, é ativo.

Portanto, aprendizagem é um processo de mudança de comportamento adquirida através da experiência construída por fatores emocionais, neurológicos, relacionais e ambientais. Piaget diz que o indivíduo está constantemente interagindo com o meio ambiente e dessa interação resulta uma mudança contínua, a qual ele denomina adaptação.

Piaget, como já foi dito, coloca que a aprendizagem se dá através da interação do indivíduo com os outros objetos da realidade e que esta relação vai gerar o desenvolvimento dos esquemas mentais. Vygotsky destaca ainda o conceito de mediação no processo de aprendizagem das crianças realizado sempre por um adulto. A mediação de Vygotsky está relacionada a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), ou seja, a criança precisa ser mediada por alguém, para que pouco a pouco consiga resolver seus problemas de modo independente, chegando assim ao nível de desenvolvimento real. (NDR). Assim, a "aprendizagem pode ser encarada como um processo dinâmico, no qual o aluno joga em um papel ativo, em constante interação com o envolvimento com o grupo no qual está inserido" (Fonseca, 1995, p. 90).

Desse modo, o ambiente escolar e familiar no qual o aluno está inserido pode vir a acarretar um mau desempenho escolar seja por falta de estímulos, incentivo ou condições

de ensino. Portanto, quando se fala em desempenho escolar, o ambiente familiar não deve ser relegado a segundo plano, mesmo quando se trata da educação formal, função considerada especificamente da escola, pois como se sabe o aprendizado tem início muito antes da vida escolar e sabe-se também que ao chegar à escola, a criança já traz consigo uma considerável gama de conhecimentos, embora diferenciados em função do meio no qual vive.

Conforme Piaget (1984) e Vygotsky (1998): “[...] a aprendizagem é resultado da interação do indivíduo com o outro, considerando-se a maturação biológica, a bagagem cultural e a nova situação que se apresenta”. Portanto, existem diferenças individuais que precisam ser levadas em consideração quando se trata de aprendizagem escolar, pois, esta é um processo pessoal, individual que depende de múltiplos fatores.

Os meios de vida, de estudos, por onde circulam os aprendizes são tão importantes quanto às atividades educacionais que abrigam. Sua influência deve-se ao fato de que eles são desigualmente motivadores, diferentemente estimulantes e mais ou menos propícios a aprendizagens significativas. A cultura da instituição, da família e da sociedade é igualmente um fator de ensino (Delors, 2005, p. 196).

Convém ressaltar ainda que são inúmeros fatores que desencadeiam e contribuem para o sucesso ou o fracasso escolar do aluno, isto é, todos os professores, especialmente, aqueles que assumem as 3ª séries do ensino fundamental, deveriam ter um mínimo de conhecimento sobre como se dá o desenvolvimento humano e como acontece a aprendizagem nas crianças desta faixa etária. Porém, é preciso conhecer os possíveis fatores que contribuem no processo de ensino-aprendizagem.

Fatores que contribuem no processo de ensino-aprendizagem para o fracasso escola

De acordo com Angelucci (2004), são vários os fatores que podem contribuir para o fracasso escolar, como: problema psíquico: a culpabilização das crianças e de seus pais (foco no aluno);

Questão política: cultura escolar, cultura popular e relações de poder (foco nas relações de poder estabelecidas no interior da instituição escolar, mais especificamente na violência praticada pela escola ao estruturar-se com base na cultura dominante e não reconhecer, portanto, a desvalorização da cultura popular).

De acordo com Perrenoud (2002, p.12-13) diz que:

Conforme o modelo de sociedade e de ser humano que defendemos, não atribuiremos as mesmas finalidades à escola, e portanto, não definiremos da mesma maneira o papel dos professores. [...] O pensamento e as ideias podem atravessar fronteiras, mas os brasileiros é que definirão as finalidades da escola no Brasil e consequentemente formarão seus professores. A questão é saber se o farão de forma democrática ou se a educação continuará sendo, como na maioria dos países, um instrumento de reprodução das desigualdades [...].

Ao comentar, Timm em sua tese de doutorado, *O bem-estar na docência* diz:

O magistério está ao alcance desse mal-estar que tem caracterizado o sentimento das pessoas em tempos muito líquidos da modernidade, pelos motivos já anteriormente referidos. A docência não fica imune a esse show que se desenrola no palco da pós-modernidade, pois, constatamos, em cada sala de aula, em cada pátio, em cada discurso, suas cenas muitas vezes são reprisadas ou contestadas (Timm, 2006, p. 43).

Diante da colocação do autor que se refere aos problemas desencadeados no processo de ensino-aprendizagem focando o professor, que embora sofra consequências dessa prática desastrosa, de certa forma contribui para o fracasso escolar uma vez que seu estado emocional implica na relação professor-aluno.

Nesse contexto, essa crença ainda existe em muitas escolas. Muitas crianças são ignoradas no contexto escolar, suas limitações são vistas como algo sem solução, pois é comum se ouvir que “a criança não tem capacidade para aprender., não demonstra, nenhuma habilidade”.

Em vista disso destacamos que, a escola, diante de vários problemas como a dificuldade de aprendizagem, a indisciplina, o abandono escolar e a evasão dos alunos, tem atuado de forma passiva, pois sua proposta pedagógica que não atribui com um ensino caracterizado com seu público que são na maioria de classes populares, também possui uma equipe docente despreparada, pois nem mesmo os cursos de graduação capacita o educador para tal.

Porém, muitas vezes como citado por Angelucci (2004) “o foco agora pode estar no aluno. Problema psíquico: a culpabilização das crianças e de seus pais “.

Também citado por Aquino (1996, p.40):

O aluno-problema é tomado, em geral, como aquele que padece de certos supostos “distúrbios psicopedagógicos”; distúrbios estes que podem ser de natureza cognitiva (os tais “distúrbios de aprendizagem”) última categoria enquadra-se um grande conjunto de ações que chamamos usualmente de “indisciplinadas”. Dessa forma, a indisciplina e o baixo aproveitamento dos alunos seriam como duas faces de uma mesma moeda, representando os dois grandes males da escola contemporânea, geradores do fracasso escolar, e os dois principais obstáculos para o trabalho docente.

Outro fator é não participação dos pais na vida escolar dos filhos, pôde ser percebido que as crianças, geralmente, realizam as tarefas escolares sozinhas. De acordo com Bhering e Siraj-Blatchford (1999), as famílias hoje em dia, modificaram seus papéis, obrigações e estruturas tradicionais, devido aos avanços sociais, tecnológicos e econômicos, fazendo com que os pais tenham que, crescentemente, dividir entre si, afazeres domésticos e deveres em geral, com isso o tempo que os pais têm para dedicar aos filhos é escasso. No entanto o desenvolvimento das potencialidades da criança é realizado de modo mais eficaz com o suporte, instruções e situações oferecidas pelos pais, bem como pelos professores de uma maneira coesa.

Portanto, o que se percebe é que são conjuntos de fatores que contribuem para o não aprendizado, que ora a responsabilidade é da criança, ora da família, ora de certa camada social, outrora, a culpa fica por conta das esferas sociais, econômicas e políticas. O sentimento questionador, é, se realmente há alguém em particular, à ser responsabilizado pela inexistência de aprendizagem, sabido que no processo para aprender, o contexto deve ser motivador, estimulador e também incentivador, sendo assim, jamais um fator isolado pode ser culpabilizado (Paula, 2009).

MARCO METODOLÓGICO

A Escola Estadual Capitão General Mendonça Furtado foi criada pelo Decreto 13703 GAGOV de 23/01/1991-LI. 04 D.O, sob a denominação de Escola estadual Capitão-General Mendonça Furtado. “A origem do nome deve-se ao governador do Grão-Pará que segundo historiadores, muito trabalhou pela Região Amazônica” e em 1755, quando subiu o Rio Amazonas, deixou as inscrições na pedra do bairro do Jauary, com os dizeres; “ita” e “tropa” cujo governador em 1755 transferiu o povoado do rio Abacaxis para o atual local, onde se encontra a sede do Município de Itacoatiara.

A referida escola tem como patrono, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, foi um ilustre cidadão que faz parte da História do Amazonas em 24 de setembro de 1951, foi empossado como governador do Estado do Grão Pará e Maranhão, Capital Belém o então, Capitão-General, de caráter rígido, demarcou território no âmbito do tratado do limites de 1750, aboliu o poder temporal dos religiosos regulares: liberou os índios da escravidão: civilizou e educou os indígenas em língua portuguesa : povoou a bacia amazônica: e instituiu a capitania geral de comercio do Grão-Pará e Maranhão. Sendo bem visíveis as solidariedades encontradas por ele, como também, as resistências com que se deparou e os conflitos que teve que vencer.

Portanto, no que diz respeito a esta pesquisa sobre a analisar e compreender em que consiste a participação da família e escola, visando os fatores que influenciam o sucesso ou fracasso escolar no desempenho do processo de ensino-aprendizagem de alunos dos anos iniciais do ensino fundamental da Escola Estadual Capitão General Mendonça Furtado no ano de 2018 no Município de Itacoatiara – Amazonas – Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa buscou-se compreender em que consiste a participação da família e escola, visando os fatores que influenciam o sucesso ou fracasso escolar no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de alunos dos anos iniciais do ensino fundamental da Escola Estadual Capitão General Mendonça Furtado no ano de 2018.

De acordo com os principais resultados foi evidenciado que é importante a participação da família e escola para a contribuição no desenvolvimento do processo educativo da criança, pois, motiva o aluno a aprender pelo fato de a família acompanhar o desempenho do aluno e a relação entre família e escola é avaliada como Boa e ótima.

De fato, observa-se, a importância de a família participar do mundo escolar da criança, apesar dos seus compromissos profissionais, é imprescindível diante da necessidade que ambas têm de se complementarem no processo educacional do aluno, pois, assim a criança se sente motivada a dar o seu melhor na escola, melhorando até mesmo seu comportamento em sala de aula, a fim de melhores resultados em sua aprendizagem.

Constatou-se os principais resultados foram evidenciados pela maioria dos envolvidos foi que o papel da família é de desempenhar papel educacional e de responsabilidade e da escola o de Educar a criança para que ela tenha uma vida plena e realizada, além de

formar o profissional, porém percebeu-se outros resultados associados ao papel da família e da escola foi o de proteger e dar continuidade ao trabalho da escola, desenvolver e formar cidadãos críticos e conscientes e de transmitir conhecimentos científicos.

Portanto, ficou evidente nesta pesquisa que o papel da escola, assim como o da família é ajudar no desenvolvimento e formação da criança.

De acordo com o terceiro objetivo: Identificar os fatores que contribuem para o sucesso ou fracasso escolar no processo de ensino-aprendizagem do aluno e as estratégias de parceria entre família e escola, nos anos iniciais do Ensino Fundamental I da Escola Capitão General Mendonça Furtado. Foram destacados pelos participantes da pesquisa como principal fator para o sucesso foi o acompanhamento dos pais na vida escolar dos seus filhos para ajudar no processo de aprendizagem; entre outros citados os bons métodos usados pelos professores; o Diálogo entre família (pais e filhos) e escola e o Acompanhamento pedagógico com o professor e com o aluno.

REFERÊNCIAS

ANGELUCCI, Carla Bianca *et al.* **O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar** (1991–2002): Um estudo introdutório. Col. Educação e Pesquisa. v. 30 n. 1. Jan/Abr 2004.

AQUINO, J. G. (1996). **Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas**. (4a ed.). São Paulo: Summus, 1996.

DELORS, J. (org.) **Educação para o século XXI**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

FONSECA, Vitor. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

PAULA, V. M. dos S. R. de. (2009). **Fracasso escolar: quem são os culpados?** [Versão eletrônica], Sciencult, 1(1), 12-27.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar/ trad. Patricia Chittoni Ramos**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2002.

PIAGET, J. **Seis estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TIMM, E. Z. **O bem-estar na docência: Dimensionando o cuidado de si**. Tese de doutorado não publicada, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2006.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa: Edições 70, 1998.

Educação inclusiva e a contribuição da família: uma investigação no ensino-aprendizagem de alunos especiais do 6º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Ernesto Pinho Filho Manaus, AM

Inclusive education and the contribution of the family: an investigation in the teaching-learning of special students in the 6th year of elementary education at Escola Estadual Ernesto Pinho Filho Manaus, AM

Sharlene Raquel Printes Ferreira

Mestre em Ciências da Educação Instituição: Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC-AM)

RESUMO

A inclusão escolar é um assunto bastante discutido na atualidade. O principal objetivo da educação inclusiva é atender as necessidades específicas de cada aluno. Neste processo é importante a participação e apoio da família em parceria com a escola para ajudar o desenvolvimento do aluno, melhorando assim o desempenho da criança. Usamos como autor principal Aiello (2002), parceria entre família e escola, deve proporcionar maior apoio para que os pais de crianças com necessidades possam assumir seus papéis, oportunizando possibilidades de escolha sobre o tipo de provisão educacional que desejam para os filhos. Além da família é importante a parceria de todos os profissionais da escola, ou seja, é necessário o suporte de uma série de fatores, como acessibilidade, infraestrutura e comprometimento de todos os envolvidos. Metodologia adotada foi



a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. O desenvolvimento da pesquisa foi realizado da seguinte forma: revisão da literatura, observações e entrevistas aplicadas mediante agendamento prévio aos participantes deste estudo.

Palavras-chave: família; escola; inclusão.

ABSTRACT

Scholl inclusion is a hotly debated topic nowadays. The main objective of inclusive education is to meet the specific needs of each student. In this process, the participation and support of the family in partnership with the school is important to help the student's development, thus improving the child's performance. We used as main author Aiello (2002), partnership between family and school, must provide greater support so that parents of children with needs can assume their roles, providing opportunities to choose the type of educational provision they want for their children. In addition to the family, the partnership of all school professionals is important, that is, the support of a series of factors, such as accessibility, infrastructure and commitment of all packaging. Methodology adopted was Qualitative research is not concerned with numerical representation, but rather with deepening the understanding of a social group, an organization, etc. The development of the research was carried out as follows: literature review, observations and applied interviews by prior appointment to the participants of this study.

Keywords: family; school; inclusion.

INTRODUÇÃO

Neste processo é importante a participação e apoio da família em parceria com a escola para ajudar o desenvolvimento do aluno, melhorando assim o desempenho da criança.

Segundo Aiello (2002), parceria entre família e escola, deve proporcionar maior apoio para que os pais de crianças com necessidades possam assumir seus papéis, oportunizando possibilidades de escolha sobre o tipo de provisão educacional que desejam para os filhos.

Além da família é importante a parceria de todos os profissionais da escola, ou seja, é necessário o suporte de uma série de fatores, como acessibilidade, infraestrutura e comprometimento de todos os envolvidos

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos ao longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Podem encontrar diversas barreiras que dificultam sua participação na sociedade quando igualadas com as demais pessoas.

A deficiência intelectual é uma deficiência que apresenta déficits cognitivos concomitantes ao funcionamento adaptativo, em pelo menos duas das seguintes áreas: comunicação, cuidados pessoais, vida doméstica, habilidades sociais/interpessoais, uso de recursos comunitários, independência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança (Tédde, 2012).

Segundo Pan (2008) a pessoa com deficiência intelectual não é um estereótipo de incapacidades, mas sim alguém que apresenta uma forma particular de pensamento e está aberta para seu desenvolvimento dentro de sua capacidade específica.

No presente estudo será feita uma investigação do processo ensino-aprendizagem de alunos especiais, com deficiência intelectual estudando o 6º ano do ensino fundamental, da Escola Estadual Ernesto Pinho Filho, e a relação da família nesse processo educativo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No decorrer da história da humanidade, as diversas formas de estados (absolutista, liberal, socialista) erraram nos seus excessos que atentaram contra a integridade do ser humano enquanto indivíduo e ser social. E ficou claro que a formalidade jurídica pode ser manipulada a serviço de qualquer objetivo, como o ocorrido com a obra de Kelsen, deturpada pelo regime nazista (Gomes, 2005).

Com receio dessas situações extremadas, a dignidade do homem foi elevada ao princípio basilar fundamental do direito jurídico do Estado Democrático, adotado internamente na sociedade ocidental como forma de governo. Assim as constituições após 45 se nortearam pela dignidade, para a construção de sociedades civilizadas, entranhadas pelo respeito à figura do homem, como sujeito com direitos humanos, preservando sua integridade, dignidade e plenos direitos de desenvolvimento (Gomes, 2005, p. 78).

Os elos existentes entre o direito à educação e o princípio da dignidade da pessoa humana então registrados nas declarações de direitos que exaltam a importância da educação ligada aos direitos fundamentais, para uma vivência digna. Como a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948) e do Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais, em ambos a educação é relevante para o desenvolvimento pleno do ser humano e sua dignidade, e dando-lhe condições de subsistir de maneira digna (Canotilho, 2008).

Sendo a educação um direito incontestável, se faz necessário que esteja presente na constituição, como lei nacional, delimitando as regras de ação, atuação, inserção, possibilidades, direito e deveres, interligando o direito à educação escolar e a democracia, tendo como base a legislação, invocando o Estado como provedor desse bem, garantindo igualdade de oportunidades ou diminuição das desigualdades (Canotilho, 2008).

O avanço educacional se deu por lutas pela igualdade de oportunidades ou igualdade de condições sociais no acesso à educação, o direito por si só não é engessado, precisa de movimentação de educadores e sociedade, com o objetivo de democratizar o ensino. Coube ao estado representar o interesse de todos, sem representar o interesse de ninguém em particular, tornar a instrução pública, assegurando que todos tenham acesso, sendo assim, a educação primária se insere de um modo mais amplo dentro dos direitos civis do cidadão (Cury, 2003).

A educação na Constituição e nas Leis

Aqui no Brasil, a Constituição Imperial de 1824 que foi após a independência (1822), propõe medidas que estavam de acordo com a nação que se pretendia construir, definiu a

gratuidade da instrução primária a todos, tendo uma relação direta entre direito e cidadania, garantido a inviolabilidade do direito de todos, porém no poder monarca, profundamente desigual, a educação não era prioridade.

As medidas tomadas foram aliar o acesso à obrigatoriedade, havendo até multa para os pais que não matriculassem os filhos nas escolas. Já na república, mesmo que os intelectuais reafirmassem a obrigatoriedade, ela não se tornou um princípio federativo.

Na Reforma Benjamim Constant, antes da primeira Constituição Republicana, defendia em seu artigo 2º “A instrução primária, livre, gratuita e leiga, que será dada no Distrito Federal em duas categorias: 1. Escolas primárias de 1º grau; 2. Escolas primárias de 2º grau” Com a palavra “livre” a obrigatoriedade ficou de fora, assim como na Constituição de 1891 (Verona, 2017; Horta, 1998)

O direito à educação gratuita e obrigatória retorna na Carta de 1934, que foi inspirada na Constituição de Weimer, de 1919 e na Constituição Espanhola de 1931, essa terceira constituição consagrou a educação e a cultura como direitos fundamentais de todos os cidadãos, mas a educação foi elevada a direito subjetivo. Nessa época, o jurista Pontes Miranda publicou um estudo sobre o direito à educação, afirmando que o atendimento à tal direito não deve esperar somente a espontaneidade do Estado, exige o planejamento educacional e que ações legais podem ser tomadas gratuitamente caso o Estado não cumpra em fornecer educação gratuita à população (Horta, 1998).

No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I — igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II — liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III — pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV — gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V — valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI — gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII — garantia de padrão de qualidade. VIII — piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (Brasil, 1988).

A Constituição de 88, querendo romper com o privilégio que era o ensino básico na época da ditadura, modelou novos métodos organizacionais e a abertura da cidadania para todos, declarando a educação escolar um direito universal. Esperava-se dessa nova estrutura educacional uma gestão democrática e que combatesse a desigualdade, intolerância e a discriminação.

Em um momento único, a educação básica cruza a igualdade com a equidade, que dá direito às diferenças, conforme suas limitações e particularidades, como atender às pessoas com necessidades educacionais especiais. Os afrodescendentes devem ser sujeitos de desconstrução de preconceitos e estereótipos na instituição escolar tanto pelo seu caráter social quanto à sua transmissão de conhecimentos científicos significativos e verdadeiros.

Somente agora o Brasil alcançou os índices de escolarização existentes na Europa desde a metade do século passado, isso de modo geral, pois ainda há áreas com faltas de vagas por diversos motivos como má administração e processos migratórios. Em 1940 com a política de ampliação de oportunidades escolares, os esforços de governantes estavam em construção de escolas, o que entrava em conflito com as verbas disponíveis, o que ocasionou a longo prazo a falta de manutenção nos prédios existentes e a precarização do trabalho dos professores (De Bonamino, 2003).

O primeiro parâmetro de qualidade se concentrou na ampliação das vagas, já o segundo parâmetro de qualidade se insere na dificuldade de continuidade das pessoas inseridas nessa escolarização. Com o exame para ingressar o ginásio, havia uma expressiva redução dos que prosseguiram os estudos o que era um obstáculo na democratização do ensino.

Em 1971, com a extinção desse exame, esse segundo parâmetro de qualidade escolar foi associado à ideia de fluxo dentro de determinado sistema de ensino, comparando o número de alunos que ingressaram ao número de alunos que concluíam o ensino básico. A década de 80 ficou marcada pelo grande aumento de matrícula nas series iniciais do ensino básico, mas também no grande índice de reprovação e abandono do ensino. Na década de 90 foi regularizada os ciclos de ensino e métodos para a aceleração da aprendizagem, na Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN que é a lei que fundamenta o pacto administrativo do estado e as estratégias pedagógicas do ensino básico: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (De Bonamino, 2003).

Para Oliveira (1999) A declaração do direito à educação na Constituição Federal de 88 melhor redigida que a legislação anterior, garante restabelecer o direito à educação, mesmo que seja realizada de uma forma desigual. As iniciativas visando a melhoria do ensino público são difíceis de categorizar, tem as características visíveis como a lotação das salas de aula, a baixa remuneração dos professores, falta de manutenção nos prédios das escolas; e as características subjetivas como falta de qualificação e atualização dos professores, medidas pedagógicas ineficazes, o que dificulta a oferta de uma educação com qualidade.

A Emenda Constitucional n. 14/96, ao criar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), deu enfoque no financiamento estabelecendo critérios e prioridades em especial ao ensino fundamental obrigatório e gratuito (crianças de 7 à 14 anos) deixando de fora ensino médio, educação infantil e ensino de jovens e adultos. Porém, a Emenda n. 53/06, ao instituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), representou um grande avanço no direito de todos à educação, incluindo a educação infantil e o ensino médio, ampliando seu público alvo de 30,2 para 48,1 milhões de alunos a partir do quarto ano de vigência do respectivo Fundo (conforme dados do Censo Escolar de 2005), aumentando também significativamente seus recursos.

O Conselho Nacional construído sobre a égide da Nova Lei de Diretrizes e Bases de caráter centralizador, e os conselhos municipais e estaduais. Mas os conselhos participativos sobre a infância têm um papel importante na formulação, implementação, e fiscalização, há o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA), os conselhos estaduais

e municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar, no âmbito municipal. A criação desses conselhos representa um longo processo de transformação para o tratamento à infância e adolescência (Duarte, 2007).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define como o dever da família, da sociedade e do Estado de garantir à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à dignidade, entre outros. Já o § 7º estabelece que, na área da assistência social, o atendimento dos direitos da criança e do adolescente levará em conta os princípios da descentralização político-administrativa e da participação popular, no que se refere à formulação de políticas e ao controle das ações em todos os níveis (cf. art. 204, I e II da CF/88) (Duarte, 2007).

Estas orientações foram reafirmadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069/90, que, em seu artigo 88, inciso III, acolheu os mesmos princípios previstos no artigo 204 da CF/88. Além de assegurar o acesso à escola pública e gratuita próxima da residência do educando (art. 53, V). É um documento que reafirma as leis já existentes, complementando, corroborando, enfatizando e servindo de embasamento para que os pais e comunidade possam reivindicar por seus direitos a educação perante os governantes. Desde a constituição de 88, ficou legalmente estabelecido que é dever da família, do Estado e da sociedade garantir e respeitar o direito das crianças (ao direito à vida, à saúde, à educação, à cultura, ao lazer, à profissionalização...). O Estatuto da Criança e do Adolescente reafirmou esses direitos e explicitou cada um e criou os conselhos responsáveis por cobrar e fiscalizar esses direitos.

O ECA (1990) preconizou a criança e adolescentes como seres com direitos que devem ser assegurados pelos poderes públicos, viabilizando a interação da criança e do adolescente na sociedade, o que antes, pelo código de menores, legislava apenas sobre as crianças e adolescentes em situação irregular, pobres, delinquentes, abandonas, sendo na sua maioria negras. O ECA legisla por todas as crianças, determinando os deveres da família, sociedade e governantes para que a dignidade e os direitos de todas as crianças sejam de fato colocados em prática (Rosato, Lepore e Cunha, 2014).

O assistencialismo e o “favor” realizado são concepções tão impregnadas na sociedade, que fazem com que as medidas em prol do direito social sejam mais demoradas. Com a implementação do SUAS, que inclui os serviços de Centro de Referência em Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializada em Assistência Social – CREAS é que o estado passa a assumir a responsabilidade pela Proteção Social (Fonseca, 2020).

O ECA confere ao conselho tutelar requisitar serviços públicos educacionais; assegurando os direitos dos estudantes e todos os seus insumos (alimentação, transporte, etc.); advertir aos pais quanto ao não cumprimento de preservar os direitos escolares da criança (evasão escolar, elevados níveis de repetência) e determinar que matriculem seus filhos e pupilos na escola, acompanhando o seu desempenho; e encaminhar ao Ministério Público notificação caso a instituição de ensino cometa alguma infração contra os direitos da criança, como os profissionais desrespeitarem a criança ou o adolescente ou se a escola não reportar em caso de maus tratos (Moreira, Sales, 2014).

Assim sendo, o conselho tutelar, tendo capacidade administrativa e competência legal para garantir o direito à educação, sendo mais próximo da sociedade, é muito mais acessível que o Ministério Público e o Poder Judiciário.

A Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional – LDBEN, denominada Lei Darcy Ribeiro, com sua aprovação no dia 20 de dezembro de 1996 regulamentou a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, onde a criança deve se desenvolver plenamente até os 5 anos de idade, de modo complementar à família (não substitutivo).

Essa lei determina ainda que cada unidade escolar (incluindo as de educação infantil), deve elaborar seu plano pedagógico juntamente com os educadores, e que os educadores devem ter ensino superior. E que todas as unidades de educação infantil devem estar associadas à rede de ensino básico (Craidy, 2001).

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I — igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II — liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III — pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV — respeito à liberdade e apreço à tolerância; V — coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI — gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII — valorização do profissional da educação escolar; VIII — gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX — garantia de padrão de qualidade; X — valorização da experiência extraescolar; XI — vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. XII — consideração com a diversidade étnico-racial (Brasil, 2005).

É uma lei que despertou bastante discussões sobre o público versus o privado, o coletivo e o individual, sobre o que é realmente que deve ser priorizado. Mesmo não tendo por si só a capacidade de mudar os rumos definitivos da educação nacional, e a formação dos educadores, mas pode produzir efeitos nessa realidade, melhorando a educação. Pois só teremos uma educação de qualidade quando a formação dos professores for uma das prioridades e de qualidade (Carvalho, 1998).

MARCO METODOLÓGICO

Segundo Gatti (2010) método é ato vivo, concreto, que se revela nas ações, na nossa organização do trabalho investigativo.

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual Ernesto Filho, no estado do Amazonas. Está localizada na zona norte do município de Manaus, na Avenida Sumaúma s/n, no bairro Monte das Oliveiras. Foi construída com o objetivo de atender ao grande número de alunos residentes no bairro e comunidades adjacentes, com o intuito de proporcionar aos mesmos uma educação de qualidade e o preparo indispensável para o exercício da cidadania.

A pesquisa realizada com alunos da escola, com deficiência intelectual, que estejam cursando o 6º ano do ensino fundamental, do turno vespertino. Além dos alunos, também serão acompanhados os professores e a família dos alunos.

A escolha das turmas de 6º ano do ensino fundamental se deu por ser uma série transitória, é a série que a criança passa a desenvolver maior autonomia, aprendendo a lidar muitas vezes sozinhas com as atividades propostas.

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. O desenvolvimento da pesquisa foi realizado da seguinte forma: revisão da literatura, observações e entrevistas aplicadas mediante agendamento prévio aos participantes deste estudo.

Instrumento de coleta de dados

Os dados coletados foram analisados visando credibilidade as informações, sem abrir mão da qualidade destas. A pesquisa foi realizada da seguinte forma:

- Pesquisa bibliográfica;
- Questionários;

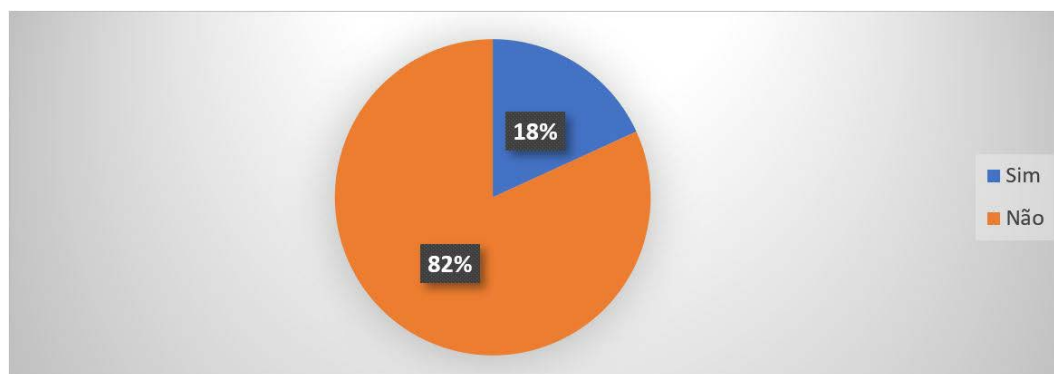
Para a coleta de dados, foi adotado um questionário estruturado virtual criado pela ferramenta *Google Forms* e enviado por um aplicativo social de comunicação (WhatsApp), devido as recomendações de distanciamento social causadas pela pandemia de covid-19.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para colaborar com as respostas dos participantes recorro a Ramos (2016), ao afirmar que a escola tem o papel de apoiar e respeitar os esforços dos pais na educação das crianças, e ajudar na busca de mecanismos de atuação junto das famílias, com o objetivo de dar respostas aos desafios que a sociedade impõe. Essa relação significa construir e desenvolver comunidades para a satisfação das necessidades básicas das crianças e promover boas condições de vida para as gerações futuras.

Segundo Maturana e Mendes (2005), é necessário que os pais possam participar como iguais no processo de tomada de decisões sobre serviços a serem oferecidos para seus filhos e a si próprios. As autoras dizem ainda que culturalmente em nosso país, tem-se a percepção de que a responsabilidade pela educação e por suas implicações é apenas da escola. No entanto, para que ocorra uma mudança, é fundamental que os profissionais da escola estimulem a participação dos pais, para que esses sintam-se realmente responsáveis pela educação dos filhos.

Para terminar esse tópico trago a seguir, um levantamento da inclusão dos alunos com necessidades especiais na sala de alunos regulares e a efetividade da aula. Quando perguntado aos participantes se os alunos especiais comprometem a qualidade de ensino em uma sala de aula:

Gráfico 1 - Alunos especiais comprometem a qualidade de ensino em uma sala de aula.

Fonte: autoria própria, 2021.

Gorete justificou que um aluno especial pode comprometer a qualidade de ensino quando este possui um distúrbio como o autismo em grau elevado, que ocasiona que o aluno fique gritando em sala de aula.

Apesar do gráfico demonstrar que a maioria dos professores declaram que os alunos com necessidades especiais não comprometem o ensino-aprendizagem em sala de aula. Ferreira (2013) afirma que muitas famílias desistem de manter seus filhos em escolas regulares, pois, além de lutar por esse direito, têm que manter uma frequência constante na instituição escolar e, muitas vezes, fornecem todo o suporte à escola.

Também podemos destacar que a relação dessas famílias com a escola compreende, muitas vezes, um doloroso processo de escuta de queixas escolares sobre a aprendizagem e as atitudes dos filhos. Isto em nada enriquece a “estima familiar”, muitas vezes já combalida pelo fato de ter um membro “especial” (Ferreira, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme descrito no Marco Introdutório, a motivação desta pesquisa foi gerada em sala de aula ao observar dois alunos, ambos com deficiência intelectual. No entanto, o acompanhamento familiar desses alunos era diferenciado e o resultado disso podia ser visto no resultado do ensino-aprendizagem dos dois. Por essa razão, o objetivo deste trabalho foi investigar de que maneira a família contribui no desenvolvimento educacional de alunos especiais do 6º ano do ensino fundamental, da Escola Estadual Ernesto Pinto Filho de Manaus/AM.

Sabemos que esse acompanhamento familiar é fundamental no processo educativo de alunos com deficiência intelectual como debatemos na análise dos resultados. A família tem o papel de parceria com a escola, visto que é o primeiro ambiente e o consolidador do que o aluno vê em sala de aula. Nos dias atuais temos políticas educacionais que garantem o direito de alunos especiais além da escola inclusiva para todos.

Essa troca de informações entre família e escola constroem o diálogo necessário para que o desenvolvimento do aluno especial seja monitorado de perto. Sem transferir a responsabilidade um para o outro, ambos ambientes, possuem papéis diferentes e fundamentais. A família, prepara os alunos para que esteja apto a compartilhar novos

horizontes por outro lado a escola oferece um leque de novas oportunidades para esse aluno. Mas, para que esse resultado seja efetivo, não basta matricular o aluno regularmente.

Como educadores, tentar ajudar da melhor forma possível, mesmo que isso signifique sair da sua zona de conforto, de uma aula regular para algo extracurricular. Quem sabe o uso de recursos e tecnologias assistivas. Contudo, o primeiro passo continua sendo o de capacitação dos profissionais para o ensino especial.

Na trajetória desta minha pesquisa pude constatar as dificuldades enfrentadas pelos professores que além de lidarem com um aluno especial também lida com o número excedente de alunos por sala de aula, a falta de material didático adequado para esse contexto escolar dos alunos especiais, falta de suporte pedagógico, ausência dos responsáveis e familiares; que por consequência geram o desinteresse pela aula, situação que interferem diretamente no ensino-aprendizagem.

Por fim, o primeiro lugar que o aluno com deficiência intelectual precisa ser enxergado como um aluno especial é na sua família, esse respeito vindo do centro familiar faz com que a escola abrace o aluno de forma correta.

REFERÊNCIAS

AIELLO, Leslie C.; WELLS, Jonathan CK. **Energética e a evolução do gênero Homo**. Revista Anual de Antropologia, v. 31, n. 1, pág. 323-338, 2002.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2004.

CANOTILHO, J.J.G.. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 2ª ed., Coimbra: Almedina, 1998.

CARVALHO, Djalma Pacheco de. **A Nova Lei de Diretrizes e Bases e a formação de professores para a educação básica**. Cienc. Educ.(Bauru), p. 81-90, 1998.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. Cadernos de Pesquisa, n. 116, p. 245-262, julho/ 20030.

DE BONAMINO, Alicia Maria Catalano. **O público e o privado na educação brasileira: inovações e tendências a partir dos anos de 1980**. Revista brasileira de história da educação, v. 3, n. 1 [5], p. 253-276, 2003.

DUARTE, Clarice Seixas. **A educação como um direito fundamental de natureza social**. Educação & Sociedade, v. 28, n. 100, p. 691-713, 2007.

FEDERAL, Senado. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, v. 19, p. 26, 2005.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

FONSECA, Débora Cristina. **Eca e educação contextualizando caminhos e possibilidades**. Cadernos da Pedagogia, v. 14, n. 30, 2020.

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Liber livro, 2010.

GOMES, S. A. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e o direito fundamental e a educação**. Revista de direito constitucional e internacional, vol. 13, n. 51, p. 53-99, 2005.

HORTA, José Silvério Baia. **Direito à educação e obrigatoriedade escolar**. Cadernos de Pesquisa, n. 104, p. 5-34, 1998.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **O Direito à Educação na Constituição Federal de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema de Justiça**. Revista Brasileira de Educação, n.11, p.61-74. 1999.

PAN, Míriam. **O direito a diferença**. Editora Ibpx, 2008.

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Comentado artigo por, 2014.

TÉDDE, Samantha. Crianças com deficiência intelectual: a aprendizagem e a inclusão. **Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo**, v. 99, p. 1-100, 2012.

VERONA, Priscilla. **Uma leitura histórica do estado nação imperial e construção da cidadania: o processo de institucionalização do ensino público no Brasil a historical reading of the imperial nation state and**. 2017.

Capítulo

06

Educação no campo e os saberes tradicionais presentes na produção de farinha de mandioca no município de Uarini, AM

Field education and traditional knowledge present in production of cassava flour in the municipality of Uarini, AM

Edvilson Lopes de Souza

Professor da Rede Estadual de Educação do Amazonas, possui Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora -UFJF. Professor da Secretaria de Estado de Educação, Mestre em Ciências da Educação pela Universidade del Sol – UNADES. <http://lattes.cnpq.br/7270479351731318>

RESUMO

A presente Mandioca (*Manihot esculenta* Cranz) é uma das mais importantes culturas alimentares nos trópicos úmidos e adapta-se, particularmente, a ambientes de baixa disponibilidade de água e nutrientes. Devido ao fato de a mandioca apresentar uma série de vantagens (fácil propagação, tolerância ao déficit hídrico, rendimento satisfatório - mesmo em solos de baixa fertilidade - e resistência ou tolerância a pragas e doenças), em relação a outras culturas, e ser um alimento de extrema importância para a população, principalmente de países tropicais, onde sua produção é mais elevada, sua industrialização vem ganhando destaque na economia, sendo utilizada como matéria-prima para diversos produtos, como a fécula e seus derivados. Eles são os principais responsáveis pelo cultivo e manejo das terras, do próprio alimento, inclusive pelo abastecimento das feiras da cidade. As contribuições da Educação no campo para o cultivo e produção de farinha de mandioca no município de Uarini – Amazonas-Brasil. Nos diferentes textos que compuseram o corpus desta dissertação, advindos de diferentes esferas e épocas, a palavra mandioca apresentou sentidos construídos por diversos discursos e pontos de vista, tendo em comum a aproximação com o sagrado, o nacional, o primitivo e o contemporâneo. A farinha de mandioca que atualmente faz parte da alimentação dos Amazônicos é originária do cultivo da mandioca pelos primeiros habitantes da Amazônia. A Farinha do Uarini, oriunda de um município do Amazonas de mesmo nome e em 2019 recebeu do INPI a Certificação de Origem



e Indicação Geográfica (IG). Para tanto, fez-se uso de pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória com o uso de fontes de dados de cunho secundário, de origem bibliográfica e documental e análise de conteúdo. Concluímos que, a produção de farinha de mandioca é importante para o agronegócio brasileiro, sendo uma atividade rústica e familiar que beneficia economicamente e socialmente todos os seus colaboradores, a farinha do Uarini é fomentadora de desenvolvimento regional e local, contribui para a geração de emprego e renda, fortalece a economia dos municípios adjacentes, impulsiona toda a cadeia produtiva e fortalece os laços do homem com a terra.

Palavras-chave: farinha do uarini; alimentos amazônicos ; família originária.

ABSTRACT

Cassava (*Manihot esculenta* Cranz) is one of the most important food crops in the humid tropics and is particularly adapted to environments with low availability of water and nutrients. Due to the fact that cassava presents a series of advantages (easy propagation, tolerance to water deficit, satisfactory yield - even in low fertility soils - and resistance or tolerance to pests and diseases), in relation to other crops, and is a food of extreme importance for the population, especially in tropical countries, where its production is higher, its industrialization has been gaining prominence in the economy, being used as raw material for various products, such as starch and its derivatives. They are mainly responsible for cultivating and managing the land, the food itself, including supplying the city's markets. The contributions of Education in the field to the cultivation and production of cassava flour in the municipality of Uarini – Amazonas-Brazil. In the different texts that made up the corpus of this dissertation, coming from different spheres and times, the word cassava presented meanings constructed by different discourses and points of view, having in common the approach to the sacred, the national, the primitive³ and the contemporary. The cassava flour that is currently part of the diet of the Amazonians originates from the cultivation of cassava by the first inhabitants of the Amazon. Uarini Flour, originating from a municipality in Amazonas of the same name and in 2019 received Certification of Origin and Geographical Indication (GI) from INPI. To this end, qualitative, descriptive and exploratory research was used with the use of secondary data sources, of bibliographic and documentary origin and content analysis. We conclude that the production of cassava flour is important for Brazilian agribusiness, being a rustic and family activity that benefits all its employees economically and socially. Uarini flour promotes regional and local development and contributes to job creation and income, strengthens the economy of adjacent municipalities, boosts the entire production chain and strengthens man's ties to the land.

Keywords: Uarini flour; Amazonian foods; original family.

INTRODUÇÃO

As tuberosas são plantas que se desenvolvem abaixo da superfície do solo, sendo domesticadas principalmente nas terras baixas da América Central e do Sul. Entre o vasto conjunto de tuberosas a mandioca (*Manihot esculenta* Cranz) é a espécie que se destaca por ser uma matéria prima com muitos usos, além de desempenhar importante papel socioeconômico (agricultura familiar) nos locais de produção (Mattos *et al.*, 2006). No Brasil, somente o estado de Amazonas é o produto obtido de raízes do gênero *Manihot*,

submetidas ao processo tecnológico adequado de fabricação e beneficiamento (Brasil, 2011). Apesar da farinha ser considerada a forma mais ampla de aproveitamento industrial da mandioca, é um produto pouco valorizado, principalmente pela falta de padronização da fabricação e pela elevada variabilidade no mercado, o que a comercialização (Álvares *et al.*, 2016).

A farinha do Uarini, oriunda de um município do Amazonas de mesmo nome e em 2019 recebeu do INPI a Certificação de Origem e Indicação Geográfica (IG). Temos o objetivo quais as contribuições da educação no campo para o cultivo e produção de farinha de mandioca no município de Uarini – Amazonas-Brasil? Para tanto, fez-se uso de pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória com o uso de fontes de dados de cunho secundário, de origem bibliográfica e documental e análise de conteúdo. A farinha de mandioca que atualmente faz parte da alimentação dos amazônicos é originária do cultivo da mandioca pelos primeiros habitantes da Amazônia. A farinha do Uarini, oriunda de um município do Amazonas de mesmo nome e em 2019 recebeu do INPI a Certificação de Origem e Indicação Geográfica (IG). Temos o objetivo quais as contribuições da Educação no campo para o cultivo e produção de farinha de mandioca no município de Uarini – Amazonas-Brasil? Para tanto, fez-se uso de pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória com o uso de fontes de dados de cunho secundário, de origem bibliográfica e documental e análise de conteúdo.

Por isto, a produção de farinha de mandioca artesanal ainda encontra obstáculos na cadeia produtiva, especialmente quanto aos atributos físico-químicos, e classificação comercial contidos na legislação brasileira (Álvares *et al.*, 2016). No município Uarini, as farinhas de mandioca são fabricadas pelos produtores de forma totalmente artesanal, sendo uma atividade de grande importância social e econômica para uma significativa parte da população rural deste município. Dessa forma, verifica-se a necessidade da realização de pesquisas associadas a farinha de mandioca, visto o grande significado social, nutricional e econômico deste produto.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No Brasil, essa praga ocorre, principalmente, entre setembro e fevereiro, e seus ataques variam de região para região, em geral pertinentes a temperaturas altas e no início do período chuvoso, podendo não ocorrer em determinados anos agrícolas (Fazolin *et al.*, 2007).

Os métodos de controle da mandala (mandarová), segundo Silva *et al.* (2012), são: controle físico, cultural, químico e biológico. Porém, o mais comumente utilizado é o controle químico, seguido do controle biológico como o manejo integrado de pragas. Massola e Bedendo (2005) apontam que apesar das doenças na mandioca terem importância econômica, não existem dados precisos sobre sua intensidade nas diferentes áreas de produção, também é de difícil diagnóstico. No Brasil, as doenças bacterianas e a antracnose são geralmente de maior intensidade.

Souza e Fialho (2003) relatam que quando a bacteriose chega às raízes pode provocar perdas em torno de 30% na produção, no entanto, se forem utilizadas cultivares suscetíveis, em locais onde as condições climáticas são suscetíveis ao desenvolvimento, as perdas podem ser totais. Assim, o método de controle se torna ineficiente.

Para que se tenha sucesso nos períodos de colheitas, é indispensável a implantação das técnicas, desde o preparo do solo até o produto final, inclusive os métodos tradicionais de cultivo, extração e industrialização tem sido uma forma de manter o homem no campo, pela oferta de emprego neste setor, mesmo em baixa escala de renda. A falta de políticas públicas de mercado definidas para o produto, e falta de crédito tem desestimulado muitos produtores de mandioca buscarem alternativas de culturas, mesmo com o temor de errar, pois a mandioca, em período de seca prolongada, se a mesma já estiver em um crescimento adequado, é uma das poucas culturas que consegue sobreviver e produzir.

Silva e Teixeira (2007) afirmam que o cultivo de mandioca no Recôncavo Baiano é tradicional, mas é deficiente de tecnologias e visão de mercado, fato explicado pela baixa produtividade, podendo esta ser melhorada pela adubação orgânica. Atualmente, a produção de mandioca é voltada para a comercialização na forma *in natura* e farinha.

Tomadas de decisão na agricultura familiar

A agricultura familiar é uma das formas de organização de trabalho mais predominantes nas comunidades rurais. Os agricultores familiares, em geral, não fazem os cálculos ou previsões de produção pensando apenas no mercado, antes, o fazem planejando primeiramente a satisfação das necessidades imediatas do grupo familiar. É possível observar que todo o trabalho realizado tem como intuito manutenção das famílias e demais componentes dos sistemas, incluindo as espécies animais e vegetais, fazendo diversos fluxos, por exemplo, para os animais, a casca de mandioca serve de alimento, já as cascas das demais frutas servem como adubo para hortaliças e outras plantas.

Esta característica torna a atividade dependente de ciclos biológicos. Em função disso, verifica-se no processo uma sequência de etapas que são imutáveis. Por exemplo: primeiro, prepara-se o solo; depois, lança-se a semente; espera-se seu ciclo evolutivo; somente então, e no momento adequado, ocorre a colheita (Wagner *et al.*, 2010, p. 69).

A agricultura familiar está completamente ligada à cultura e à história. As oportunidades e as restrições geográficas e ecológicas (localização, clima, solo, planta e animais nativos) têm reflexos sobre a cultura local. Os valores, os conhecimentos, as habilidades, as tecnologias e as instituições da sociedade rural influenciam grandemente o tipo de cultura que se desenvolveu e que continua sempre a se desenvolver. Durante boa parte do século passado, “o principal papel da agricultura no Brasil fora o de abastecer os centros urbanos, uma vez que, se fosse produzido o suficiente para suprir as necessidades urbanas, teríamos a possibilidade de obter o desenvolvimento industrial”(Santos, 2017).

Dessa forma Wanderlei (2000, p. 35) relata que:

A agricultura familiar que está no centro de uma vida social intensa. De um modo geral, as áreas onde a agricultura familiar é predominante correspondem às situações de maior intensidade da vida social local. Porém, este dinamismo depende, em grande medida, de fatores que estimulem a permanência, no meio rural, de um significativo contingente de “rurais”, dentre os quais merecem destaque: as perspectivas favoráveis da produção agrícola local e de suas atividades correlatas (especialmente as vinculadas aos processos de transformação e de comercialização), que garantam um nível de renda socialmente adequado à família; e a oferta de empregos não-agrícolas, no meio rural ou nas cidades próximas, de forma a gerar alternativas de ocupação para alguns membros da família e a favorecer a pluriatividade de outros.

Conforme o texto acima destaca, diversos fatores são levados em consideração para os processos de tomada de decisão na agricultura familiar, e não apenas as variações de preço e demanda por determinados gêneros, embora isso seja importante. Como é possível exemplificar a organização do grupo familiar, os projetos de longo e curto prazo, entre outros.

A agricultura praticada pelas famílias se apresenta como um grande fornecedor de matéria-prima, como é o caso do leite para produção de laticínios, hortifruti para os supermercados e para as fábricas de suco, por exemplo. Por se tratar de um trabalho em menor escala é capaz de atender a nichos mais específicos, com destaque para os produtos fabricados e manufaturados na própria unidade rural. Dentro da proposta da agricultura familiar é preciso entender que a família e o campo representam uma unidade dinâmica que passam por processos evolutivos de maneira contínua desempenhando funções ambientais, sociais, culturais e econômicas (Pretto; Horn, 2020).

Em relação à promoção da utilização sustentável dos recursos naturais é possível afirmar que esta modalidade de agricultura beneficia o campo ambiental por adotar práticas ambientais mais sustentáveis em decorrência da produção em pequena escala. Este cenário permite a adoção de sistemas produtivos mais eficientes e que façam uso menor de energia fóssil. Esse estilo de produção também respeita harmonia ambiental e as espécies, utilizando o modo de produção agroecológico e orgânicos (Cassel, 2017). Já em relação ao benefício associado à diminuição do êxodo rural é possível destacar que agricultura familiar eleva a qualidade de vida no campo e confere a possibilidade de produzir com qualidade e em alta quantidade (Pretto; Horn, 2020). Por fim, quanto ao benefício relacionado ao estímulo do planejamento e execução de políticas públicas é possível salientar a existência de programas de crédito, seguros de produção, incentivo a comercialização e custeio de safras.

Para Pinto (2002, p. 2), “a farinha de mandioca é o produto mais popular da alimentação dos brasileiros desde o início da colonização. Produzida de diferentes formas, a farinha, seu principal produto, é usada por todas as populações das regiões vizinhas”. A farinha de mandioca está presente tanto nos pratos cotidianos mais simples, quanto nos mais finos e elaborados, além de ocupar lugar de destaque na culinária nacional e mais especialmente, na culinária regional do Estado do Pará, desempenhando em algumas regiões do país relevante papel na construção de identidades culturais. A mandioca é uma espécie produtiva de muita importância para a população, tanto a nível regional, quanto a nível mundial, devido a sua boa adaptabilidade a diversos ambientes, rusticidade e baixa exigência de fertilidade do solo, bem como é fonte de alimento para muitas famílias. Como relata os autores Alves e Vedovoto (2003):

A farinha tem uso essencialmente alimentar e, além dos diversos tipos regionais, que não modificam as características originais do produto, encontram-se duas formas: a farinha não temperada, que se destina à alimentação básica e é consumida principalmente nas classes de renda baixa da população; e a farinha temperada (farofa), de mercado mais restrito, mas de maior valor agregado (Alves; Vedovoto, 2003, p. 201).

Como é possível observar, a farinha pode ser consumida de várias maneiras pelos seres humanos, pois ela e seus derivados estão presentes de forma alarmante na culinária brasileira e faz parte da cultura alimentar da população. A farinha tem uso essencialmente

alimentar e, além dos diversos tipos regionais, que preservam as características originais do produto, encontram-se duas formas: a farinha não temperada, que se destina à alimentação básica e é consumida principalmente nas classes de renda baixa da população; e a farinha temperada (farofa), de mercado mais restrito, mas de maior valor agregado (Alves; Vedovoto, 2003).

MARCO METODOLÓGICO

Oliveira (2007, p.37) considera que a abordagem qualitativa ou pesquisa qualitativa dentre os seus diversos significados, pode ser conceituada como “[...] um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico ou segundo sua estruturação”.

A pesquisa qualitativa possui o ambiente natural como fonte de dados e pesquisador como instrumento principal. O estudo dos problemas é realizado no ambiente em que eles naturalmente se manifestam, sem a manipulação intencional do pesquisador, sendo o estudo também chamado de “naturalístico” por esses autores, que afirmam que todo estudo qualitativo é também naturalístico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados esperados serão confirmados ou não ao final dessa investigação, onde será feito a sistematização dos dados através da pesquisa quantitativa. Além disso, a partir da divulgação dos resultados da pesquisa, espera-se que seja conhecida a relevância da “Educação no campo e os saberes tradicionais presentes na produção de farinha de mandioca no município de Uarini – Amazonas-Brasil”.

Após a coleta de dados, será utilizado o programa de planilha eletrônica Microsoft Excel para armazenamento e análise dos dados. A análise bibliográfica será feita através de fichamento referentes a fontes materiais como: livros, revistas, artigos já publicados que abordem a temática em estudo.

As informações coletadas serão processadas e apresentadas no enfoque Quantitativo dos resultados e discursões para as consideração e recomendações e conclusão do trabalho que será concretizado.

Figura 1 - Passo a passo para a produção da farinha de mandioca.



Fonte: acervo do pesquisador

A produção da farinha de mandioca, no município de Uarini, atualmente, é realizada, praticamente, da mesma forma que era realizada pelas gerações antepassadas, ou seja, quase que totalmente artesanal. O sistema consiste no preparo da terra, seguindo os seguintes critérios: roçagem; derruba; queimada; plantio; capina e colheita.

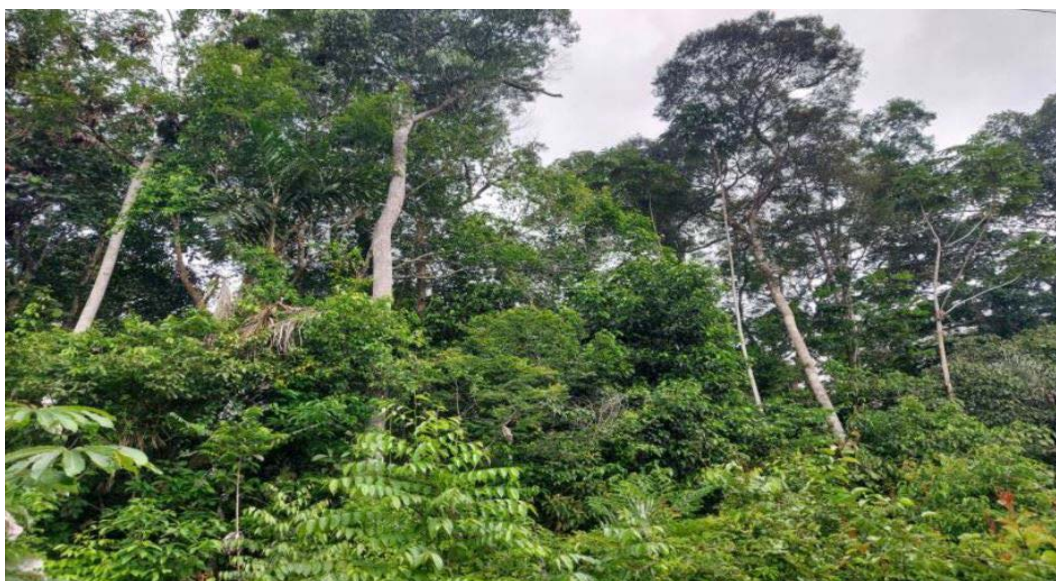
A área determinada, onde será feito o plantio (roça) pode ser classificada da seguinte forma:

Figura 2 - Capoeira (área de vegetação baixa, com árvores de pequeno porte). Que pode ser classificada em “capoeira baixa” e “capoeira alta”. Dependendo do tamanho das árvores. A capoeira é uma vegetação secundária, surge após a derrubada da mata nativa.



Fonte: acervo do pesquisador

Figura 3 - Área de mata (área de vegetação nativa, virgem, com árvores de grande porte).



Fonte: acervo do pesquisador

A capoeira, na verdade, é uma vegetação secundária, oriunda da derruba das áreas de mata virgem. Surge depois da colheita da mandioca, quando o “mato” volta a crescer novamente. Depois de 3 a 4 anos ela volta a ser utilizada, reiniciando todo o processo produtivo. Muitos agricultores preferem plantar em áreas de mata, onde o surgimento de ervas daninhas é menor, facilitando processo de capina.

Figura 4 - Roçagem (consiste na primeira etapa do preparo do terreno para o plantio). Nas áreas de mata, o volume de vegetação a ser retirada, nesse processo de roçagem, é bem menor que nas áreas de capoeira. A roçagem é executada através de uma ferramenta chamada terçado (em outras regiões é chamado de facão).



Fonte: acervo do pesquisador

Figura 5 - Derrubada (esta é a segunda etapa do preparo do terreno). Consiste na derrubada das árvores maiores, após a roçagem. Essa etapa, tradicionalmente, é realizada através de uma ferramenta conhecida como machado. Mas, atualmente, a maioria dos produtores utiliza o motor-serra, tanto em área de capoeira, como em área de mata. Através desse instrumento, o trabalho é realizado com maior rapidez e eficiência.



Fonte: acervo do pesquisador

Figura 6 - Queimada (terceira etapa do preparo do terreno). Consiste na queimada da vegetação que foi retirada, através da roçagem e da derrubada. Esta etapa é realizada em torno de 30 dias, após a derruba, nas áreas de capoeira, e 50 dias, nas áreas de mata. Quando a queimada não é bem executada, promove-se uma outra etapa, que é conhecida como Coivara (consiste em outra queimada da vegetação, que não foi extinta na primeira). Apesar de toda a problemática da questão ambiental, a queimada, ainda é o método mais utilizado na produção de farinha de mandioca no estado do Amazonas.



Fonte: acervo do pesquisador

Figura 7 - Colheita (consiste na retirada da mandioca do solo). O tempo para essa retirada, após o plantio, depende da espécie plantada, mas, normalmente, é realizada em torno de doze meses.



Fonte: acervo do pesquisador

Figura 8 - Fermentação (molho). Após a colheita, a mandioca é colocada na água, durante três a quatro dias. Tempo necessário para que atinja o processo de amolecimento. A mandioca é posta nos igarapés, mas, alguns produtores já utilizam tanques.



Fonte: acervo do pesquisador

Figura 9 - Sevação (após a retirada das cascas), a mandioca é levada a um triturador, esse equipamento é conhecido como sevador, aqui a mandioca é transformada em massa.



Fonte: Acervo do pesquisador

Figura 10 - Secagem (secagem da mandioca), após passar pelo triturador, é feita através de um utensílio conhecido como tipiti ou, de um outro, conhecido como prensa. os dois métodos têm o objetivo de retirar todo o excesso de água, contido na mandioca, durante o período em que ficou na água para amolecer.



Fonte: acervo do pesquisador

Figura 11 - Peneiragem (peneira é um utensílio utilizado em várias etapas da produção), a primeira etapa depois da secagem é a peneiragem, quando a mandioca já se encontra em forma de massa. Nesse momento é feita a retirada de resíduos que estavam contidos na massa, esses resíduos são chamados de coureira. A segunda etapa é quando a massa já embolada (transformada em bolinhas), é levada ao forno para ser torrada, e a terceira etapa é na retirada da farinha do forno, já torrada, para a retirada dos grãos maiores que não serão consumidos.



Fonte: acervo do pesquisador

Figura 12 - Embolagem, consiste em transformar, a massa da mandioca nas bolinhas, que são a principal característica da farinha de Uarini, nessa etapa se utiliza um utensílio conhecido como emboladeira. Esse equipamento, podemos dizer, que foi adotado em período recente. Anteriormente, essa etapa era executada com as próprias mãos, através de bacias de alumínio. Hoje, praticamente, todos os produtores utilizam a emboladeira, por ser mais prática, além de acelerar o processo.



Fonte: acervo do pesquisador

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos diferentes textos que compuseram o corpus desta dissertação, advindos de diferentes esferas e épocas, a palavra mandioca apresentou sentidos construídos por diversos discursos e pontos de vista, tendo em comum a aproximação com o sagrado, o nacional, o primitivo e o contemporâneo.

Não se configurando como um conjunto de textos diacronicamente observados, mas colocados em relação dialógica, eles revelaram-se enunciados concretos, cujos componentes verbo-visuais explicitam, pela materialidade e pelos discursos que os constituem e por eles são constituídos, as tensões a que uma palavra está submetida, histórica e socialmente. A palavra mandioca, que motiva o conjunto, é a mesma e é também outra, reafirmando a ideia de que “A palavra ele [um membro do grupo] a recebe da voz do outro e repleta de voz do outro.

Portanto, mandioca apresenta-se como metonímia complexa de um universo que, longe de ser especialmente indígena, situado em tempos imemoriáveis, assinala a miscigenação discursiva autorizada pelo discurso científico de preservação e divulgação das fontes da nacionalidade e da cultura brasileiras.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Antonio Carlos Teixeira. **Sixth generation innovation model: description of a success model**. RAI Revista de Administração e Inovação, v. 13, n. 2, p. 116-127, 2016.

ALVES, R. N. B. *et al.* **O trio da produtividade na cultura da mandioca: estudo de caso de adoção de tecnologias na região no Baixo Tocantins, Estado do Pará**. In: Embrapa Amazônia Oriental-Artigo em anais de congresso (ALICE). In: Congresso da associação brasileira das instituições de pesquisa tecnológica, Campina Grande, 2003.

CASSEL, Gustavo. **A queda do padrão ouro**. Routledge, 2017.

DA SILVA, Fernando Teixeira. **Experiências de trabalhadores nos caminhos de ferro da Bahia: trabalho, solidariedade e conflitos (1892-1909)**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas.

FAZOLIN, MURILO *et al.* **Manejo integrado do mandarová-da-mandioca *Erinnyis ello* (L.) (Lepidoptera: Sphingidae): conceitos e experiências na região do Vale do rio Juruá, Acre**. 2007.

MASSOLA JÚNIOR, N. S. *et al.* **Manual de fitopatologia: doenças das plantas cultivadas**. 2005.

MATTOS, Paulo *et al.* **Adaptação transcultural para o português da escala Adult Self-Report Scale para avaliação do transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH) em adultos**. Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo), v. 33, p. 188-194, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, M. D. N. **Sabores e saberes da Casa de Mani: a mandioca nos sistemas culinários.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 32, 2005. p. 281-301. PINTO, M. D. N. Mandioca e farinha: subsistência e tradição cultural. Encontros e Estudos, n. 5. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/IPHAN, 2002.

PRETTO, José Miguel; HORN, Carlos Henrique Vasconcellos. **Uma avaliação do PRONAF no período 1995-2018.** Colóquio (Taquara): revista das Faculdades de Taquara. Vol. 17, não. 1 (jan./mar. 2020), p. 35-39.

SANTOS, Josiane Soares. “ **Questão social**”: particularidades no Brasil. Cortez Editora, 2017.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayara Bonifacio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SOUZA, L. S.; FIALHO, J. F. **Sistema de produção de mandioca para a região do cerrado.** Cruz das Almas, BA: CNPMF, 2003. 61p.

WAGNER, Adriana. **Casa do pai, casa da mãe: a coparentalidade após o divórcio.** Psicologia: teoria e pesquisa, v. 26, p. 77-87, 2010.

WANDERLEY, Maria de N. B. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil.** Desenvolvimento e Meio Ambiente. Editora da UFPR, 2000.

Capítulo

07

Os elementos da língua portuguesa que indicam a transformação da literatura de cordel como prática de ler e escrever

The elements of the portuguese language that indicate the transformation of cordel literature as a practice of reading and writing

Joana Alfaia de Castro Fonseca

Professora da Educação Básica da Rede Estadual do Amazonas- Graduada em Licenciatura Plena em Letras UFAM, Pós graduação em Tecnologia Educacional pela Universidade Federal do Amazonas UFAM, Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Del Sol- UNADES- PY. ORCID: 0000-0003-3377-3627

RESUMO

Esta pesquisa investiga a literatura de cordel e a sua contribuição para o ensino, tendo como principal objetivo analisar a literatura de cordel que transforma a prática de ler e escrever dos alunos das séries iniciais do ensino médio na escola em tempo integral Professor Manuel Vicente Ferreira Lima no ano de 2019 em Coari - Amazonas - Brasil. A utilização da literatura de cordel em sala de aula pode se transformar em um instrumento de grande ajuda para que o professor apresente a leitura de forma dinâmica, e ao mesmo tempo, uma forma de resgatar a cultura local, colaborando assim com a relação professor-aluno com as raízes literárias de forma simples e criativa. Sabemos que muitas vezes as metodologias utilizadas não conseguem transformar a leitura em algo prazeroso, pois o educador esquece-se de adaptar esse momento a realidade social do estudante. Destaca também a importância do ato de ler no processo de letramento do aluno a partir da sua realidade apresentada nos cordéis.

Palavras-chave: cordel; prática pedagógica; cordel na escola; literatura popular.



ABSTRACT

This research investigates string literature and its contribution to teaching, with the main objective of analyzing string literature that transforms the reading and writing practice of students in the early years of High School at school Full Time Professor Manuel Vicente Ferreira Lima in 2019 in Coari-Amazonas-Brazil. Using cordel literature in the classroom can become a very helpful instrument for the teacher to present reading in a dynamic way, and at the same time, a way of rescuing local culture, thus collaborating with the teacher-student relationship with literary roots in a simple and creative way. We know that the methodologies used often fail to transform reading into something pleasurable, as the educator forgets to adapt this moment to the student's social reality. It also highlights the importance of the act of reading in the student's literacy process based on their reality presented in the cordéis

Keywords: string; pedagogical practice; string at school; popular literature

INTRODUÇÃO

O cordel veio de Portugal e chegou ao Brasil por meio dos colonizadores, tornando-se popular por auxiliar na criação e distribuição da cultura popular e folclórica das regiões do nordeste brasileiro. O primeiro registro literário em terras brasileiras é a carta de Pero Vaz de Caminha, o escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral. Além das cartas, há os diários onde o autor elabora uma literatura informativa, algo próximo às narrativas de viagens, sobre o Brasil, no século XVI. Seu objetivo era informar o rei de Portugal sobre as características geográficas e sociais da nova terra. Hoje a literatura de cordel é patrimônio imaterial do Brasil, isto é, uma manifestação regional que é transmitida por gerações, de pai para filhos, por muito tempo, gerando um sentimento de identidade dos povos que praticam essa manifestação.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O segundo documento, Leandro foi o primeiro brasileiro a escrever cordéis, produzindo 240 obras, que ficaram muito conhecidas pelo imaginário popular do nordeste brasileiro. Os cordéis de Leandro ficaram muito conhecidos pelo Brasil por meio da peça '*Auto da compadecida*', de Ariano Suassuna, que era baseada em seus cordéis.

Ficou conhecido por inserir imagens de artistas de Hollywood à cultura tradicional dos cordéis. Fez parte da primeira geração de autores, que possuíam a própria editora especializada em cordel, e ajudou a propagá-la.

No seu primeiro século de existência, o Brasil foi uma terra de aventureiros. Vinham os portugueses, interessados em explorar economicamente esta colônia tão rica, pois, segundo o depoimento de Caminha, "A terra em si é de mui bons ares (...). Águas são muitas e infindas. E de tal maneira é graciosa que querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bens das águas que tem". Caminha era escrivão da esquadra e foi de sua autoria o primeiro documento escrito no Brasil a minuciosa carta ao rei de Portugal. Começou o plantio de cana-de-açúcar, no nordeste ao lado da extração do pau-brasil. Desde logo,

o Brasil foi visto como uma fonte de riqueza inesgotável, e estes foram explorados sem nenhum planejamento, de maneira selvagem e predatória. Vieram depois outros invasores, principalmente franceses e holandeses, atraídos pela potencialidade deste novo mundo.

Foi no século XVIII que a literatura de cordel chegou em nosso país completamente. Durante o início da colonização os portugueses a trouxeram e aos poucos ela começou a se tornar popular. Há quem afirme que os folhetos foram introduzidos no Brasil pelo cantador Silvino Pirauá, e em seguida pela dupla Leandro Gomes de Barros e Francisco das Chagas Batista. Inicialmente, quase todos os autores da literatura de cordel brasileira eram cantadores. Estes improvisavam os versos na hora que estavam cantando, viajavam pelas fazendas, vilarejos e pequenas cidades do sertão. Para os escritores desse gênero é possível ser o repórter dos acontecimentos, representante do povo, narrar as histórias de Lampião, de João Grilo, falar sobre histórias de amor. Nos dias atuais a região brasileira onde temos o foco da literatura de cordel é o nordeste.

Literatura de cordel no Amazonas

A partir de 1890, Manaus, que já se ostentava como capital do estado administrativo, experimentou um grandíssimo avanço populacional e econômico, resultante principalmente da exportação de matéria prima oriunda e até então, exclusiva da Amazônia. Com as riquezas geradas pela produção e exportação da borracha natural (*Hevea brasiliensis*), a capital amazonense recebeu grandes obras como o Porto de Manaus, o Teatro Amazonas, o Palácio da Justiça, o Reservatório do Mocó, a primeira rede de energia elétrica e os serviços de transporte coletivo em bondes.

Floresceu então, o comércio de produtos luxuosos e supérfluos, com homens e mulheres de todo o mundo desfilando por suas ruas e avenidas, na sede da compra do “Ouro Negro”, como era chamada a borracha natural, para revenderem com grandes lucros nas principais capitais da Europa e nos Estados Unidos. A partir de 1910, tempos difíceis iniciam-se para a cidade, devido à forte concorrência da borracha natural plantada nos seringais da Malásia, que chega aos mercados europeu e americano com vantagens superiores, o que acaba por decretar a falência da economia amazonense.

O cordel se disseminou na Amazônia com a chegada de nordestinos recrutados para trabalhar nos seringais, no final do século 19 e começo do século XX. Aqui no Amazonas o professor Hélio Rocha, Elias Bezerra, o senhor Wilson Nogueira, Nilton Azevedo e alguns amigos escritores questão se preparando para lançar seus primeiros trabalhos, Francisca Lusía, Fancliene Sousa, João Pedro Antelo, Edimilson Macedo, Luciele Pantoja, enfim muitos outros escritores.

Ensino de literatura nos anos finais do ensino fundamental: reflexões e alternativas

A literatura, como sabemos, teve sua trajetória marcada por avanços e retrocessos – entraves e preferências que testemunham os juízos de valor e o prestígio social que lhe foi outorgado ao longo do tempo –, até ser escolarizada e tornar-se componente curricular obrigatório da disciplina de língua portuguesa. Influenciada fortemente por concepções greco-latinas, no Brasil a literatura seria primeiramente estudada atrelada à retórica sob

a forma de *poética*, entre os séculos XVI e XVIII. Somente em 1838, a *poética* receberia estatuto de componente curricular autônomo, conforme atesta o regulamento do Imperial Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, precursor do que constituiria a nova grade curricular de ensino da língua portuguesa.

Publicados em volumes distintos, eram empregados em sala para o estudo da gramática ou da literatura mediante coletâneas de autores consagrados e seus clássicos. Entre os anos de 1950 e 1960, ocorre uma importante fusão: texto e tópico gramatical passam a ser, pela primeira vez, organizados em unidades temáticas, apesar da primazia da gramática sobre o texto ainda persistir. Mais radical seria a mudança instituída por decreto nas décadas seguintes, com a implantação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 5.692/71). Diferente dos processos anteriores, decorrentes de transformações sociais e culturais ocorridas ao longo do tempo, houve a imposição de nova abordagem pedagógica por parte do governo brasileiro pós-golpe civil-militar de 1º de abril de 1964.

A educação foi posta a serviço dos interesses ideológicos do regime e do mercado que lhe davam suporte, como esclarece Demerval Saviani, (2008). Resulta daí que convivamos na atualidade com o legado deixado pela ditadura: o fortalecimento do ensino profissionalizante, o favorecimento da privatização do ensino e a implantação da pós-graduação a partir da estrutura organizacional americana e da experiência universitária europeia (Saviani, 2008). No que se refere mais especificamente ao ensino da língua portuguesa, merece nota como esta passou a ser considerada instrumento para o desenvolvimento nacional.

Marcada pela visão desenvolvimentista, para instituírem a língua como instrumento, os militares e seus apoiadores encontraram suporte na teoria da comunicação, em ascensão na década de 1970. Desse modo, a língua passou a ser tratada como sistema, visão amparada pela psicologia, filosofia e sociologia de então, o que fez com que a concepção de expressão estética, abordada desde os estudos da retórica e da poética, cedesse lugar à concepção de língua como comunicação. De modo pragmático e utilitário, o professor deveria preparar o alunado para desenvolver e aperfeiçoar os comportamentos de emissor e receptor de mensagens em seus diversos códigos, verbais e não verbais. Nas palavras de Soares, (2002, p. 169, grifos do autor): “já não se trata mais de estudo sobre a língua ou de estudo da língua, mas de desenvolvimento do uso da língua”.

Acresçamos, a seu turno, a depreciação da carreira docente que marcou essas mesmas décadas, em que professores passaram a ser olhados com cautela, quando não com desconfiança. Especialmente nos grandes centros urbanos, onde não raro eram vigiados, fichados e exonerados caso organizassem protestos ou desrespeitassem as orientações ideológicas do regime, estas sim, única forma de exercer patriotismo. Período de controle em que, não por acaso, testemunhamos o início da política de universalização do livro didático nas redes públicas de ensino a par e passo com as apostilas nas redes privadas. Estratégia de sucesso porque, historicamente, foi influenciada e influenciou o *boom* da indústria gráfica. Observando o material produzido, não é de se estranhar que Osman Lins o tenha caracterizado na década de 1970 como “uma Disneylândia pedagógica” (Lins, 1977). Profusamente ilustrados e coloridos, exagerados na abordagem e na apresentação, os resquícios mantêm-se visíveis em uma parcela dos livros didáticos produzidos ainda hoje, em que a poluição visual das páginas mais perturba do que atrai o leitor.

Enquanto as páginas eram preenchidas dessa forma, a produção literária de importantes autores do período era suprimida. O criador de *Avalovara* enumera, inclusive, alguns de seus contemporâneos marginalizados, o que nos permite ter uma dimensão do problema. Afinal, os livros adotados pelo regime não apresentavam aos alunos a obra de escritores como Ciro dos Anjos, Guimarães Rosa, Aníbal Machado, João Cabral de Mello Neto, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Autran Dourado e Lucio Cardoso, entre tantos outros. O próprio Osman Lins, escritor premiado, mas militante engajado na defesa dos direitos humanos, da liberdade de expressão e da justiça social, como não é difícil supor, era igualmente excluído.

O foco do programa são os livros didáticos, repensados e reelaborados nas perspectivas teórica e metodológica desde o fim do regime ditatorial, mas ainda hoje impostos como modelo de ensino, cuja compra anual ultrapassa a cifra de um bilhão de reais. Como seria o ensino no Brasil se o FNDE optasse por uma política centrada na distribuição massiva de material integral – literatura, dicionários e obras de referência –, com a vantagem de não prescreverem a cada três anos? Não resta dúvida de que se optou por um modelo mercadológico em que a adoção de livros didáticos e didatizantes sobrepõe-se a um plano de carreira para o magistério com condições dignas e diferenciadas de trabalho. Trata-se, antes de tudo, de uma escolha, uma opção política e não financeira, com a qual arcam alunos, docentes e a sociedade como um todo.

Isso tudo empregando o material didático que, como discutido, era mal elaborado e excludente, cabendo-lhe apenas seguir o roteiro do autor. Nada mais conveniente a um regime ditatorial e opressor. Lastimável, mas ao mesmo tempo sintomático, é o fato dessa política pública de ensino persistir, muito bem aparelhada por uma indústria editorial faraônica. Não surpreende, portanto, que as licenciaturas estejam entre os cursos universitários menos procurados e sejam cursados, em geral, por alunos que pertencem a famílias com menores índices socioeconômicos.

A partir desse período e, mais intensamente, com a virada do século XX, o filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin passa a exercer maior influência na concepção de ensino. Sua teoria dos gêneros do discurso confere outros significados à abordagem dos textos de diversos extratos sociais inseridos agora nas práticas escolares. Voltando-se a uma compreensão maior, Bakhtin valoriza as esferas de circulação e os interesses dos sujeitos implicados no discurso, sem relegar a carga expressiva a uma forma padrão. Desse modo, ainda que dentro de círculos literários mais estreitos, obras como *Marxismo e filosofia da linguagem* (1929-1930), *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais* (1940) e *Estética da criação verbal* (1979) não passaram despercebidas.

Os documentos oficiais e o ensino de literatura na atualidade

A leitura de Bakhtin influenciou, ou, melhor dito, norteou, a concepção dos Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCN, para o estudo do português. Entre seus postulados mais importantes no que se refere ao ensino de português, merece destaque o que firma que “pela linguagem se expressam ideias, pensamentos e intenções, se estabelecem relações interpessoais inexistentes e se influencia o outro, alterando suas representações da realidade e da sociedade e o rumo de suas (re)ações” (Brasil, 1998, p. 20).

Além disso, o documento, que busca servir de referência para discussões curriculares nas diversas áreas do conhecimento, indica no volume voltado ao ensino de português que os textos a serem empregados em sala deveriam ser trabalhados de modo integrado e selecionados por suas características e usos. Deveriam ser tomados, portanto, aqueles textos que pudessem favorecer a reflexão crítica, o exercício de formas de pensamento mais elaboradas e abstratas, bem como a fruição estética dos usos artísticos da linguagem. Como sintetizado no texto oficial, trata-se de escolher “os mais vitais para a plena participação numa sociedade letrada” (Brasil, 1998, p. 24).

Apesar dessas orientações amplamente respaldadas pela academia, o ranço da visão utilitária exposta páginas atrás se faz sentir na prática, na qual a abordagem isolada de gramática e literatura, ou mesmo de escrita e leitura como *coisas distintas* ainda não foi eliminada de todo. Há escolas cuja organização curricular desconhece o postulado pelos PCNs, uma vez que segmentam o ensino de português entre língua (= gramática), literatura (= periodização literária, com uso de trechos de obras) e produção (= elaboração de redações, com ênfase em dissertações). Em algumas dessas instituições – em nossa prática pedagógica cotidiana nos depararmos com tal concepção ultrapassada, tanto na esfera estadual, municipal ou particular de ensino –, mantêm-se, inclusive, a prática de contratar mais de um professor para esse fim: são dois ou três profissionais, cada um responsável por dissecar uma faceta da língua de modo isolado.

Mas quais textos podem ser empregados de modo a não repisar práticas superadas? O que é representativo da sociedade letrada brasileira contemporânea? Qual lugar cabe hoje à literatura no ensino fundamental? A resposta dos PCNs é apresentar, como modelo de textos relevantes para a inserção social de crianças e jovens, o trabalho com variados gêneros do discurso, a saber: notícia, editorial, carta argumentativa, artigo de divulgação científica, verbete enciclopédico, conto, romance, entre outros.

De acordo com os PCNs, a literatura constitui uma forma peculiar de representação e estilo em que predominam a força criativa da imaginação e a intenção estética. Portanto, deixam claro que não se trata de mera fantasia que nada tem a ver com o que se entende por realidade, nem de puro exercício lúdico sobre as formas e sentidos da linguagem e da língua. Reproduzindo as palavras contidas nos PCNs, literatura corresponde a:

Um inusitado tipo de diálogo regido por jogos de aproximação e afastamento, em que as invenções da linguagem, a instauração de pontos de vista particulares e a expressão da subjetividade podem estar misturadas a citações do cotidiano, a referências iniciais e, mesmo, a procedimentos racionalizantes. Nesse sentido, enraizando-se na imaginação e construindo novas hipóteses e metáforas explicativas, o texto literário é outra forma/fonte de produção/apreensão de conhecimentos (Brasil, 1998, p. 26-27).

A abordagem dos PCNs volta-se, no restante do documento, a uma descrição de conceitos e procedimentos de leitura, remetendo ao termo *literatura* apenas em trechos específicos, por vezes um tanto isolados. Mais do que literatura, conferem destaque à formação de leitores, cujo papel de destaque seria do terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental. Afinal, segundo os PCNs, são nos interiores destes que muitos alunos ou desistem de ler por não conseguirem responder às demandas de leitura colocadas pela escola, ou passam a utilizar os procedimentos construídos nos ciclos anteriores para lidar com os desafios impostos pela leitura, com autonomia maior (Brasil, 1998, p. 70).

A própria inclusão de textos de natureza literária de modo mais equilibrado com textos dos demais gêneros discursivos é apontada como algo recente no ensino fundamental. Em sua análise, os consultores ponderam que, de um modo geral, todas as coleções apresentavam coletâneas minimamente representativas do que a cultura da escrita oferece a um adolescente; mas deixam claro que as esferas mais contempladas são a jornalística e/ou midiática, seguida da produção de conhecimentos especializados, na forma da divulgação científica e de obras de referência como enciclopédias e dicionários. Por último, vêm os textos de natureza literária, aí incluída tanto a literatura infantojuvenil e adulta quanto a brasileira e a estrangeira, embora sua abordagem varie consideravelmente de uma coleção para a outra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste contexto que se faz necessária a intervenção de metodologias enquanto um profissional que contempla a importância da literatura de cordel em sala de aula e em todos os momentos de sua atuação, vislumbrando seu espaço cultural como um espaço de cuidados e proteção que deve ser merecedora de atenção e investimentos intelectual e prazeroso aos alunos, pois mesmo sendo grande a sua responsabilidade, nesta etapa de estudo, pois estão criando um parâmetro intelectual.

A partir das investigações, pode-se concluir que a literatura de cordel possui potencial para o desenvolvimento do educando no processo de leitura/escrita e oralidade, principalmente pelo fato de ser uma literatura popular de linguagem simples, de fácil compreensão, que estimula a imaginação, a ludicidade, a reflexão crítica, aborda variados temas e propicia o trabalho interdisciplinar, sendo portanto, uma literatura transformadora.

No ensino médio pode ser uma maneira de levar os alunos a trabalhar melhor a questão da escrita, leitura, oralidade e desenvolver uma sensibilidade artística, define-se como uma ferramenta pedagógica capaz de refletir sobre as práticas de ensino e de aprendizagem com possibilidades de construir recursos educacionais significativos em sala de aula.

Constatamos com esse estudo, que a maioria dos professores pesquisados se utilizam dos recursos que a literatura de cordel pode oferecer tornando este gênero um aliado do docente no que tange às novas abordagens no cotidiano da sala de aula. O professor deve procurar inovar seu método de ensino, buscando novas técnicas, de forma a atrair a atenção do aluno para o conteúdo que está sendo estudado.

REFERÊNCIAS

Demerval Saviani. **O legado educacional do regime militar**. Cadernos Cedes, v. 28, p. 291-312, 2008.

SAVIANI, D. **O legado educacional do regime militar**. Cad. CEDES, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, 2008.

SOARES, M. **Português na escola: história de uma disciplina curricular**. In: BAGNO, M. *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 155-177.

LINS, O. **Do ideal e da glória**: problemas inculturais brasileiros. São Paulo: Summus, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: língua portuguesa, Brasília, DF, 1998.

Capítulo 08

Estratégias utilizadas para auxiliar no plantio e produção de farinha

Strategies used to assist in the planting and production of flour

Edvilson Lopes de Souza

Professor da Rede Estadual de Educação do Amazonas possui Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Professor da Secretaria de Estado de Educação. Mestre em Ciências da Educação pela Universidade del Sol – UNADES

<http://lattes.cnpq.br/7270479351731318>

RESUMO

O estudo faz parte da construção do referencial teórico da dissertação que é voltada para as contribuições da educação no campo para o cultivo e produção de farinha de mandioca no município de Uarini – Amazonas - Brasil. Nos diferentes textos que compuseram o corpus desta dissertação, advindos de diferentes esferas e épocas, a palavra mandioca apresentou sentidos construídos por diversos discursos e pontos de vista, tendo em comum a aproximação com o sagrado, o nacional, o primitivo e o contemporâneo. A farinha de mandioca que atualmente faz parte da alimentação dos Amazônicos é originária do cultivo da mandioca pelos primeiros habitantes da Amazônia. A farinha do Uarini, oriunda de um município do Amazonas de mesmo nome e em 2019 recebeu do INPI a Certificação de Origem e Indicação Geográfica (IG). Para tanto, fez-se uso de pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória com o uso de fontes de dados de cunho secundário, de origem bibliográfica e documental e análise de conteúdo. Concluímos que, a produção de farinha de mandioca é importante para o agronegócio brasileiro, sendo uma atividade rústica e familiar que beneficia economicamente e socialmente todos os seus colaboradores, a farinha do Uarini é fomentadora de desenvolvimento regional e local, contribui para a geração de emprego e renda, fortalece a economia dos municípios adjacentes, impulsiona toda a cadeia produtiva e fortalece os laços do homem com a terra.

Palavras-chave: educação; macaxeira; alimentação.

ABSTRACT

The study is part of the construction of the theoretical framework of the dissertation, which is focused on the contributions of Education in the field for the cultivation and production of cassava flour in the municipality of Uarini – Amazonas-Brazil. In the different texts that made up the corpus of this

Educação: um universo de possibilidades e realizações - Vol. 10

DOI: 10.47573/aya.5379.2.321.8



dissertation, coming from different spheres and times, the word cassava presented meanings constructed by different discourses and points of view, having in common the approach to the sacred, the national, the primitive and the contemporary. The cassava flour that is currently part of the diet of the Amazonians originates from the cultivation of cassava by the first inhabitants of the Amazon. Uarini Flour, originating from a municipality in Amazonas of the same name and in 2019 received Certification of Origin and Geographical Indication (GI) from INPI. To this end, qualitative, descriptive and exploratory research was used with the use of secondary data sources, of bibliographic and documentary origin and content analysis. We conclude that the production of cassava flour is important for Brazilian agribusiness, being a rustic and family activity that benefits all its employees economically and socially. Uarini flour promotes regional and local development and contributes to job creation and income, strengthens the economy of adjacent municipalities, boosts the entire production chain and strengthens man's ties to the land.

Keywords: 3 education; macaxeira; food.

INTRODUÇÃO

As tuberosas são plantas que se desenvolvem abaixo da superfície do solo, sendo domesticadas principalmente nas terras baixas da América Central e do Sul. Entre o vasto conjunto de tuberosas a mandioca (*Manihot esculenta* Cranz) é a espécie que se destaca por ser uma matéria prima com muitos usos, além de desempenhar importante papel socioeconômico (agricultura familiar) nos locais de produção (Mattos *et al.*, 2006).

O cultivo da mandioca faz parte da cultura da região norte do Brasil, foram os índios que domesticaram a mandioca e hoje é uma das árvores mais importantes para a população da Amazônia, considerada uma “árvore de providência” devido as suas múltiplas formas de aproveitamento no ramo alimentício.

A região norte do país lidera a produção de mandioca bem como na quantidade consumida visto que a farinha faz parte do hábito de consumo da população regional e complementa vários pratos, em especial, no acompanhamento de peixes regionais. A produção regional tem como origem os estados do Amazonas e do Pará que lideram a produção regional e o consumo, que em termos gerais é muito acima da média nacional.

Temos como objeto de análise desta pesquisa a farinha do Uarini, produto que recebeu do INPI a Certificação de Origem e Indicação Geográfica (IG) em 2019, composto por quatro municípios: Alvarães, Maraã, Tefé e Uarini. Sendo os dois últimos, o foco do estudo, pois Uarini é reconhecida pela principal atividade agrícola, o cultivo da mandioca; e Tefé é considerada um dos principais produtores de farinha do Estado.

É importante destacar que o título Uarini se dá não só pelo Município de Origem, mas também pela qualidade e as características da farinha, sendo identificada pelo nome Uarini em toda a região norte. Município de Uarini – AM, responsável pela produção da farinha que leva o seu nome também conhecido regionalmente como ova/ovinha devido a sua aparência física que lembra a ova ou ovinha de peixe.

Localiza-se geograficamente a 570 Km de distância da capital do Amazonas, tem um total de 11.891 habitantes (IBGE, 2010), sua densidade demográfica é de 1,16 hab/km². E Tefé – AM está a 525 Km de Manaus, possui uma população de 61.453 pessoas (IBGE, 2010) e densidade demográfica de 2,59 hab/km². Economicamente, os municípios se destacam no setor primário com relevância para a produção de farinha de mandioca “Farinha do Uarini”. A produção de farinha nos municípios fomenta o desenvolvimento econômico local e incentivam a agricultura familiar contribuindo para fortalecer o papel social da atividade tanto no município como nos demais, que ficam na adjacência.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Partindo das reflexões acima, se torna emergente a pertinência de problematizar: como é tratado o lugar da casa de farinha artesanal dentro do território casa de farinha? Amplia-se a relevância ao notar-se que o Brasil é o segundo país em produção de mandioca do mundo, perdendo apenas para a Nigéria. O estado do Pará, por sua vez, é o que mais produz mandioca e seus derivados no País. Todavia, os processos de modernização, tomado aqui como processos de globalização, ignoram o lugar e as singularidades que as constituem, conseqüentemente ignorando o significado cultural e econômico das práticas locais. “O lugar e a consciência baseada no lugar tem sido marginalizada no debate sobre o local e o global, sendo que [...] o lugar é central no desenvolvimento” (Escobar, 2005, p.69).

O lugar das relações sociais, o lugar da transmissão dos saberes intergeracionais e, sobretudo, o lugar de afirmação indenitária do fazer farinha e viver a vida farinhar, ressaltando que “o direito de existir é uma questão cultural, política e ecológica (Escobar, 2005, p. 70). Criar alternativas às estruturas de modernização que estão posta é reexistir no lugar. Os projetos institucionais apresentam fôrmas de fazer em uma lógica de espaço desenvolvimentista, em um cenário que não condiz com os objetivos dos sujeitos que viveram historicamente os seus modos de saber fazer.

Para evidenciar as formas, fazeres e saberes dos lugares em suas singularidades é necessário legitimar os saberes e fazeres locais, dialogando com os “saberes” globais. Reafirmando a geopolítica dos saberes, são múltiplas as epistemes dos lugares em seus múltiplos mundos de vida (Gonçalves, 2005, p.3). Os sentindo dados aos lugares constituem o universo farinhar.

Em nível de produção nacional, o Brasil tem uma exportação de raízes frescas, congeladas e secas para o Uruguai (12.600 kg/mês), Portugal (8.000 75 kg/mês), Reino Unido (2.640 kg/mês) e Angola (496kg/mês)²⁵. Mesmo com exportações não tão pequenas, a produção ainda é colocada como uma produção de subalternizados para populações subalternizadas.

Nesse mesmo documento a instituição reforça a necessidade de padronização dos lugares casa de farinha e do fazer farinha, a farinhada. Negando as singularidades dos territórios, o que o torna um lugar de memória, histórias e simbolismo, ou seja, as instituições tomam os lugares como espaços de produção, não levando em conta a relação de pertencimento dos sujeitos com o meio. Essa relação de pertencimento que está presente desde a construção coletiva do barracão até os processos do fazer coletivos. As casas de

farinhas também são lugares de socialização e construção dos projetos de vida. É o lugar outro de vários fazeres e saberes.

Diversas frentes vêm desqualificando/desbotando os saberes e fazeres dos sujeitos do campo, aqui me refiro especificamente dos sujeitos que produzem a farinha. Esses sujeitos que sobrevivem das casas de farinha sofrem o desmonte da Rama (cultura, simbolismo e memória) e a instituição do Caule (industrialização da mandioca), ou seja, é a implantação da mandiocultura na perspectiva monocultural da Embrapa/mandioca fruticultura. A Embrapa lança a BRS CS 01 registrada em fevereiro de 2016 no Registro Nacional de Cultivares (RNC), a mandioca para atender a indústria. Proponho este debate por perceber que o projeto de institucionalização dos saberes e instituição dos fazeres é macro, e é pensado para todo o Brasil, uma vez que a Embrapa (mandiocultura e fruticultura) já criou um modelo de multiplicação do clone BRS CS 01, e essa não pode ser propagada vegetativamente.

Vale ressaltar que a maniva (o caule) identificada como “uma boa mandioca”, é aquela que dá a melhor farinha, essa é compartilhada e não vendida. É notório o movimento da instituição para alcançar a padronização do saber fazer, que vai desde a modificação da matéria-prima, a transformação dos lugares em espaço de produção e a criação de uma fôrma para o manejo da mandioca tradicional. O saber fazer vive a (re) existência frente às receitas tecnocráticas institucionais, e essas, por sua vez, estão alinhadas a interesses que buscam tirar a autonomia das famílias que vivem no lugar.

Cadeia de produção

O sistema tradicional de cultivo da mandioca no município de Uarini é realizado, em geral, em terra firme, podendo ser em floresta densa ou em capoeira. No primeiro espaço, a fertilidade do solo é boa de qualidade devido à baixa invasão de ervas daninhas, sendo que o cultivo é repetido por até três ciclos de lavoura e depois a área entra em repouso para recuperar os nutrientes naturais do solo. No segundo tipo de área, é constante a agressão de ervas que provocam danos à mandioca, o que reflete na baixa produtividade da cultura e no elevado custo de produção, pois exige maior quantidade de trabalhadores para preparar o solo, ou parte-se para as queimadas para reduzir os custos, passando a funcionar como uma espécie de capina. Este sistema de produção, no decorrer do tempo, leva ao esgotamento do solo onde a própria cultura da mandioca extrai os nutrientes do solo, tornando a terra enfraquecida, visto que 94% dos produtores de mandioca não usam qualquer tipo de adubação (Santana; Amin, 2002).

Embora a mandioca signifique apenas farinha na Amazônia, Santana e Amin (2002, p. 198) acreditam na possibilidade de se aproveitar outras formas de uso da mandioca e, nesta perspectiva, consideram a cadeia produtiva da mandioca como sendo: Um conjunto de atividades interconectadas com a produção da mandioca. Tais atividades contemplam as indústrias de transformação que produz insumo para a agricultura, as agroindústrias processadoras de mandioca (casas de farinha mecanizadas e indústria agro alimentar), as instituições que geram políticas de apoio ao agente produtor, o segmento de transporte e de distribuição, bem como fazer uma avaliação da dinâmica do mercado da mandioca. Para consolidar a cadeia produtiva da mandioca, estes autores apostam na parceria entre

as instituições, cujo pano de fundo é integrar o segmento da mandioca a nova dinâmica do mercado nacional, o qual opera com produtos de elevados conteúdos tecnológicos. Visualizando a cadeia de produção da mandioca, pode – se perceber às diversas potencialidades econômicas que esta cultura oferece.

Conforme as potencialidades da mandioca descritas, apesar do Estado do Pará ser o maior produtor de mandioca do Brasil, mas quem é beneficiado com as oportunidades da mandioca, é o Paraná, dado que detém mais de 70% de toda a produção nacional de fécula da mandioca. Esta produção é destinada para atender alguns setores internos da economia, com destaque ao segmento de alimentação e de papelão, além de exportar para a Venezuela e países vizinhos (ABAM, 2005).

Este achado certamente contraria a lógica de que a mandioca é uma cultura ligada ao atraso e a pobreza do homem no campo. Ao contrário, a cultura da mandioca vai além desta estreita visão, pois nestes tempos contemporâneos e globais, a *Manihot Esculenta Crantz* participa do processo produtivo de um simples chiclete, perpassando pela tradicional produção de farinha e pelos modernos alimentos prontos até a complexa produção petrolífera e mineralógica.

Origem e distribuição

A *Manihot esculenta* é originária da América do Sul, precisamente na região central do Brasil (Fukuda; Iglesias; Silva, 2003), e era cultivada por povos indígenas muito anteriormente mesmo da chegada dos portugueses, sendo posteriormente a cultura propagada por eles nos continentes da Ásia e África. A propagação da mandioca faz-se através de ramos maduros e sadios, segundo Silva *et al.* (2015), o que favorece o aparecimento e a fixação de várias variedades em diferentes regiões, no entanto, as sementes são geralmente menos empregadas no campo. Ademais, Morais *et al.* (2014) apontam que a mandioca é cultivada em cerca de 90 países, entre a Nigéria, Tailândia, Indonésia, Congo e Brasil, apesar do baixo valor nutricional. Seu produto comercial, o amido, pode ser usado em várias áreas, como na alimentação animal, indústrias têxteis, papelaria e farmacêutica. Mesmo em condições desfavoráveis de clima e solo, como relatam Souza *et al.* (2006), essas são explicadas pela rusticidade das plantas, pois possuem ciclo longo, sem maior demanda por água e nutrientes, sistema radicular profundo e período de repouso fisiológico em temperatura moderada e/ou falta de água.

Devido ao baixo aporte técnico e à capacidade de adaptação aos diferentes tipos de solo e clima, como relatam Pereira *et al.* (2012), o plantio da mandioca pode ser realizado em diferentes territórios e tem maior poder expressivo em solos pobres. No entanto, as variedades de mandioca são normalmente classificadas como bravas ou mansas, conforme Elias *et al.* (2004), dependendo do teor de ácido cianídrico (HCN), das cultivares, idade da planta e das condições ambientais, como solo, clima, altitude e métodos de cultivo.

É um alimento de grande potencial, pelo seu alto valor energético, como relatam Cagnon *et al.* (2002), podendo ser utilizado como farelo na alternativa de ração animal, sendo obtido pela desidratação dos rizomas à sombra da árvore, seguida da moagem e trituração. Portanto, por ser a mandioca uma cultura de baixo custo e por utilizar resíduos da cultura (o primeiro terço da planta), é uma alternativa para obtenção de silagem de alta qualidade a um custo acessível.

Ademais, a mandioca tem ampla utilização como alimento para ruminantes e animais monogástricos, segundo Almeida e Ferreira Filho (2005). Além de suas características agronômicas, pode ser produzida não apenas em condições de alta tecnologia, mas também em áreas remotas. O cultivo da mandioca em propriedades familiares destaca-se pela facilidade de produção por se tratar de uma cultura mais rústica que não necessita de muita manutenção para se obter um bom rendimento. De acordo Souza *et al.* (2014), a mandioca é uma planta resistente ao clima, tornando-a adequada para o cultivo em áreas pouco produtivas, bem como em áreas sem precipitações uniformes.

Classificação botânica

Com base em Vieira, Fialho e Andrade (2013), a *Manihot esculenta* é um arbusto perene da família botânica Euphorbiaceae. Tem sua propagação vegetativa onde resultou em um grande número de variedades com várias características morfológicas, adaptando-se às diversas condições de clima e solo, bem como resistência a pragas e doenças. Possuem folhas simples e decíduas, inseridas no caule na disposição alterno espiralada, coloração variando entre verde, amarelo e roxo, pecíolo com comprimento, coloração variáveis, limbo partido, lóbulos de três a onze, forma, largura, bordos, cor e tamanhos variáveis (Ceballos; Cruz, 2002). Além do mais, a mandioca é uma planta que floresce nas condições favoráveis edafoclimáticas para seu desenvolvimento e sua floração. Possui flores monoicas, como relatam Carvalho e Fukuda (2006), e geralmente sua inflorescência é observada nas ramificações laterais da planta.

Com base em Ceballos e Cruz (2002), o sistema radicular apresenta raízes tuberosas, ricas em fécula, tamanho e formato variado em cilíndrico, cônico, fusiforme e cilíndrico-cônico, ocorrendo de 5 a 20, em média de 16, e de 5 a 12. Dependendo da cultivar, podem ocorrer raízes tortuosas, com estrangulamentos providos de ramificação lateral. A *Manihot esculenta* possui características de grande rusticidade e adaptação a diversas condições edafoclimáticas. Conforme Veríssimo *et al.* (2010), essa capacidade garante as condições para a espécie produzir da forma mais diferenciada nas regiões do Brasil, incluindo regiões periféricas. No entanto, a fotossíntese é afetada pela disponibilidade de luz e temperatura no decorrer do ciclo de cultivo.

A produção de raízes amiláceos, mesmo em condições de clima e solo desfavoráveis, segundo Sousa *et al.* (2006), pode ser explicada pela rusticidade das plantas. Uma vez que, a mandioca é caracterizada por seu ciclo longo, sem pico nas necessidades de água e nutrientes, seu sistema radicular profundo e moderado, seu tempo de descanso fisiológico ou de falta de água, exceto pelos seus aspectos fisiológicos.

O preparo do solo é uma das etapas mais importantes, pois normalmente são aplicadas uma aração e duas gradagens, podendo causar erosão, compactação e empobrecimento gradativo do solo, como relatam Gabriel Filho *et al.* (2003), resultando em queda na produtividade. Além disso, muitas lavouras, às vezes, são plantadas na areia, onde o solo é altamente erodível, o que tem um impacto negativo na produção agrícola. Conforme a Embrapa (2003), para tanto, a escolha do espaçamento da cultura da mandioca vai depender da cultivar, fertilidade do solo, finalidade de produção: raiz ou ramas, tratos culturais, tipo de colheita se manual ou mecanizada, para produção de raízes usam-se os

distanciamentos de 1,00 x 0,50 m ou 1,00 x 0,60 m, com linhas simples, e 2,00 x 0,60 x 0,60 m, linhas duplas. Nos solos onde apresentam maior fertilidade, expandir a distância entre linhas simples para 1,20 m.

MARCO METODOLÓGICO

A pesquisa qualitativa possui o ambiente natural como fonte de dados e pesquisador como instrumento principal. O estudo dos problemas é realizado no ambiente em que eles naturalmente se manifestam, sem a manipulação intencional do pesquisador, sendo o estudo também chamado de “naturalístico” por esses autores, que afirmam que todo estudo qualitativo é também naturalístico.

Os dados coletados apresentam predominância descritiva. O material adquirido com a pesquisa é rico em descrição de pessoas, situações, acontecimentos; incluindo transcrições de entrevistas, de depoimento, fotografias, desenhos e extratos de diversos documentos. O uso de citações são frequentes subsidiando afirmações ou esclarecendo pontos de vistas. Os dados da realidade são extremamente relevantes.

O significado atribuído pelas pessoas às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador. Os estudos qualitativos demonstram o dinamismo interno das situações, inacessíveis ao observador externo. Os dados são analisados seguindo um processo indutivo. Aos pesquisadores isenta-se a incumbência de confirmar as hipóteses definidas antes do início do estudo, podendo apoiar-se num referencial teórico que guie a coleta e análise de dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de farinha de mandioca é importante para o agronegócio brasileiro, sendo uma atividade rústica e familiar que beneficia economicamente e socialmente todos os seus colaboradores. No Brasil, o processo produtivo básico da farinha resume-se nas seguintes etapas: colheita, descascamento, lavagem, ralação, prensagem, esfarelamento, torrefação, classificação e embalagem (Fialho; Vieira, 2011). Entretanto, Silva (2015) relata que em todo país, existem distintos tipos de farinhas, e que se diferenciam entre si em determinados elos da cadeia produtiva, envolvendo principalmente a tradição do saber-fazer.

É uma cultura que pode ser cultivada em solos ácidos e pobres, podendo ser consumida de forma *in natura* ou sob forma de diversos subprodutos diferentes como a farinha, tapioca, fécula e beiju, tanto para alimentação animal quanto humana. Embora existam outros alimentos que façam parte da dieta, a farinha de mandioca sempre esteve em primeiro plano. Os agricultores rurais responsáveis pela produção têm apresentado interesse econômico e cultural pelo cultivo da mandioca, pois esta cultura tem ganhado destaque pelo seu potencial agrícola, sendo uma fonte de renda viável aos pequenos e médios produtores, devido aos seus crescentes índices de exportação. Sua expansão teve início na região nordeste como uma cultura de subsistência, onde em sua maioria, a mão de obra é familiar.

A agricultura praticada pelas famílias se apresenta como um grande fornecedor de matéria-prima, como é o caso do leite para produção de laticínios, hortifruti para os supermercados e para as fábricas de suco, por exemplo. Por se tratar de um trabalho em menor escala é capaz de atender a nichos mais específicos, com destaque para os produtos fabricados e manufaturados na própria unidade rural.

Portanto não é necessário criar alternativas ao processo de globalização e suas fôrmas, é necessário reinventar as alternativas criadas para mudar a ordem das fôrmas. As fôrmas de espaços são tidas como teorias econômicas, como objetivos científicos e universais, quando na verdade deveriam ser compreendidas como discursos e práticas hegemônicas civilizatórias dos lugares e formas dos saberes locais.

REFERÊNCIAS

- CAGNON, J. R.; CEREDA, M. P.; PANTAROTTO, S. **Cultura de tuberosas amiláceas latino-americanas**. São Paulo: Fundação Cargill, ago/2002. v.2 (Culturas de tuberosas amiláceas latino-americanas) 1 CD-ROM.
- CEBALLOS, H. **La Yuca en Colombia y El Mundo: Nuevas Perspectivas para un cultivo Milenario**. IN: La yuca en el tercer milenio: Sistemas modernos de producción, procesamiento, utilización y comercialización. OSPINA, B.; CEBALLOS, H (eds). CIAT/CLAYUCA, n. 327, p. 586, 2002.
- DA SILVA SOUZA, Fred Newton *et al.* **Efeitos de um remineralizador de solos (biotita-xisto) na produção de duas variedades de mandioca**. Revista Raízes e Amidos Tropicais, v. 12, p. 45-59, 2016.
- DE ALMEIDA, Jorge; FERREIRA FILHO, José Raimundo. **Mandioca: uma boa alternativa para alimentação animal**. 2005.
- DE CARVALHO, H. W. L. *et al.* **Recomendação de cultivares de mandioca para o estado de Sergipe**. 2006.
- ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?**. 2005.
- FIALHO, J. de F.; VIEIRA, E.A. (Eds.). **Mandioca no cerrado: orientações técnicas**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2011. 208p.
- FUKUDA, C; OTSUBO, A. K. **Cultivo da mandioca na região centro sul do Brasil**, Cruz das Almas: Embrapa Mandioca e Fruticultura, 2003.
- GABRIEL FILHO, Antônio; STROHHAECKER, Laércio; FEY, Emerson. **Profundidade e espaçamento da mandioca no plantio direto na palha**. Ciência Rural , v. 33, p. 461-467, 2003.
- GONÇALVES, Carlos Walter P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2002.
- IBGE. **Levantamento sistemático da produção agrícola, maio/2005**. Rio de Janeiro, 2010

MATTOS, Paulo *et al.* **Adaptação transcultural para o português da escala Adult Self-Report Scale para avaliação do transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH) em adultos.** Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo), v. 33, p. 188-194, 2006.

MORAES-DALLAQUA, M. A. de; CORAL, D.J. Morfo – anatomia. In: CEREDA, M. P. (Coord). **Agricultura: tuberosas amiláceas latino-americanas.**São Paulo: Fundação Cargill, 2002. v.2. 540p. (Culturas de tuberosasamiláceas latino-americanas).

SANTANA, Antônio C. de; AMIN, Mário M. **Cadeias produtivas e oportunidades de negócios na Amazônia.** Belém: UNAMA, 2002.

SILVA, S.; FERREIRA, F. F.; GATO, A. A. G. **Efeitos de diferentes concentrações de Benzilaminopurina no cultivo in vitro de Manihot esculenta Crantz.** Scientia Amazonia, v. 4, n. 1, p.105-111, 2015.

SOUZA. Luciano da S. *et al.* **Aspectos socioeconômicos e agronômicos da mandioca.** Bahia: EMBRAPA, 2006.

SOUZA. Luciano da S. *et al.* **Aspectos socioeconômicos e agronômicos da mandioca.** Bahia: EMBRAPA, 2006. VERÍSSIMO, Valtair *et al.* **Pigmentos e eficiência fotossintética de quatro variedades de mandioca.** Revista Raízes e Amidos Tropicais, v. 6, p. 222-231, 2010.

Capítulo

09

Os desafios contemporâneos na gestão escolar: um estudo com gestores das Escolas Estaduais Padre Luis Ruas e Manoel Rodrigues de Souza

Desafíos contemporáneo en la gestión escolar: un estudio con directores de Escuelas Estatales Padre Luis Ruas y Manoel Rodrigues de Souza

Gerri Adriano da Silva Assis

Professor da Rede Estadual de Educação do Estado do Amazonas, Graduado em Ciências Naturais pela Centro Universitario do Norte-UNINORTE, Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol, -UNADES

<http://lattes.cnpq.br/2386526094330553>

RESUMO

O presente estudo discute sobre os desafios encarados pelos gestores escolares são ainda maiores em escolares públicas porque os recursos de material e pessoal são menores o que dificulta ainda mais administração escolar porque o responsável principal da escola deve atender perspectiva dos alunos, professores, equipes de gestão, pais e a comunidade local com o que é disponibilizado pelas instituições governamentais. O trabalho desse profissional se tornou ainda mais difícil com a pandemia de covid-19. A metodologia da investigação constitui-se em ciências aplicadas, com uma abordagem exploratória e descritiva. A população e a amostra consistem nas Escola Estadual Padre Luis Ruas e na Escola Estadual Manoel Rodrigues De Souza com seus respectivos gestores. O instrumento de coleta de dados foi por meio de questionário (Escala de Likert) e bibliográfica. O procedimento de aplicação ocorreu através da plataforma Google Forms. A análise de dados usados qualitativa e quantitativa. Sobre a influência das pessoas em sua gestão observou-se que todas as opiniões são importantes, sendo esses de alunos, responsáveis e pais, alunos com necessidades especiais, professores e outros. Por fim o estudo compreendeu que o covid-19 teve um impacto significativo no processo de ensino-aprendizagem. Para evitar que alunos perdessem au-



las a modalidade Educação a Distância (EaD) foi aplicado, além da modalidade híbrida. Para terminar, verificou-se que a pandemia é responsável na evasão escola e diminuição do desempenho acadêmico durante alunos durante a pandemia.

Palavras-chave: gestão escolar; pandemia e o ensino; desafios nas escolas públicas.

ABSTRACT

The present study discusses the The challenges faced by school managers are even greater in public schools because material and personnel resources are smaller, which makes school administration even more difficult because the school's main manager must take into account the perspective of students, teachers, management teams , parents and the local community with what is made available by government institutions. This professional's work has become even more difficult with the covid-19 pandemic. The research methodology is applied sciences, with an exploratory and descriptive approach. The population and sample consist of the Padre Luis Ruas State Schools and the Manoel Rodrigues De Souza State Schools with their respective managers. The data collection instrument was through a questionnaire (Likert Scale) and bibliography. The application procedure took place through the Google Forms platform. Data analysis used qualitative and quantitative. Regarding the influence of people in its management, it was observed that all opinions are important, including those of students, guardians and country, students with special needs, teachers and others. Finally, the study understood that covid-19 had a significant impact on the teaching-learning process. To prevent students from missing classes, the Distance Education (EaD) modality was applied, in addition to the hybrid modality. Finally, it was found that the pandemic is responsible for school dropout and decreased academic performance among students during the pandemic.

Keywords: school management; pandemic and teaching; challenges in public schools

INTRODUÇÃO

Os gestores escolares são profissionais responsáveis em administrar as escolas, além disso é a pessoa que examina o planejamento, a organização e o gerenciamento da abordagem educacional. O profissional geralmente é responsável por planejar e decidir o desenvolvimento e o recurso do currículo.

Junto com isso, é também responsável por realizar algumas tarefas adicionais como acompanhar o progresso acadêmicos dos alunos, incentivar e organizar eventos para fins motivacionais educacionais para o aumento de desempenho pedagógico e cultural da escola. Deve também acompanhar mudanças que podem serem feitas para o progresso da instituição. Também são responsáveis por assegurar que as coisas implementadas estão funcionando perfeitamente (Aparecida, 2018).

Os desafios encarados pelos gestores escolares são ainda maiores em escolas públicas porque os recursos de material e pessoal são menores o que dificulta ainda mais a administração escolar porque o responsável principal da escola deve atender a perspectiva dos alunos, professores, equipes de gestão, pais e a comunidade local com o que é disponibilizado pelas instituições governamentais.

O desafio mais recente na educação brasileira é a pandemia de covid-19 que fez com que as escolas tivessem que ressignificar sua metodologia de trabalho com recursos limitados. Pois, devido a forma de contágio do coronavírus os alunos tiveram que se afastar das escolas e, conseqüentemente, os educadores tiveram que optar por outras metodologias de ensino, como a educação com uso de tecnologias como celulares e computadores.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A escola é um espaço de socialização do conhecimento, onde prepara os alunos para que possam ser inseridos na sociedade como sujeitos ativos e modificadores da realidade durante e, principalmente, após passarem pelo período escolar. Por este motivo, inicialmente propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como Temas Transversais e, atualizados pela Base Nacional Comum Curricular BNCC garantidos na concepção de novos currículos, os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) (Eliezer, Faria, 2020).

A escola não é a única responsável pela formação de cidadãos, mas é local privilegiado de trabalho com o conhecimento e contribui para a inserção social das novas gerações. Sendo uma das instâncias mais importantes de formação para o exercício da cidadania, cabe à escola proporcionar aos alunos a construção de conhecimentos, valores e atitudes básicas para a vivência em sociedade (Falsarella, 2021).

O Brasil vem implementando, desde os anos 90 do século XX, suas políticas econômicas e educacionais de ajuste, ou seja, diretrizes e medidas pelas quais o país se moderniza, adquire as condições de inserção no mundo globalizado e, assim, se ajusta às exigências de globalização da economia. De todo modo, faz-se presente, em todas essas políticas, o discurso da modernização educativa, da diversificação, da flexibilidade, da competitividade, da produtividade, da eficiência e da qualidade dos sistemas educativos, da escola e do ensino (Oliveira, Libâneo, Toschi, 2017).

A aprendizagem ocorre ao longo da vida de um indivíduo, e é considerada um processo contínuo, o aprendizado envolve compreensão e aprimoramento de habilidades, se um indivíduo não fizer um esforço para melhorar suas habilidades e aptidões, o aprendizado não ocorrerá de maneira eficaz; portanto, o significado da educação não formal é entendido como contribuição para o desenvolvimento de habilidades dos indivíduos e da comunidade em geral (Brandão, 2005).

A educação formal está mais intimamente associada ao ambiente escolas, com a aprendizagem do ensino fundamental e médio e com a maioria dos programas de certificação oferecidos por escolas regulares, faculdades e universidades, programas educacionais militares também se enquadram nessa categoria, de forma geral o aluno tem pouca responsabilidade nessa forma de aprendizado.

Segundo Silva (2012, p. 196.), a escola é:

O locus de construção de saberes e de conhecimentos. O seu papel é formar sujeitos críticos, criativos, que domine um instrumental básico de conteúdos e habilidades de forma a possibilitar a sua inserção no mundo do trabalho e no pleno exercício da cidadania ativa.

Segundo Oliveira, Libâneo, Toschi (2017) a escola de hoje precisa não apenas conviver com outras modalidades de educação não formal, informal e profissional, mas também articular-se e integrar-se a elas, a fim de formar cidadãos mais preparados e qualificados para um novo tempo. Para isso, o ensino escolar deve contribuir para:

- Formar indivíduos capazes de pensar e aprender permanentemente (capacitação permanente) em um contexto das tecnologias avanço de produção e de modificação da organização do trabalho, das relações contratuais capital-trabalho e dos tipos de emprego;
- Prover formação global que constitua um patamar para atender à necessidade de maior e melhor qualificação profissional, de preparação tecnológica e de desenvolvimento de atitudes e disposições para a vida numa sociedade técnico-informacional;
- Desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania;
- Formar cidadãos éticos e solidários.

Pensar o papel da escola nos dias atuais implica, portanto, levar em conta questões sumamente relevantes.

Por tal importância, a educação torna-se um direito de todos, para sermos livres para usufruir de tudo. Ou seja, a educação é um direito fundamental para a sociedade, vai além de um aumento de renda familiar porque através da educação que nos preparamos para o mundo, e para convivemos e vivermos em sociedade (Júnior; Moraes, 2013).

Resume-se então que o direito à educação deve ser livre a todos, porque por meio da educação garantimos nosso desenvolvimento social, cultural e econômico. No entanto, sem o conhecimento que adquirimos na educação não conheceremos a nossa lei, e nos tornamos leigos aos direitos e deveres fundamentais, e também não nos tornamos pessoas críticas. Assim sendo, nossa evolução está completamente ligada aos ensinamentos e a educação que tivemos quando pequenos através de nossos familiares, depois a escola.

De acordo com os autores citados acima a educação é de suma importância para o processo de formação de uma pessoa, a educação é que prepara a pessoas para a sociedade. Portanto, quando se tem uma compreensão da importância da educação para a sociedade, bem como na construção do indivíduo, pode-se apontar que esse processo deve iniciar na educação infantil, caminhando por toda a vida da pessoa.

A escola é o cerne da questão e o diretor da escola é uma figura-chave na implementação da mudança, enquanto os líderes sistêmicos são os principais responsáveis por iniciar esforços para melhorar, definindo a direção das escolas para os resultados desejados. É a escola que é a unidade básica de mudança e todos os esforços para melhorar as escolas giram em torno. O compromisso básico com a transformação da escola exige grande preocupação com a melhoria holística de uma escola através de esforços conjuntos e engajamento contínuo de todo (Alcântara, Borges, Filipak, 2018).

Os sistemas de educação estão enfrentando profundas mudanças globais, As

transformações socioeconômicas e científico-tecnológicas geram novas condições, discursos e processos que desafiam as estruturas tradicionais, incluindo a educação, para cuja adaptação acomoda seus princípios mais essenciais, incluindo o da igualdade de oportunidades na educação, objetivo básico do modelo de escola (Morais Leal, 2011).

Os desafios para a igualdade no século 21, na era da globalização e da pós-modernismo, colocar à prova o objetivo inicial da escola abrangente: igualdade oportunidades na educação secundária atrasando a seleção educacional dentro do respeito pela diversidade.

MARCO METODOLÓGICO

O estudo possui uma abordagem descritiva irá analisar as percepções e os desafios contemporâneos enfrentados pelos Gestores Escolares das Escolas Públicas de Manaus-AM.

A pesquisa de pesquisa descritiva usa pesquisas para reunir dados sobre diversos assuntos. Esses dados buscam saber até que ponto diferentes condições podem ser obtidas entre esses sujeitos. Os métodos de coleta de dados para pesquisas descritivas podem ser empregados isoladamente ou em várias combinações, dependendo das questões de pesquisa em questão (Pádua, 2019).

Para obter resultados nas pesquisas descritivas utilizam-se técnicas de coleta e análise de dados que geram relatórios sobre as medidas de tendência central, variação e correlação. A combinação de seu resumo característico e estatísticas correlacionais, junto com seu foco em tipos específicos de questões de pesquisa, métodos e resultados, é o que distingue a pesquisa descritiva de outros tipos de pesquisa (Kauark, Manhães, Medeiros, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As escolas que foram realizadas a pesquisa foram Escola Estadual Manoel Rodrigues de Souza e Escola Estadual Padre Luís Ruas. Os tópicos a seguir contextualiza cada uma.

A Escola Estadual Manoel Rodrigues de Souza está localizada na Avenida Itacolomy, Nº16, no bairro Armando Mendes em Manaus - AM, 69089-321. A figura 1 apresenta o registro fotográfico da escola:

Figura 1 - Escola Estadual Manuel Rodrigues de Souza.

Fonte: Autor, 2021.

Conforme dados coletados com o entrevistado a E. E. Manoel Rodrigues de Souza possuem atualmente matriculados, em 2021, 1560 alunos oferecendo as seguintes escolaridades:

- Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano.
- Ensino Médio da 1ª a 2ª série.
- Educação de Jovens e Adultos (EJA) no nível fundamental e médio nos anos finais.

A infraestrutura da E. E. Manoel Rodrigues de Souza é apresentada no quadro 2.

Quadro 1 - Infraestrutura da E. E. Manoel Rodrigues de Souza.

Infraestrutura		
Alimentação escolar para os alunos	Energia da rede pública	Acesso à Internet
Água filtrada	Fossa	Banda larga
Água de poço artesiano	Lixo destinado à coleta periódica	
Instalação de ensino		
15 salas de aulas	Laboratório de informática	Biblioteca
Sala de diretoria	Quadra de esportes coberta	Sala de secretaria
Sala de professores	Cozinha	Refeitório

Fonte: Autor, 2021.

A figura 2 demonstra a quadra poliesportiva, e a figura 6 a área interna da E. E. Manoel Rodrigues de Souza.

Figura 2 - Quadra Poliesportiva da E. E. Manoel Rodrigues de Souza.

Fonte: autor, 2021.

Figura 3 - Área interna da E. E. Manoel Rodrigues de Souza.

Fonte: autor, 2021.

A E. E. Manoel Rodrigues de Souza possuem atualmente em seu quadro de professores 56 profissionais que atuam em diferentes disciplinas do componente curricular como: língua portuguesa, artes, educação física, matemática, física, química, biologia, geografia, história, sociologia, filosofia e inglês. Existem, também uma equipe de profissionais como secretária, assistente administrativo, merendeiras, serviço gerais. Que ao total somam 21 profissionais.

A Escola Estadual Padre Luís Ruas (Figura 4) está localizada na Rua Bom Jesus, S/N, no Bairro Zumbi dos Palmares em Manaus - AM, 69084-040.

Figura 4 - Escola Estadual Padre Luís Ruas**Fonte: autor, 2021.**

Conforme dados coletados com o entrevistado a E. E. Padre Luís Ruas possuem atualmente matriculados, em 2021, 1543 alunos oferecendo as seguintes escolaridades:

- Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano.
- Ensino Médio da 1ª a 2ª série.

A infraestrutura e instalação de ensino da E. E. Manoel Rodrigues de Souza é apresentada no quadro 2.

Quadro 2 - Infraestrutura e instalação de ensino da E. E. Manoel Rodrigues de Souza.

Infraestrutura		
Alimentação escolar para os alunos	Energia da rede pública	Acesso à Internet
Água filtrada	Fossa	Banda larga
Água de poço artesiano	Lixo destinado à coleta periódica	
Instalação de ensino		
4 salas de aulas	Laboratório de ciências	Biblioteca
Sala de diretoria	Sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE)	Banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida
Sala de professores	Quadra de esportes coberta	Sala de secretaria
Laboratório de informática	Cozinha	Refeitório

Fonte: autor, 2021.

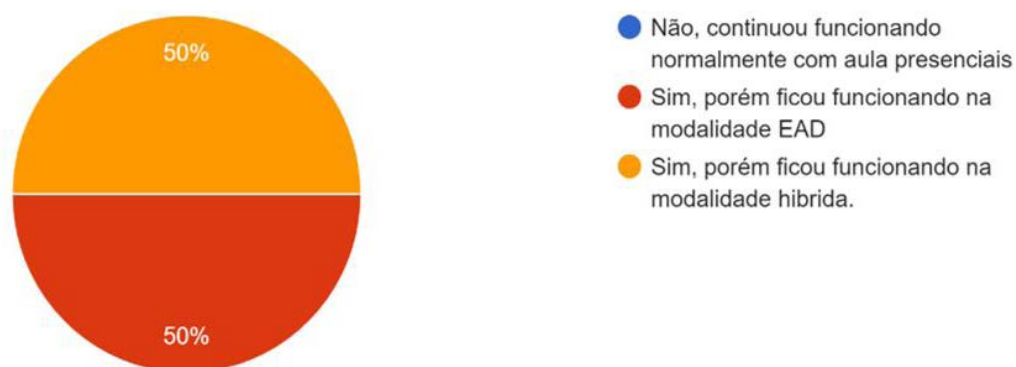
A E. E. Manoel Rodrigues de Souza possuem atualmente em seu quadro de professores 56 profissionais que atuam em diferentes disciplinas do componente curricular como: língua portuguesa, artes, educação física, matemática, física, química, biologia, geografia, história, sociologia, filosofia e inglês. Existem, também uma equipe de profissionais como secretária, assistente administrativo, merendeiras, serviço gerais. Que ao total somam 21 profissionais.

A figura 2 é o registro da parte interna da quadra poliesportiva e a figura 4 salas de

aula da E. E. Padre Luís Ruas.

Essa fase do questionário buscou-se compreender o impacto da covid-19 na educação na perspectiva dos gestores entrevistados. Os dados coletados são apresentados nos gráficos 1 até o 8.

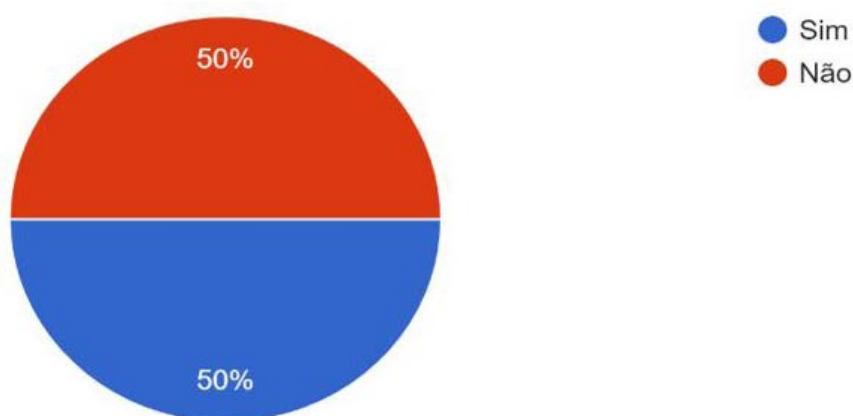
Gráfico 1 - Funcionamento das E. E. Padre Luís Ruas e Manoel Rodrigues De Souza durante a pandemia.



Fonte: autor, 2021.

O gráfico 1 foi realizado a seguinte questão: A escola ficou parada ou ainda está parada por conta da pandemia?. Conforme dados obtidos um gestor afirmou que sim, porém ficou funcionando na modalidade Educação a Distância (EaD). Porém o outros respondeu que sim, porém ficou funcionando na modalidade híbrida.

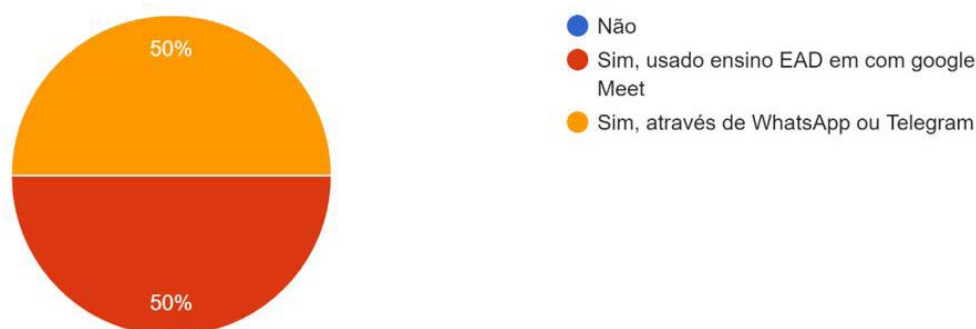
Gráfico 2 - Evasão escolar durante pandemia nas E. E. Padre Luís Ruas e Manoel Rodrigues de Souza.



Fonte: autor, 2021.

O gráfico 2 indagou sobre: Foi registrado um índice maior de desistência nesses quase 2 anos de pandemia?. Segundo respostas um gestor afirmou o nível de evasão escolar aumentou. Porém, o outro afirmou que o nível de evasão escolar aumentou.

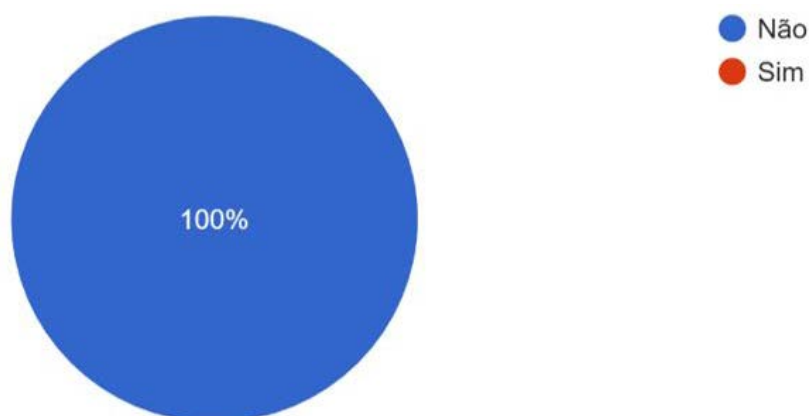
Gráfico 3 - Alternativas educacionais usadas pelos educadores das E. E. Padre Luis Ruas e Manoel Rodrigues de Souza durante a pandemia.



Fonte: autor, 2021.

No gráfico 3 é apresentado a seguinte pergunta: Foi utilizado outras alternativas de ensino durante por conta da pandemia? Como respostas um gestor educacional que sim, usado ensino EaD em com Google Meet. Mas, o outro apontou que sim, através do WhatsApp ou Telegram.

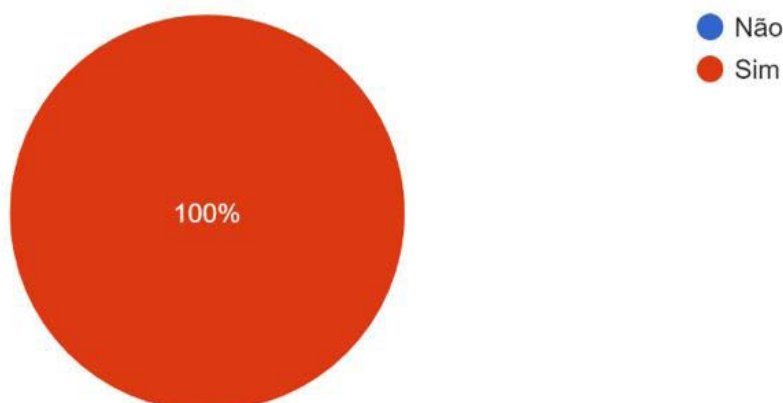
Gráfico 4 - A escola está prepara com recursos e pessoal para o ensino por meio Educação a Distância (EaD).



Fonte: autor, 2021.

O gráfico 4 relaciona os dados da seguinte pergunta realiza aos profissionais: Na sua opinião a escola está prepara com recursos e pessoal para o ensino EaD?. Ambos os gestores afirmaram que não estão preparados.

Gráfico 5 - Os alunos diminuíram o desempenho acadêmico por conta da pandemia.



Fonte: autor, 2021.

O gráfico 5 aponta a seguinte indagação: Na sua opinião os alunos diminuíram o desempenho acadêmico por conta da pandemia? Segundo informações tabuladas, os dois os participantes compreendem que sim, que diminuíram o desempenho acadêmico.

A pandemia afetou os alunos de diferentes faixas etárias e classes econômicas a partir de uma variável fundamental para a aprendizagem, de acordo com questionário respondido pelos gestores da E. E. Padre Luis Ruas e Manoel Rodrigues De Souza a evasão escolar e diminuição do desempenho acadêmico ocorreu durante a pandemia. Conforme dado de Neri e Osorio (2021) existem uma tendência antagônica da evasão escolar durante a pandemia entre os grupos de 5 a 9 anos em relação aos de 15 a 19 anos, ficando a faixa de 10 a 14 anos num nível intermediário de quase estabilidade. Na faixa etária de 5 a 9 anos de idade houve um aumento de 290,8% na taxa de evasão ao longo de 2020 no Brasil.

Segundo informações obtidas pelos gestores da E. E. Padre Luis Ruas e Manoel Rodrigues De Souza as ferramentas tecnológicas vem sendo usadas no ensino. De acordo com Leite *et al.* (2017, p. 1003) “o dinâmico contexto educacional elege os dispositivos móveis como uma ferramenta para auxiliar o professor a promover no aluno sua aprendizagem, autonomia, criticidade e criatividade”.

Devido a pandemia de covid-19 as escolas implementaram várias estratégias criativas para combater a crise, usando vários softwares/aplicativos como Google Classroom, Zoom e Microsoft Teams para fazer cursos online. Com o objetivo não apenas de concluir o curso, mas também de manter contato constante com os alunos, esta aula virtual foi iniciada para aumentar a certeza e a confiança dos alunos em seus professores durante a pandemia covid-19 (Zalat, Hamed, Bolbol, 2019).

Os resultados obtidos na pesquisa, pela resposta dos gestores, trazem à tona as principais dificuldades enfrentadas entre os estudantes brasileiros de escolas públicas, evidenciando principalmente a questão da equidade. Sobre esse contexto, Dos Santos, Alves e Arraes (2021, p. 9) *apud* Bezerra; Vellozo e Ribeiro (2021, p. 3) salientam que:

A situação provocada pela pandemia expôs ainda mais as mazelas educacionais. [...] nenhum profissional [...] estava preparado para lidar com as dificuldades surgidas, no entanto, barreiras no desenvolvimento de aulas remotas nos leva, a visualizar o baixo investimento educacional.

Portanto, por meio dos resultados da pesquisa, foi possível verificar a relevância das alterações realizadas para atender às demandas da realidade atual, uma realidade pandêmica. Ou seja, segundo os gestores das E. E. Padre Luis Ruas e Manoel Rodrigues De Souza a pandemia de covid-19 mudou e irá mudar as com leciona. Nessa mesma linha Da Silva e De Sousa Teixeira (2020) esclarece que as feramente para o ensino a distância facilitaram a continuidade do ensino, destacando que contribuições como essas promovem o esclarecimento do verdadeiro papel que a educação desempenha em nossas vidas, mostrando que a prática pedagógica deve ser repensada, elaborada e planejada de forma em tempos de aprendizagem remota, mesmo a educação a distância precisava para se reinventar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para alcançar o objetivo específico do estudo organizou-se apresentação dos dados encontrados com o questionário. Nesse instrumento verificou-se as formas de gestão na Escola Estadual Manoel Rodrigues de Souza e Escola Estadual Padre Luís Ruas, em uma perspectiva de atuação e opinião do público; averiguou-se como a falta de recurso e comportamentos inadequados influenciam no processo de ensino-aprendizagem e os resultados educacionais nas escolas estaduais de Manaus, e compreende-se o impacto da covid-19 no processo de ensino-aprendizagem na Escola Estadual Manoel Rodrigues de Souza e Escola Estadual Padre Luís Ruas.

Sobre as faltas de recursos as opções que foram apontadas como frequentemente afetando o processo de ensino e aprendizagem foram: falta de professores qualificados, a falta de outro pessoal de apoio e escassez ou inadequação de computadores para instrução. Entretanto, o absenteísmo e o atrasado dos professores e alunos prejudicam o processo de aprendizagem.

Por fim o estudo compreendeu que o covid-19 teve um impacto significativo no processo de ensino-aprendizagem. Para evitar que alunos perdessem aulas a modalidade Educação a Distância (EaD) foi aplicado, além da modalidade híbrida. Assim, os profissionais de educação utilizaram ferramentas da tecnologia para ensino durante a pandemia, porém evidenciou que a escola não está preparada com recursos e pessoal para o ensino a EaD.

Na última década, as instituições reconheceram a importância de aconselhamento, alertas antecipados, planejamento de graduação e outros serviços para ajudar os alunos a atingir seus objetivos acadêmicos de maneira econômica e eficiente. Uma ampla gama de novos aplicativos e tecnologias para apoiar o sucesso do aluno agora está disponível e pode ser inestimável para ajudar os alunos a se adaptarem ao aprendizado totalmente remoto.

REFERÊNCIAS

- APARECIDA, Adriana. **Funções do diretor escolar do Campus Avançado de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: desafios e possibilidades**. Tese de Doutorado, 2018.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, Ed. 46º, 2005.
- DA SILVA, Chayene Cristina Santos Carvalho; DE SOUSA TEIXEIRA, Cenidalva Miranda. **O uso das tecnologias na educação: os desafios frente à pandemia da covid-19**. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 9, p. 70070-70079, 2020.
- DE ALCÂNTARA, Luiz Alberto; BORGES, Valdir; FILIPAK, Sirley Terezinha. **Fundamentos da gestão democrática escolar em Paulo Freire**. Fundamentos, v. 39, n. 43, 2018.
- DE OLIVEIRA, João Ferreira; LIBÂNEO, José Carlos; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. Cortez Editora, 2017
- DE PÁDUA, Elisabete Matallo M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. Papirus Editora, 2019.

DOS SANTOS, Marismênia Nogueira; ALVES, Francione Charapa; ARRAES, Ariele Vitória Araújo. **Gestão escolar no contexto pandêmico**. Ensino em Perspectivas, v. 2, n. 4, p. 1-12, 2021.

ELIEZER, Cristina Rezende; FARIA, Alex Junior Bilhoto. **Educação Sem Distância Volume 2: formação docente: educação e constituição profissional**. Editora Dialética, 2020.

FALSARELLA, Ana Maria. **Cotidiano escolar e atuação do gestor: contribuições sobre o tema**. Ana Maria Falsarella. - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2021.

JÚNIOR, Antônio dos Santos; MORAES; Bianca De Figueiredo Ramos. **Educação financeira e mercado de capitais: um estudo sobre a importância da desmistificação do mercado de capitais e educação financeira na sociedade brasileira**. Revista Eletrônica de Debates em Economia, v. 1, n. 1, p. p. 112-165, 2013.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. 2010.

MORAIS LEAL, Norma. **O processo de ressocialização do sujeito discente no programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos-PROEJA**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2011

SILVA, Raimundo P. **A escola enquanto espaço de construção do conhecimento**. Revista Espaço Acadêmico – No 139 – Dezembro de 2012.

ZALAT, Marwa Mohamed; HAMED, Mona Sami; BOLBOL, Sarah Abdelhalim. **The experiences, challenges, and acceptance of e-learning as a tool for teaching during the COVID-19 pandemic among university medical staff**. PloS one, v. 16, n. 3, p. e0248758, 2021.

Capítulo 10

Fazendo história da história: silêncio do povo das Águas Omágua/Kambeba do Médio Solimões

Making history of history: silence of the people of Waters Omágua/Kambeba do Médio Solimões

Manoel da Silva Laranja

Professor da Rede municipal e Estadual do Amazonas, Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM, Graduado em Matemática pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM, Especialista em supervisão escola pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM, Mestre e Doutor em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol-UNADES

<http://lattes.cnpq.br/4706528879731825>

Jacimara Oliveira da Silva Pessoa

Licenciatura em Pedagogia; Universidade Federal do Amazonas; UFAM Coari-Am, Brasil, Especialista em Desenvolvimento Sustentável Universidade Federal do Amazonas. UFAM Coari-Am, Doutora e Mestra em Ciências da Educação; Universidade de San Lorenzo – UNISAL

<http://lattes.cnpq.br/1004775463373932>

RESUMO

A prerrogativa deste estudo consiste em propor, a partir da análise os achados relevantes encontrados durante o período de construção da pesquisa as respostas das perguntas e os teóricos como: Porro (2002, 2005), Maciel (2003, 2006). Sendo incluída a priori nesta pesquisa: Silva (2012) merece espaço neste diálogo, com seus estudos do âmbito histórico, sociológico e econômico, ao afirmar que a Amazônia é uma diversidade de povos, de línguas, de organização societária típica de seus primeiros habitantes. Objetivo geral é Explorar a identidade e Memória do povo Omágua/Kambeba do Médio Amazonas: Um Estudo de Caso da Aldeia Cajuhiri Atravessado no Município de Coari no Amazonas. Responde a hipótese, traz as identificações das variáveis, sua concepção e operacionalização das mesma proposta por Fermin Roland Schram, em prol das populações indígenas brasileiras. Para embasar nossas pressuposições serão abordadas inicialmente um panorama geral sobre territórios indígenas enfatizando o papel do reconhecimento das Terras Indígenas em nosso país e a importância para estes povos em suas demarcações, uma visão analítica sobre os direitos territoriais dos nativos e autóctones no âmbito nacional e inter-



nacional e os conflitos decorrentes deste imbróglio secular no nosso país. Evidenciaremos ainda todo o processo de demarcação da Terra Indígena Cajuhiri Atravessado, localizada no Município de Coari, Amazonas, até sua homologação final, como objeto da nossa pesquisa documental qualitativa, como desenho metodológico, entrevista, observação direta na comunidade ou seja na aldeia, procurando conhecer e defender a memória e identidade do povo kambeba e resiliência. Buscando proteger e defender os povos indígenas naquilo que lhe é mais sagrado: a posse e o usufruto de seus territórios. Cabe aqui um adendo a esta afirmação no que se refere ao registro da propriedade após o decreto de homologação presidencial. Esta etapa considerada como resultado o termo como procedimentos finais do processo demarcatório não consta nos autos do processo FUNAI no 0930/98, objeto da nossa análise documental e as entrevista do com povo kambeba.

Palavras-chave: gestão escolar; pandemia e ensino; desafios nas escolas públicas.

ABSTRACT

The present study discusses the challenges faced by school managers are even greater in public schools because material and personnel resources are smaller, which makes school administration even more difficult because the school's main manager must take into account the perspective of students, teachers, management teams, parents and the local community with what is made available by government institutions. This professional's work has become even more difficult with the covid-19 pandemic. The research methodology is applied sciences, with an exploratory and descriptive approach. The population and sample consist of the Padre Luis Ruas State Schools and the Manoel Rodrigues De Souza State Schools with their respective managers. The data collection instrument was through a questionnaire (Likert Scale) and bibliography. The application procedure took place through the Google Forms platform. Data analysis used qualitative and quantitative. Regarding the influence of people in its management, it was observed that all opinions are important, including those of students, guardians and country, students with special needs, teachers and others. Finally, the study understood that covid-19 had a significant impact on the teaching-learning process. To prevent students from missing classes, the Distance Education (EAD) modality was applied, in addition to the hybrid modality. Finally, it was found that the pandemic is responsible for school dropout and decreased academic performance among students during the pandemic.

Keywords: school management; pandemic and teaching; challenges in public schools.

INTRODUÇÃO

O grande desafio para os povos indígenas da Amazônia e do Brasil como um todo, tem sido a busca da resistência étnica a partir dos processos de contato com os governos ainda coloniais. O título tem um olhar significativo da história das relações interétnicas dos povos indígenas Omágua/Kambeba do Alto e Médio Amazonas trazendo sua identidade e memória, um estudo de caso da aldeia Amanaim do Jaduá no Município de Coari. No decorrer de todos os anos de colonização e de dominação, às quais os índios foram submetidos, o desenvolvimento das diversas formas de relação que essas populações mantiveram e mantêm com os estados nacionais, sempre existiram possibilidades de criar posturas antagonistas entre o Estado.

As terras que hoje formam o Brasil pertenciam originalmente aos indígenas. Os indígenas não eram os proprietários da terra, porque esse conceito não existia entre esses povos. A terra era o lar dos indígenas, lugar onde nasceram e fonte de sua existência. Pertencia a eles por meio de uma apropriação coletiva, em que era explorada e respeitada por todos os habitantes.

Esse cenário começou a mudar em 1500, quando os portugueses iniciaram o processo de conquista e colonização do território. No século XV os portugueses deram início ao processo de expansão marítima. Em 22 de abril de 1500, uma esquadra chefiada por Pedro Álvares Cabral chegou ao litoral do atual estado da Bahia e, em nome do rei, os portugueses tomaram posse da região e nomearam o local de Ilha de Vera Cruz. Com receio de perder as terras encontradas para outros países, Portugal decidiu colonizar o território a partir de 1530, assim teve início o período colonial no Brasil.

O povo Omágua/Kambeba estão na lista dos povos que por muito tempo foram considerados extintos sem registro de identidade e memória, pois deixaram de se autoafirmar como indígenas devido ao forte violento processo de contato com sociedade majoritária dos ditos brancos, fato ocorrido não só com o povo Omágua/Kambeba, mas também por muitos povos da Amazônia desde o século XVIII.

HISTÓRIA DA HISTÓRIA DOS POVOS OMÁGUA/KAMBEBA

Atualmente, o povo Omágua/Kambeba vive em aldeias dispersas na região Amazônica. Seus membros desconhecem ou sabem muito pouco sobre seus ancestrais, como viviam, caçavam, dançavam, vivenciavam rituais, etc. Além disso, poucos são os autores que falam dos Omágua/Kambeba e poucos ainda são os que se dedicam a estudá-los. O que se pretende estudar através da investigação são a identidade e memória do povo Omágua/Kambeba, especificamente na História da Aldeia Amanaim do Jaduá no município de Coari, povo que tem sua história de luta por marcação de território. Os Omágua/Kambeba, outrora um dos mais importantes grupos indígenas estabelecidos entre os rios Solimões e Negro da fronteira do Amazonas, deu origem a uma documentação histórica e etnográfica relativamente rica. Isso devido as suas particularidades culturais: sua aparência física e indumentária, distintas em relação as outras etnias vizinhas e a adaptação dos mesmos a um ambiente específico e geograficamente limitado: a várzea do Alto Amazonas.

Os Omágua/Kambeba constituíram junto com os Kokama, que ainda habitam a bacia do Ucayali, grupos tupi-guarani deslocados para o Alto Amazonas. Nos últimos anos, datações com Carbono 14, sugerem que essa migração rio acima não tenha sido tão recente, já que os Omágua teriam alcançado a junção Napo-Marañon entre os séculos IX e X d.C. (Porro, 2005).

CONTEXTUALIZAÇÃO E ABORDAGEM HISTÓRICA DO POVO OMÁGUA/KAMBEBA NO SÉCULO XVI, XVII E XVIII, HISTÓRIA DA HISTÓRIA

Com as crônicas dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, abordando a história dos Omágua/Kambeba dentro da perspectiva territorial. Abordou-se a extensão do território e sua organização sócio/política/econômica, bem como a divisão do território em Aparaia maior e Aparaia menor e a forma de territorialidade vivenciada nessa época, levando-se em conta a presença do “colonizador” e sua forma de apropriação do território Omágua/Kambeba e a imposição de sua cultura. Sem esquecer, que os missionários também atuaram como colonizadores sendo que sua forma de catequizar era uma estratégia para conquistar implantando a “cruz”, símbolo de apropriação do território. Dentro desse contexto histórico, falou-se sobre a forma de suprimento alimentar.

Embora sendo habitantes da várzea, os Omágua/Kambeba não deixavam de buscar suprimentos em terra firme, um dos motivos que os levava a estar em constante guerra com os povos da terra firme, como forma de defesa territorial; a remodelação do crânio como um aspecto de diferenciação dos demais povos demonstrando que não eram antropófagos (que se alimenta de carne); a vestimenta produzida pelos próprios indígenas dava a eles a impressão de mais razão e organização. Esses são alguns pontos apresentados neste trabalho como territorialidade e que marcam a identidade do povo. Há uma grande diferença entre os povos indígenas que habitavam as terras que hoje chamamos de Brasil. Desde milhares de anos antes da chegada dos portugueses e as poucas centenas de povos denominados indígenas, que atualmente compõem os 0,04% da população brasileira, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2001).

A diferença não é só de tempo, nem de população, mas principalmente de cultura, de espírito e de visão de mundo sobre o passado, o presente e o futuro. Estimativas apontam que, no atual território brasileiro habitavam pelo menos cinco milhões de pessoas, por ocasião da chegada de Pedro Álvares Cabral, no ano de 1500. Se hoje esse contingente populacional está reduzido a pouco mais de 700.000 pessoas, é porque muitas coisas ruins as atingiram.

De fato, várias tragédias ocasionadas pelos colonizadores aconteceram na vida dos povos originários dessas terras: escravidão, guerras, doenças, massacres, genocídios, etnocídios e outros males que por pouco não eliminaram por completo os seus habitantes. Embora tenham diminuído bastante desde a chegada do colonizador, ainda existem vários povos indígenas habitando o território brasileiro. Na Amazônia Legal vivem cerca de 208 povos indígenas, cada um com características peculiares.

O povo Omágua/Kambeba, que outrora habitou parte da várzea do Alto Amazonas, configura-se como um dos povos que por pouco não foram dizimados em consequência da aproximação com o dito branco. Seu silêncio foi uma estratégia de defesa e resistência perante a escravidão, guerras etc. A luta pela reafirmação étnica do povo Omágua/Kambeba tem seu início na década de 1980, juntamente com o surgimento de outros movimentos indígenas. A emergência do chamado “movimento indígena organizado” no Brasil é relativamente recente e tem um contexto histórico determinado: as décadas de

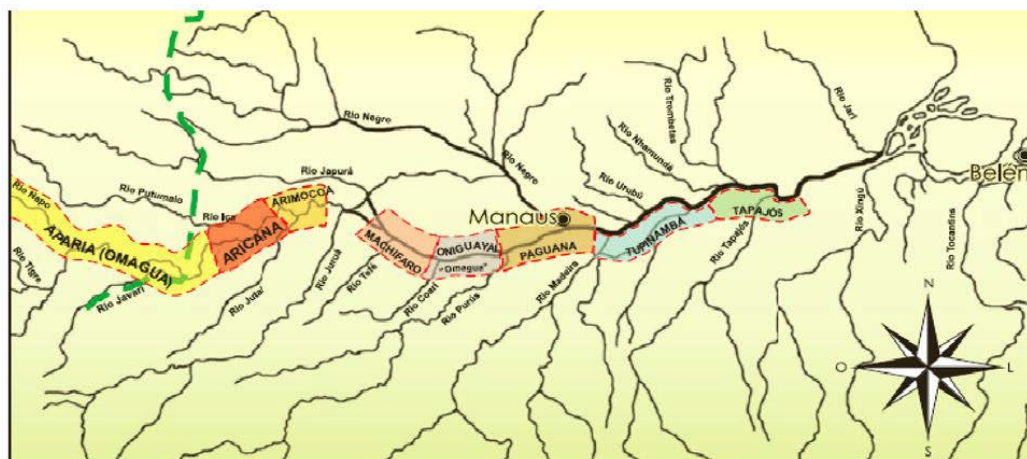
1970 e 1980. Antes desse período as mobilizações indígenas davam-se de forma isolada e limitada às situações particulares de resistência regional ou étnica. Por isso, frequentemente fragilizadas e sem muito poder de barganha diante do Estado.

CONCEPÇÃO DA POLÍTICA INDIGENISTA BRASILEIRA

Na mentalidade da sociedade brasileira e dentro da concepção da política, indigenista brasileira vigente até aquelas décadas, os índios ainda eram vistos como incapazes de gerir seu próprio destino, sendo necessária a proteção do Estado através da tutela e sua integração à sociedade nacional, o que só poderia se dar mediante um processo de “aculturação”. Essa era a filosofia desde a época do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) criado em 1910 e se estende até a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criada em 1967. Essa filosofia significou, na prática, retirar os indígenas das áreas de interesse da capital e colocá-los em Parques Indígenas ou “Área de Refúgio”, como o Parque do Xingu, criado em 1951 e o Parque Indígena Aripuanã, criado em 1968. Houve, ainda, extermínios de grupos inteiros ou redução brusca da população e do território como foi o caso dos Waimiri Atroiri no Amazonas.

IDENTIDADE E MEMÓRIA DO POVO OMÁGUA/KAMBEBA NA ALDEIA CAJUHIRI ATRAVESSADO (Organização Social e política)

Os primeiros dois séculos de colonização os Omágua/Kambéba estavam organizados em dois grandes grupos: os Omágua–Yetê ou Omáguas Verdadeiros localizados no Alto Napo, em território hoje pertencente ao Equador e o outro grupo denominado de La Gran Omágua, ou Omágua das Ilhas, cuja extensão territorial se estendia ainda no século XVII do atual município de Fonte Boa até o território peruano, numa extensão de 700 km (Porro, 1995). Em relação à extensão territorial tem-se relato de que em meados do século XVII, o território Omágua/Kambéba havia, porém, se estendido para Leste, abaixo do Jutai. A jusante dos Omágua/Kambéba ficava a província de Machiparo, que ocupava as duas margens do Solimões por mais de 200 km, entre município Tefé e Município de Coari. A discussão sobre a localização e extensão territorial dos Omágua/Kambéba ao longo do rio Solimões entre os séculos XVI e XVII não é consensual entre os cronistas e nem entre os autores contemporâneos como Betty Meggers, que apoiada na crônica de Gaspar de Carvajal, localizou um grupo de Omágua/Kambéba entre a várzea do Japurá e parte do trecho entre o rio Coari e o Purus. Para Meggers (1987), um movimento migratório teria ocorrido por volta de 1690, cujo habitat passou a ser os rios Napo, Putumayo e Içá. Observe-se o mapa 1 a seguir:

Figura 1 - Mapa – Território Omágua/Kambeba rio Solimões entre os séculos XVI e XVII.

Fonte: dissertação de mestrado do Maciel, 2003.

Dos poucos dados que dispomos sobre as crônicas pode-se destacar que em meados do século XVI, a primeira forma de organização territorial dos indígenas dessa época, segundo Carvajal estava dividido em Aparia Grande e Aparia Menor. Os espanhóis ainda no Napo perceberam que havia um cacique Aparia. À medida em que eles avançavam iam percebendo que havia uma certa semelhança, na língua, na vestimenta, e que a recepção, apesar de ser um pouco tensa, era ao mesmo tempo pacífica. Ressalta-se que todo o reconhecimento de Aparia menor se deu no rio Napo. Quando Carvajal adentrou o território chegando ao rio Aguarico com rio Napo, deparou-se com outro Aparia, e viu a diferença como este era tratado. Então, teve a impressão de que aquele Aparia apresentava uma diferença que o outro não tinha. Assim, o chamou Aparia menor a um e Aparia maior a outro.

A aldeia de Aparia maior se localizava no rio Amazonas. Após algum tempo de convivência a expedição de Carvajal percebeu que Aparia maior dominava tanto o rio Napo quanto o rio Amazonas. Desta forma, toda essa extensão territorial do rio Napo ao rio Amazonas formava o senhorio de Aparia ou província. Assim sendo, Aparia Grande representava o principal, aquele que governava; sua decisão era obedecida por todos, e seu domínio político se estendia por todo o território, compreendendo ainda o habitado pelos demais caciques que formavam o Aparia menor. Observa-se esses relatos na obra de Carvajal e, mais recentemente, no trabalho de Ugarte, (2009), “(...) Ao que se pôde observar, os expedicionários pareciam estar convencidos de que Aparia exercia uma certa “ascendência política” sobre os demais caciques do vale do rio Napo, a ponto de ter ordenado o abandono das povoações ao longo do caminho que os espanhóis estavam fazendo”. Essa foi uma atitude que demonstrou liderança, força e estratégia da parte de Aparia, o grande, em defesa do território e do povo. Algumas características observadas levaram os expedicionários a suspeitarem de que estavam diante do maior líder da época, o Aparia, maior. Quais foram essas características? Ugarte, (2009), as descreve da seguinte forma:

(...) foram os gestos (seguir à frente de numeroso grupo; ser o único a se sentar; dar ordem para que se retirassem os alimentos das canoas) que revelaram Aparia, o grande, aos espanhóis, diferenciando-o em relação, não somente aos índios em geral, mas também aos outros já tidos como senhores, em particular. Tais gestos parecem ter confirmado a imagem que os expedicionários tinham de Aparia, o grande, desde que partiram do baixo Napo, ou seja, que ele exercia grande autoridade regional. Assim, Aparia, o grande, tornou-se a referência para o território que os espanhóis percorreram desde o baixo Napo até aquele trecho do rio Marañón/ Amazonas, entre os rios Javari e Içá. Desse modo, há perfeita equivalência entre os nomes Província de Aparia e Senhorio de Aparia (Ugarte, 2009).

É importante salientar que essa divisão de Aparia menor e Aparia maior é uma divisão aparente, usada como forma de explicar ao leitor ou pesquisador que se interessasse pelo assunto, a maneira pela qual se dava a organização territorial vigente daquela época (século XVI).

A maneira como se entende o território Omágua/Kambéba em séculos passados, principalmente no que diz respeito à forma de governo de Aparia menor e Aparia maior, está na organização sócio-política, na forma de liderança e poder de articulação. Há, portanto, uma ligação entre essas duas temporalidades: histórica e presente, que se manifestam no uso político da ancestralidade pelos que hoje buscam se organizar para poder reivindicar seus direitos usurpados pelo “branco” desde a colonização. Apesar de importantes relatos sobre esse povo, não estão disponíveis dados concretos que fornecessem características de como seria Aparia, o grande, sua forma física e indumentária.

Organização Cultural

O povo Omágua/Kambéba, fez-se uso dos relatos deixados pelos viajantes que por esta região passaram no século XVI, XVII, XVIII e XIX. A importância dessa etnia na primeira fase de revelação do vale Amazônico pode ser facilmente reconhecida pela presença fortemente disseminada desse povo, nos relatos dos mais notáveis observadores do momento inaugural da história colonial dessa parte da América. Há referências não apenas em Acuña desses índios numerosos, ricos e notavelmente habilidosos na arte e no comércio. Também em Samuel Fritz, Charles La Condamine, Laureano de La Cruz, José Chantre Y Herrera e Alexandre Rodrigues Ferreira, os Omáguas são mencionados como os indígenas mais destacados, tanto em sua cultura material como em sua organização social e valores espirituais

Em relação aos Tupis litorâneos tem-se hoje mais de uma vintena de tratados descritivos, crônicas, relatos de viagens e estudos linguísticos dos séculos XVI e XVII. A documentação contemporânea sobre as tribos do rio Amazonas é tanto em quantidade como, especialmente, em qualidade, muito mais pobre. Essas circunstâncias parecem ter inibido o interesse de historiadores e antropólogos brasileiros em relação às antigas populações da várzea, fato que se reflete na pouca divulgação e estudo que a documentação amazônica mereceu. O relato de Samuel Fritz e o grande mapa que ele desenhou em 1691 são fundamentais para a localização dos grupos étnicos do alto Amazonas (Porro, 1992, p. 10, 14).

Os cronistas de que se dispõe para o conhecimento da população aborígine do alto Amazonas referem-se a dois momentos históricos distintos: o primeiro se dá em meados do século XVI, quando a região foi atravessada pelas expedições de Orellana, em 1542 e de

Ursúa e Aguirre, em 1561, respectivamente, documentadas pelas crônicas de Carvajal, de Altamirano e de Vásquez. O segundo situa-se um século mais tarde, quando das viagens dos leigos franciscanos em 1636, de Pedro Teixeira em 1637-39 e de Laureano de La Cruz em 1647-50; a respectiva documentação é encontrada em Alonso de Rojas, Cristóbal de Acuña, Laureano de la Cruz e Maurício de Heriarte. Completadas por crônicas menores e fontes secundárias, essas notícias equivalem a cortes estratigráficos na etno-história da calha amazônica (Maciel, 2003).

Todo panorama dos colonistas revelado por esses dois cortes, longe de ser uniforme, é à primeira vista contraditório, o que levou mais de um etnólogo a duvidar da confiabilidade das fontes. Na verdade, a leitura crítica guiada pela consciência de que as fontes não retratam uma situação estática, mas momentos distintos de um processo de migrações tribais permite desfazer as aparentes contradições. A realidade dessas migrações, que agora começa a ser documentada pela arqueologia e pela glotocronologia, fora também constatada pelos cronistas do século XVII. Eles mesmos participantes de duas novas frentes migratórias, a espanhola e a portuguesa, que por sua vez iriam impelir, e por vezes reorientar, os movimentos migratórios indígenas. Assim, o avanço dos portugueses pelo Amazonas acima, desde o início do século XVII provocou a fuga de tribos inteiras para o Oeste da Amazônia Legal. No conflito entre as duas potências coloniais, os Omágua e outras tribos do alto Amazonas foram atraídos rio acima para as missões espanholas. (Porro, 1995).

Os Omágua/Kambéba Nos Séculos (XIX E XX) – O Silêncio Da História

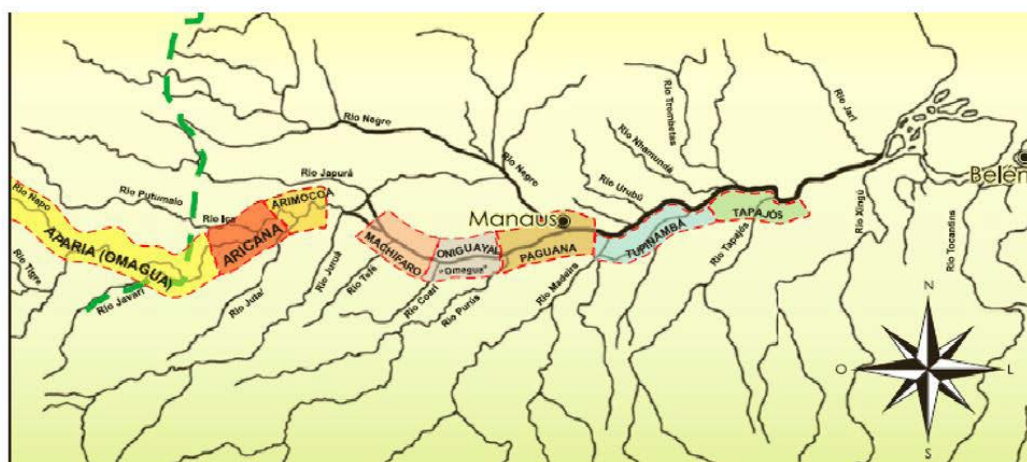
O século XIX foi para os Omágua/Kambéba um período de silêncio perante a história oficial. Em meados do século XVIII os Omágua/Kambéba já estavam reduzidos a pequenos grupos familiares. Para continuar vivendo e sobrevivendo nas ilhas e várzeas do alto Amazonas, foi necessário negar sua identidade étnica e se assumir como caboclo, ou seja, como não índio para fugir das pressões e perseguições e discriminações que os afligiam, então, foram obrigados a se colocar como membros do processo civilizatório.

Para entendermos este processo faz-se necessário voltarmos ao século XVIII para assinalar que o Diretório Pombalino que vigorou entre os anos de 1757 a 1798, que entre outras coisas referentes à questão indígena, proibiu que os indígenas falassem sua língua mãe e também a língua geral ou *nheengatu*; determinou a substituição dos sobrenomes indígenas para sobrenomes em português, ordenou mudanças no estilo de moradia indígena para o estilo do branco; proibiu que andassem nus, mandou construir escolas para a educação dos indígenas separando homens e mulheres e permitia o casamento entre brancos e índios. Nesse caso, o Diretório objetivava a civilidade dos indígenas através de sua integração à sociedade colonial como mão de obra eficaz e necessária para o bem estar do Estado português na Amazônia (Maciel, 2003, p. 56).

Quanto à questão da proibição da língua, não se pode negar que prejudicou por demais o povo Omágua/Kambéba, tendo em vista que muito se perdeu. O tuxaua Valdomiro Cruz se refere, com muita tristeza, ao momento em que foram obrigados a silenciar devido à proibição do uso da língua mãe e a negar sua identidade assumindo um sobrenome que pertencia à outra pessoa, o “branco”. O que restou da língua materna dos Omágua/Kambéba é muito pouco, e ficou guardado na memória dos mais velhos que viveram no século XIX porque, mesmo proibidos, falavam entre eles quando estavam a sós. Isso é confirmado com o relato de Paul Marcoy, (2001), quando diz que: “... eles preservavam a

língua dos seus pais, os Umaguas de Popayan; mas eles a falavam somente na intimidade, sendo o tupi sua língua corrente e um português confuso, mas inteligível e sua língua oficial e diplomática”.

Figura 2 - Mapa - localidades Cambeba – século XIX



Fonte: dissertação de mestrado de Maciel, 2003 p. 64.

No século XIX, as notícias sobre os Omágua/Kambeba ficaram cada vez mais raras e dispersas apontando para a sua decadência populacional e territorial, bem como para a precária condição de vida em que se encontravam e a incorporação à população das missões e vilas. O mapa 2, mostra como estavam os Omágua/Kambeba no século XIX.

Como mostra o mapa, nesse período algumas famílias se dispersaram, mas, mesmos silenciados estavam presentes. Em parte da calha do Solimões, por exemplo, nota-se a presença de famílias Omágua/Kambeba em São Paulo de Olivença, Município de Tefé e Município de Coari. Onde antes foi fundada pelo padre Samuel Fritz uma missão, que mais tarde se transformou em vila, e depois a atual cidade de São Paulo de Olivença, onde hoje percebe-se a presença do povo Omágua/Kambeba manifestada na afirmação étnica de parte da população paulivense, na presença de sítios arqueológicos que se estendem para outros municípios da calha do Solimões como Tonantins, Santo Antônio do Iça e Benjamin Constant, Município de Tefé e Coari, onde se tem registros de evidências arqueológicas, confirmando a presença de povos ancestrais em épocas anteriores ao século XIX. Nesse período, a prática da remodelação craniana já havia praticamente desaparecido, bem como os rituais praticados pelos Omágua/Kambeba dos séculos XVII e XVIII.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta releitura emergimos na construção da história milenar do povo que ficou esquecido a mais de 500 anos na passagem do rio Amazonas, objetivo central foi explorar a memória do povo Omáqua/Kambeba do Médio Amazonas, através dos relatos de antigos moradores e descendentes da etnia kambeba, silêncio do povo das águas que atravessou século, história da história da aldeia Amanaim do Jaduá no município de Coari, onde moravam os povos kambebas, neste território que localizado no interior do Amazonas, visando a desterritorialização a reterritorialização das suas terras, buscando explorar a identidade e memória do povo Omáqua/Kambeba do Médio Amazonas: na comunidade

indígena Amanaim do Jaduá no município de Coari, no Amazonas.

Quanto ao levantamento dos conflitos ocorridos no percurso do processo demarcatório observamos que a grande maioria dos mesmos se referem a invasões da TI, por parte de não índios e posseiros, visando a exploração comercial dos recursos naturais da propriedade indígena. Invasões estas que são facilitadas pela falha nos mecanismos de fiscalização e proteção por parte das autoridades competentes, pelo pequeno grupo que compõem a aldeia e pelas várias vias de acesso as terras desta propriedade indígena.

Comunidade: que continuem em suas tradições, como: os mitos, as visões de mundo, a hierarquia dos clãs, as relações de parentesco, e busque as legalizações da territorialidade, a compreensão da fauna, flora, o domínio das técnicas de pesca, da caça, do cultivo, construção de uma habitação, de canoas, o uso de plantas medicinais, o emprego das substâncias analgésicas, das constelações, as cheias e vazantes dos rios, a implementação e uso dos instrumentos de danças, dos objetos ritualísticos, a fabricação de objetos de uso doméstico, das indumentárias, a culinária, mas, (...) este conhecimento não inclui somente informações sobre diferentes espécies de animais e plantas, seus comportamentos e suas utilidades, mas também informações sobre o modo como aspectos do universo se inter-relacionam (Gray, 1995, p. 115).

REFERÊNCIAS

ACUÑA, Cristóbal de. Novo **descobrimento do grande rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT NBR 14724). **Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação**. 3. ed. Rio de Janeiro - RJ: PETROBRAS, v. s.v., 2011. 11 p. ISBN 978-85-07-02680-8.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 31 mar. 2020.

MACIEL, B. do E. S. P. Entre os rios da memória: história e resistência dos Cambeba na Amazônia brasileira. SAMPAIO, P. M.; ERTHAL, R. de C. (org.). **Rastros da memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2006.

MACIEL, Benedito do Espírito Santo Pena. **Identidade como novas possibilidades: etnohistória e afirmação étnica dos Cambeba na Amazônia brasileira**. Dissertação de Mestrado/Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. UFAM, 2003.

MEGGERS, Betty J. 1977. **Amazônia: a ilusão de um paraíso**. Trad. Maria Yedda Linhares. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

PORRO, Antônio – **Os povos indígenas da Amazônia e a chegada dos europeus**. In: O povo das águas: Ensaios de etno-história da Amazônia. Petrópolis: Vozes, São Paulo.

UGARTE, Auxiliomar Silva. **Sertões de Bárbaros – O mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI – XVII)**. Manaus: Editora Valer, 2009.

GIL PÉREZ, D. MONTORO, I. F.; ALIS, J. C.; CACHAPUZ, A. ; PRAIA, J. Para uma imagem não deformada do trabalho científico. *Ciência & Educação*, v. 7, n. 2, p. 125-153, 2001.

Organizadora

Jacimara Oliveira da Silva Pessoa

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (2005). Mestra em Educação – Universidad de Los Pueblo da Europa – UPE e Unidade de San Lourenço-PY. Doutora em Ciência da Educação pela Unversidad de San Lourenço – Asución-PY. (2018) Reflito nesta frase de Anísio Spínola Teixeira “A educação não é um privilégio, mas um direito de todos.

Índice Remissivo

A

abordagem educacional 101
ação docente 13
agricultura familiar 71, 73, 74, 82
agronegócio brasileiro 71, 91, 97
alimentação 64, 70, 72, 74, 75, 91, 95, 97, 98
alimentos amazônicos 71
alunos especiais 59, 61, 66, 67, 68
ambiente escolar 13, 17, 21, 22, 29
aprendizagem 12, 13, 14, 15, 16, 24, 26, 29, 30
atividades escolares 48
avanço educacional 61

C

carreira docente 86
conhecimento 12, 13, 14, 16, 18, 23, 26, 27, 29, 30
construção do conhecimento 41, 46
coordenador pedagógico 31, 32, 33, 36, 42
cordel 83, 84, 85, 89
cordel na escola 83
cultivo e produção 70, 72, 91
cultura local 73, 83

D

deficiência intelectual 60, 61, 65, 67, 68, 69
democratização do ensino 34, 36
desafios 114
desafios nas escolas públicas 101
desenvolvimento econômico local 93
direito social 64

E

educação 12, 13, 15, 16, 17, 18, 22, 29
educadores 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 28, 29
educandos 11, 12, 13, 14, 19
ensino 114
ensino e aprendizado 16

ensino fundamental 11, 12, 18, 19, 39, 43, 44, 45, 47, 48, 50
ensino público 33
escola 12, 13, 15, 18, 23, 24, 25, 26, 29, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51
escolar 114
escolas 114, 120
estratégias de ensino 13

F

família 14, 18, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51
família originária 71
farinha do uarini 71
ferramenta 14, 18

G

gestão escolar 100, 101, 114
gestores escolares 100, 101
grupos indígenas 115

I

inclusão 12, 14, 17, 19
informação 13, 14, 17, 18, 19, 29
inserção social 88
integração das tecnologias 15
investimentos 16

L

leitura 18, 69, 83, 87, 88, 89
língua portuguesa 57, 83, 85, 86, 90
literatura de cordel 83, 84, 85, 89
literatura popular 83, 89

M

macaxeira 91, 92
método de ensino 89
metodologias de ensino 102
mundo contemporâneo 12

N

novos meios 12

P

pandemia 114
pandemia e o ensino 101
patrimônio 84
pedagógica 83, 86, 88, 89
pedagogo 32, 33, 39, 41
políticas públicas 12, 13
pós-pandemia 32, 41
prática docente 13, 14, 26, 29
prática pedagógica 12, 14, 24
práticas educacionais 13
processo educativo 14
públicas 114

R

ramo alimentício 92

T

tecnologias de comunicação 13
tecnologias educacionais 11, 12, 15, 18, 21, 23, 25
transformações tecnológicas e científicas 12

U

universo escolar 34

V

vida escolar 43, 46, 50, 51

vida familiar 17, 50



AYA EDITORA
2024

